

Este livro é inteiramente dedicado a todas as Vítimas Históricas do Estado Brasileiro, suas Mães, Familiares e Amig@s. em especial, a tod@s @s mort@s e desapareci d@s dos Crimes de Maio de 2006 e dos Crimes de Abril de 2010. **Paulo Alexandre Gomes**, 23 Anos, desaparecido em 16 de Maio de 2006; **Mateus Andrade de Freitas**, 21 Anos † 17 de Maio de 2006; **Marcos Rebello Filho**, 26 Anos, † 14 de Maio de 2006; **Edson Rogério Silva dos Santos**, 29 Anos, † 15 de Maio de 2006; **José Nunes (Dedeco)**, 22 Anos, † 31 de Março de 1999; **Ana Paula Gonzaga Dos Santos**, 20 Anos, † 15 de Maio de 2006; **Jardel Silva de Oliveira**, 16 Anos, † 15 de Maio de 2006; **Ronaldo Procópio Alves**, 30 Anos, † 13 de Maio de 2006; **Fábio Ferreira Da Silva**, 21 Anos, † 5 de Abril de 2002; **Rodrigo Isac dos Santos**, 17 Anos, Desaparecido em 19 de Novembro de 2001; **Anderson Gomes da Silva**, 23 Anos, † 3 de Março de 2008; **Bruno Diego Adorni**, 17 Anos, † 28 de Julho de 2002; **Murilo de Moraes Ferreira**, 19 Anos, † 16 de Outubro de 2006; **Marcos Paulo Soares Canuto**, 18 Anos, † 21 de Abril de 2010; **Rafael Sousa de Abreu**, 16 Anos, † 26 de Março de 2010. E tod@s demais.

do
LUTO
às
MAES DE MAIO
LUTA

FICHA TÉCNICA

Este livro é inteiramente dedicado a todas as Vítimas Históricas do Estado Brasileiro, suas Mães, Familiares e Amig@s. Em especial a@s Mort@s e Desaparecid@s dos terríveis Crimes de Maio de 2006. Vocês estão presentes conosco! Agora e Sempre!

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Movimento Mães de Maio

EDIÇÃO: Débora Maria e Danilo Dara

ILUSTRAÇÕES: Carlos Latuff

PROJETO GRÁFICO: Silvana Martins

IMPRESSÃO: Giramundo Artes Gráficas

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS: a todos os Autores, Autoras, Ilustrador e demais colaboradores do livro; um salve especial aos mestres do Sarau da Cooperifa e a todos os Saraus e Poetas que contribuíram voluntariamente para este livro das Mães; ao fotógrafo Anderson Barbosa (pela foto gentilmente cedida); à Agência Estado (pela foto vendida); às companheiras jornalistas de todas as horas, Ali Rocha, Maria Frô e Rose Nogueira (que de muitas maneiras estão presentes por aqui!); ao Fundo Brasil de Direitos Humanos, por possibilitar esta publicação; e a todas as demais parceiras e parceiros dessa nossa difícil caminhada! Estamos só no começo...

APOIO: Fundo Brasil de Direitos Humanos

Este livro foi impresso em Papel Offset 90g/m²

ÍNDICE

- 12 O Livro é um Grito
- 18 O que foram os Crimes de Maio?
- 20 Quem são as Mães de Maio?

MÃES , FILHOS E FAMÍLIA

- 24 Débora Maria
- 27 Ednalva Santos
- 28 Vera de Freitas
- 30 Francisco Gomes
- 32 Francilene Gomes
- 42 Angela Maria
- 44 Rita de Cássia
- 46 Flávia Gonzaga

NOSSOS POETAS

- 50 Sérgio Vaz
- 52 Michel Iakini
- 53 Sarau da Brasa
- 54 Marcelino Freire
- 56 Rodrigo Ciríaco
- 60 Hélber Ladislau
- 62 Dinha
- 64 GOG
- 66 Jairo Periafricana
- 68 Armando Santos

OUTROS PARCEIROS

- 74 Rede Contra Violência (RJ)
- 80 Alípio Freire
- 90 Danilo Dara
- 94 Jan Rocha
- 98 Lio Nzumbi (BA)
- 118 Luiz Inácio (ES)
- 128 Sérgio Sérvulo
- 130 Tatiana Merlino



O LIVRO É UM GRITO

Ei, Você, Leitor ou Leitora: Tudo Firme?
Seja Bem-Vindo ou Bem-Vinda a este Livro!

Você vai começar a ler a partir de agora um Livro diferente do que se está habituado a ver por aí, a se comprar, a se ler... isso quando temos condições e tempo para ler, não é?

Este Livro não é daqueles que late e não morde. Este livro Grita. Este Livro é Não. Nosso currículo é nosso pé, nossa mão, nossa história! Este Livro na verdade é um Grito muito Forte e Sincero, arrancado de lá do fundo da nossa alma, de cada uma de nós: do Luto à Luta!

E por que ele é um Grito de Luto? Por que ele é um Grito de Luta?

Nêgo, Nêga: seria simples explicar, se não fosse Tão Difícil fazer-se entender...

Esse Livro é uma conquista, a muitas duras penas, de um Movimento de Mães Guerreiras: as Mães de Maio da Democracia Brasileira. Uma conquista de Gente Humilde, de Pessoas Trabalhadoras, Anônimas, Guerreiras de um pequeno coletivo que têm em comum duas coisas fundamentais: 1) Nós não somos ricas, não exploramos ninguém, nem ocupamos nenhum cargo de poder; 2) Nós tivemos os nossos filhos ou filhas tirados violentamente do nosso convívio familiar por agentes do Estado Brasileiro e/ou por Grupos de Extermínio ligados a ele, os quais no auge do dito regime democrático decretaram sumariamente a pena de morte de nossos filhos por os considerarem “suspeitos”, descartáveis. Agentes que julgaram, decretaram e executaram a pena capital ali, nas quinas das esquinas. Essas mesmas Bestas que seguem caminhando impunemente pelas esquinas daqui e dali, aqui e agora.

Talvez três coisas em comum: 3) Nós também decidimos que isso não iria passar nem ficar assim: a partir da nossa Dor, do nosso Encontro e da nossa União - iniciada por três mães da Baixada Santista -, decidimos que Lutaríamos e Lutaremos pela Memória, pela Verdade, pela Justiça e por Liberdade, não apenas

de nossos tão amados Filhos e Filhas, mas por toda a Sociedade. Uma sociedade verdadeiramente sitiada, uma ditadura perpetuada que vitimou nossos filhos, cuja Memória e Inspiração são nosso alimento cotidiano para lutar por uma verdadeira e melhor Coletividade: Para Tod@s!

Seria um simples livro, se não fosse uma Batalha Difícil, uma Gritaria todos os dias, Compa Leitor ou Leitora, contar às pessoas que *nosso movimento surgiu a partir dos terríveis Crimes de Maio, quando entre os dias 12 e 20 de Maio de 2006, apenas no estado de São Paulo, a polícia e grupos de extermínio ligados ao Estado assassinaram mais pessoas do que ao longo de toda terrível Ditadura Civil-Militar assassinou no Brasil inteiro, durante seus mais de 20 anos de vigência...*

Sim, Companheiro: Muita gente ainda não tem a menor idéia que esses dez dias foram um pesadelo real e que, de alguma maneira, segue acontecendo cotidianamente pelas periferias, pelas comunidades pobres e bairros simples do país... A polícia extorquindo, torturando, prendendo e matando... Famílias sendo destruídas por agentes do Estado e do Dinheiro. Todos os dias... Sobretudo contra a população Pobre e Negra.

Ora, quem foi que deu grande importância - se não meia-dúzia de “loucos” e “loucas” como nós, que já vivemos o drama na pele - ao terrível dado de que entre os anos de 1998 a 2008, no Brasil, mais de 500.000 pessoas foram assassinadas - sendo grande parte delas executadas por agentes do Estado Brasileiro? Sim, Nêga: estes são dados oficiais, do “Mapa da Violência no Brasil” divulgado em 2011 pelo insuspeito Ministério da Justiça. Um país que, mesmo diante destes números terríveis de genocídio, segue aceitando como legítima a alegação de policiais assassinos que colocam a rubrica “auto de resistência” ou “resistência seguida de morte” para justificar o quê, na prática, é uma verdadeira “licença para matar” pessoas pobres, pretas e/ou anônimas. Aquelas que eles são pagos para controlar, para aterrorizar, e para descartar quando bem entenderem.

Nunca é demais repetir: apenas entre os dias 12 e 20 de Maio de 2006 foram mais de 500 pessoas assassinadas no estado de São Paulo, na maioria jovens que hoje constam como mortos ou desaparecidos- e bastaria que tivesse sido apenas um!, dessas Tantas Histórias da onde surgiram as Mães de Maio, Guerreiras Incansáveis que Somos.

A impunidade histórica é tamanha, e a licença para matar é tão escancarada que os Capitães do Mato da atualidade acharam que poderiam matar mais de 500 jovens pobres e negros num curtíssimo espaço de tempo, especialmente nas periferias de São Paulo, em Guarulhos e na Baixada Santista, e que todo mundo iria ficar quieto e aceitar a versão oficial deles, da elite, de que todos os mortos

teriam merecido morrer pois eram “suspeitos”, “bandidos”, “do PCC”. Logo o Estado, que é o Crime Organizado em Pessoa, vem taxar os nossos filhos de “suspeitos” ou “bandidos” e, além do mais, decretar sumariamente a “pena de morte”, em flagrante contradição com as suas próprias leis?!

Que moral tem este Estado e seus agentes para falar de quem quer que seja?! Ainda mais de Nós e de nossas Famílias de Trabalhadores?! O quê os seus agentes conheciam da história, das famílias e das trajetórias dos meninos e meninas mortos nas ruas a esmo, simplesmente por serem pobres e pretos, ou por estarem “na hora errada no local errado”?! Qual o critério para se taxar, julgar e se decretar a pena de morte a quem quer que seja?! Até que ponto eles acham que podem chegar tirando seus próprios “cidadãos” de otários, de imbecis – como fazem desde os tempos da colônia e da escravidão?! Será que eles acham que a população comum, o povo pobre, negro, das periferias, a maioria da sociedade, enfim, nunca vai se rebelar frente a tanta violência e mentira?!

Neste caso se enganaram!!! Os Crimes de Maio foram o limite do absurdo! Ultrapassaram todos os limites imagináveis! E muita gente começa a acordar: *o maior massacre cometido na história contemporânea do Brasil!*

E deste trágico limite, ao menos, felizmente, nasceu o nosso Movimento de Mães, que se encontrou com outra maravilhosa Rede Contra Violência no Rio de Janeiro – já existente antes de nós, de Mulheres e Homens Guerreiros como nós – vítimas nos morros cariocas dos mesmos agentes do Estado Brasileiro –, além de companheiros da Bahia, do Espírito Santo, de Minas, do Pará: todo mundo vivendo a mesma situação, do Luto à Luta contra o Terrorismo do Estado. Da Revolta à Consciência, à Organização!

Hoje, nós Mães de Maio temos o nosso primeiro Livro, o nosso primeiro Grito em páginas impressas, sem intermediação de outras falas e outros pseudo-representantes que nunca sentiram o quê nós sentimos na pele esses anos todos – mas que sempre fazem questão de se apresentar como nossos porta-vozes. *Não queremos ninguém falando pela gente: queremos aprender errando, se corrigindo, melhorando, se enfiando, ouvindo, gritando, acalmado, indo de novo pra cima, refletindo, compartilhando, se fortalecendo... Com os nossos!*

Este Livro é o nosso Grito, nosso primeiro Livro-Grito, e até por ser nosso e por ser primeiro, fazemos questão de Tudo – dos acertos, dos erros, dos nossos parceiros, dos poetas e parceiros que convidamos, das ilustrações, do limite de espaço, e de grana, da nossa correria pra fechá-lo, da ausência de bacanas – em meio a novas chacinas na Baixada Santista, as tretas nossas de todos os dias –, da vida louca que nos obrigam a levar...

Eles que nos matam-vivos todos os dias, e fazem questão de não nos escutar. Mas nós insistimos em Gritar! E insistimos em sorrir também! Não vão tirar isso da gente!

Este Livro é um Grito, Mais Um Grito Nosso. E nós também rimos da cara deles, para o seu desespero...

E se eles se fazem de surdos e de rogados... E se muitos dos nossos insistem em não acordar, resignados... E se muitos dos nossos ainda se perdem em muitas picuinhas e competições bestas, mesquinhas, disputando holofotes e espaços... Nós depois que passamos a nos organizar e a lutar, pouco a pouco, passo a passo, somos e seremos cada vez mais gritantes, incansáveis. “Coração em chamas e os punhos cerrados!”

E o Tempo é Rei, Nêga: dessa Luta acreditamos que pode nascer Outro Dia, outro tipo de sociedade aonde falaremos, aonde escutaremos, aonde seremos realmente escutadas. Aonde pensaremos e construiremos as coisas juntas, principalmente o Amor. E poderemos assim decidir sobre as nossas Vidas, Vivas-Vidas, como os nossos Filhos e Filhas, roubados de nós pelo Estado, deveriam ter tido a Liberdade de decidir, de ir ou vir, e de Viver-Feliz. Eles seguem e seguirão conosco! Presentes! Agora e Sempre!

Não: certamente a sociedade em que vivemos e sobrevivemos – sociedade dominada pelo dinheiro, pelas armas, pela polícia e pelas hierarquias de poder – certamente ainda não está preparada para Ouvir toda nossa Revolta. Não estava preparada para nossa Presença... Sentimos isso no cotidiano de nossas incansáveis Lutas... Surdos-Vivos... Porém, nós não desanimamos...

Por isso Gritamos, muitas vezes. Para ouvir tudo o que Desejamos Falar. Por isso buscamos palavras, entre erros e acertos. Nossas Palavras. Por isso chegamos nesse nosso primeiro Livro.

DO LUTO À LUTA AO LIVRO! À LIBERDADE!

Uma Boa Leitura para Vocês!

MÃES DE MAIO, MÃES DE SEMPRE

maio de 2011

**MÃES DE MAIO CONTRA
ESTADO GENOCIDA**

SR. GOVERNADOR

O QUE FORAM OS CRIMES DE MAIO?

O Genocídio do Estado Brasileiro

A violência do Estado Brasileiro contra sua própria população é um problema crônico reconhecido mundialmente. Segundo o “Mapa da Violência de 2011”, divulgado pelo insuspeito Ministério da Justiça, entre os anos de 1998 e 2008, mais de 500 Mil pessoas foram assassinadas no país - sendo grande parte delas vítimas da violência policial. Conforme outra pesquisa, divulgada em 2009 pela Secretaria de Direitos Humanos, UNICEF e Observatórios de Favelas, a continuar no mesmo ritmo de violência, mais de 33.5 mil jovens serão executados no Brasil no curto período de 2006 a 2012.

Os estudos apontam que os jovens negros têm risco quase três vezes maior de serem executados em comparação com os brancos. Segundo a ong Human Rights Watch, o número de homicídios cometidos pela polícia de São Paulo também tem sido extremamente alto: em 2008, por exemplo, o número de homicídios cometidos por policiais supostamente durante confrontos no estado de São Paulo (397) é

superior ao número total de homicídios cometidos por policiais em toda a África do Sul (351), um país com uma taxa de homicídio superior a de São Paulo.

Os Crimes de Maio de 2006

Os Crimes de Maio certamente foram o episódio mais emblemático deste contexto. Entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, no estado de São Paulo, policiais e grupos paramilitares de extermínio promoveram um dos mais vergonhosos escândalos da história brasileira. Em uma cínica e mentirosa “onda de resposta” ao que se chamou na grande imprensa de “ataques do PCC”, foram assassinadas no mínimo 493 pessoas - que hoje constam entre mortas e desaparecidas. Há estudos, no entanto, que apontam para um número ainda maior de assassinatos no período, considerando ocultações de cadáveres, falsificações de laudos e outros recursos utilizados por tais agentes públicos violentos.

Um acontecimento terrível, em suma, que vitimou sobretudo jovens pobres - negros e afro-indígena-descendentes - executados sumariamente por policiais e grupos de extermínio ligados ao estado. Dos quais, é importante se ressaltar, não há sequer um caso de policiais que tenham sido devidamente investigados, julgados e punidos conforme a própria lei orienta.

Sem dúvida, o maior e mais emblemático Massacre da história brasileira recente, sendo um marco daquilo que os companheiros da Rede Contra Violência chamam de “A Era das Chacinas”, iniciada com a Chacina de Acari, em 1990.

Em uma cínica e mentirosa “onda de resposta” ao que se chamou na grande imprensa de “ataques do PCC”, foram assassinadas no mínimo 493 pessoas - que hoje constam entre mortas e desaparecidas.

QUEM SÃO AS MÃES DE MAIO?

"De todos os hinos entoados em louvor às revoluções nos campos de batalhas, nenhum, por mais belo que seja, tem a força das canções de ninar cantada no colo das mães" Sérgio Vaz

O movimento Mães de Maio é uma rede de Mães, Familiares e Amig@s de vítimas da violência do Estado Brasileiro (principalmente da Polícia), formado aqui no estado de São Paulo a partir dos famigerados Crimes de Maio de 2006. Foi a partir da Dor e do Luto gerado pela perda de noss@s filh@s, familiares e amig@s que nos encontramos, nos reunimos e passamos a caminhar juntas.

Nossa missão é lutar pela Verdade, pela Memória e por Justiça para todas as vítimas da violência contra a população Pobre, Negra, Indígena e contra os Movimentos Sociais brasileiros, de Ontem e de Hoje. Verdade e Justiça não apenas para @s mort@s e desaparecid@s dos Crimes de Maio de 2006 ou dos Crimes de Abril de 2010, mas para todas as vítimas do massacre contínuo que o estado pratica historicamente no país. Nosso objetivo maior é construir, na Prática e na Luta, uma sociedade realmente Justa e Livre.

Por Justiça e Liberdade

Assim como aconteceu durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, e tantas outros episódios violentos cometidos pelo Estado, os Crimes de Maio de 2006 cometidos por agentes policiais também permanecem impunes, nesta tal democracia. Resultado: a violência policial de lá pra cá tem se intensificado.

Desde o nosso surgimento, conseguimos dar alguns pequenos passos. E, talvez, o principal deles tenha sido justamente dar o verdadeiro nome aquilo que a grande imprensa e setores da elite brasileira insistiam em simplesmente ocultar.

Rumo ao 5º aniversário dos Crimes de Maio de 2006, é preciso urgentemente dar muitos passos, concretos: superar novas barreiras simbólicas, políticas e jurídicas. Uma sociedade realmente democrática não se constrói sem encarar todo o seu Passado, sem assimilar toda sua Verdade Histórica. Sabemos que no Brasil há uma blindagem pesada feita pelas elites civis e militares para isto não acontecer. Entretanto, diante de todo este poder opressivo imposto pelo dinheiro, pelas mídias e pelas armas, nós não nos intimidamos!

Federalização e Desarquivamento

Uma das principais bandeiras do nosso movimento é o Desarquivamento e a Federalização, o devido Julgamento e a Punição dos responsáveis pelos Crimes de Maio de 2006 e de Abril de 2010 - cujas investigações, todas, foram simplesmente arquivadas. Assim, nossa luta se insere numa longa tradição de resistência dos oprimidos e oprimidas deste país, com os quais nos solidarizamos.

PELO DIREITO À MEMÓRIA, À VERDADE E À JUSTIÇA ONTEM E HOJE!

MÃES DE MAIO, MÃES DE SEMPRE!

<http://www.maesdemaio.blogspot.com/> / maesdemaio@gmail.com

**MAES
FILHOS
FA
MILIA**



DO LUTO À LUTA

DEBORA MARIA

MAE DE ROGÉRIO

“MÃE SE LEVANTA! SEJA FORTE!”

Dom de ser Mãe é uma coisa linda e inexplicável.

Mas a dor da perda é uma dor insuportável.

Edson Rogério Silva dos Santos, 29 anos. Gari há 6 anos, pai de um menino na época com 3 anos. No dia 15 de Maio de 2006 teve sua vida ceifada.

Passamos o domingo, Dia das Mães, todos reunidos em casa. Meus filhos, Rogério, Kátia, Kely e meus netos.

Além de ser dia das mães, também era meu aniversário, mas nunca poderia imaginar que seria o último dia mais feliz da minha vida.

Ao anoitecer foram para suas casas, inclusive o Rogério, pois tínhamos comprado uma casinha que estava em reforma, para sair do aluguel.

Eu não estava ainda morando nela, mas o Rogério ficava de vez em quando lá, pois havia vários materiais de construção comprados com muito esforço, e ele tinha medo que alguém pudesse subtrair. Ele antes de ir embora me falou: "Mãe, vou dormir lá, pois irei trabalhar no dia seguinte". Mesmo de atestado médico, tinha feito uma cirurgia dentária, com 15 pontos na boca.

Eu lhe perguntei: "Porque você vai trabalhar, se está de atestado?". Ele me respondeu: "Mãe, estou com medo de perder o serviço". E lá se foi...

No dia seguinte, pela manhã, recebi um telefonema: um parente policial militar dizendo para que eu avisasse ao meu genro que tomasse cuidado, não ficasse marcando bobeira na rua, pois quem estivesse na rua seria considerado inimigo da polícia. "Avisar também para as pessoas de bem, não para 'lixo'". É assim que eles tratam os seres humanos...

Rogério passou o dia sem entrar em contato comigo. Tentei falar com ele para lhe passar o recado que tinha recebido, mas os telefones estavam mudos.

A situação era desesperadora: parou ônibus, fecharam os comércios, pessoas assustadas nas ruas.

Anoiteceu e eu não conseguia contato de jeito nenhum com meu filho. Por volta

das 22:00hs, ele chegou em minha casa, atrás do antibiótico que tinha deixado no domingo. Eu falei: "O quê você está fazendo na rua? Não está vendo como está essa situação?". Foi então que avisei sobre o recado do policial que eu tinha recebido de manhã. Ele falou: "Não precisa se preocupar com essas coisas, Mãe. Já estou indo".

Pedi 10 reais para colocar gasolina em sua moto e foi embora.

Fiquei muito apreensiva, não consegui mais dormir, fiquei a noite toda acordada, esperando o dia amanhecer para tentar ligar para ele.

Mas qual foi minha surpresa? Tinha costume de escutar um programa policial que se inicia às 8:00hs. Liguei o rádio, quando o repórter anunciou: "Houve uma matança em nossa região, com 16 pessoas mortas".

O repórter disse: "Irei ler por etapa, digo, por cidade, a relação dos nomes das vítimas, começando por Santos". Fiquei ouvindo para ver se conhecia alguém, foi quando chegou no terceiro nome e era o do meu filho.

Enlouqueci. Parecia que o mundo tinha desabado em cima de mim. Não acreditava, mas logo veio a confirmação.

Sofri muito, mas muito mesmo. Imagine uma Mãe receber a notícia da morte de seu filho pelo rádio! Passei alguns dias sem comer, sem dormir, tentava uma explicação: por que fizeram isso? Aconteceu. Era um trabalhador.

Durante 40 dias eu vegetei, acabei me hospitalizando, mais ou menos por 10 dias. Foi quando eu senti ele me dizer: "Mãe se levanta! Seja forte!".

Me levantei mesmo. No dia seguinte recebi alta. Fui pra casa e, passando mais ou menos uma semana, fui à procura das outras mães que tinham perdido seus filhos também.

A primeira que eu encontrei foi a Edinalva; depois fomos atrás da Vera; e assim por diante, uma atrás da outra.

Aí começou a peregrinação. Ninguém queria saber da nossa dor: delegacias, Ministério Público, veradores... Ninguém.

Corríamos de um lado para o outro atrás de explicações: nossos filhos eram trabalhadores e estudantes. Eu sabia que a polícia tinha matado eles, alguém tinha que nos ajudar. Assim pensávamos, mas foi puro engano.

As autoridades falavam que quem tinha matado nossos filhos foi o Pcc. Não podia aceitar, pois tinha recebido aquele telefonema e já tinha uma série de outros indícios.

NUNCA PODERIA IMAGINAR QUE SERIA O ÚLTIMO DIA MAIS FELIZ DA MINHA VIDA

Depois de tanto andar pra lá e pra cá, achamos melhor subir para São Paulo em busca de ajuda, sem nem mesmo conhecer o caminho.

Eu, Vera e Edinalva encontramos a Ouvidoria (da Polícia) e depois o Condepe (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo). Quando chegamos ao Condepe encontramos um anjo amigo que nos passou um livro chamado “Crimes de Maio”, foi então que nos deparamos com uma tamanha lista de mortos daqueles dias... Foi então que começamos a acordar daquele pesadelo.

Voltamos as três para casa, lendo e assustadas com tantos jovens mortos, a maioria da mesma forma, do mesmo modo operante.

Passamos a articular idas e vidas a São Paulo, pois queríamos explicações sobre o quê de fato tinha ocorrido naqueles dias. Num espaço de uma semana mataram mais de 500 pessoas, jovens pobres e negros das periferias.

O enfrentamento passou a ser tão forte que as Mães começaram a ser vítimas do mesmo sistema que matou nossos filhos. Esse sistema se chama Estado, que se considera gigante e é autoritário, mas eu tenho uma certeza: mais gigantes somos nós, as Mães de Maio, que jamais iremos nos curvar perante essa tamanha barbárie que fizeram com nossos filhos, pois vivemos em um Estado dito democrático de direito que camufla uma verdadeira ditadura continuada, operando livremente, assolando lares de famílias periféricas, sem direito à justiça, à verdade e à liberdade.

Sabemos que os sinhozinhos feudais e o capitalismo, os capitães de mato, o Estado e as chibatadas hoje se concentram nas balas de revólveres dos policiais.

A pena de morte está completamente declarada e descarada nesse país que se diz democrático.

As Mães de Maio vamos seguir exigindo do Estado o direito à memória, à verdade, à justiça e à liberdade! Como já fizeram tantas guerreiras e guerreiros na época da ditadura e em outros períodos históricos, a quem sempre temos sido solidárias. Nós também vamos lutar por este direito, de ontem e de hoje.

Nunca terei o medo da morte. Jamais irei recuar. Nunca deixarei de lutar por um país completamente livre, onde todos os pobres e negros sejam respeitados, tenham dignidade, igualdade e justiça!

**JUNTAS SEMPRE! MÃES DE MAIO
DA DEMOCRACIA BRASILEIRA!**

SE EU FOSSE MÁGICA EDNALVA SANTOS MÃE DE MARCOS

Nem sei por onde começar, mas vou tentar explicar o inexplicável.
A minha vida sem meu filho é o mais sem sentido dos sentimentos.
O vazio é um verdadeiro poço sem fim.

*

A dor da saudade de meu primogênito, o rapaz, o filho que toda mãe almeja ter. Trabalhador, estudioso, carinhoso, educado, sem vícios. O único vício que ele realmente tinha era o surf. Cair no mar e ficar horas surfando. Ah, e sim: depois que nasceu sua filhinha Maria Eduarda, ela se tornou outro vício na vida dele.

*

Meu filho, um rapaz saudável, de pouca conversa e muitos amigos.

Até aparecerem Os Ninjas [grupo de extermínio da Baixada Santista], policiais sem escrúpulos, para tirarem a vida de meu filho, que foi ceifada por estes marginais de farda bem no Dia das Mães, que hoje para mim nem existe mais. Essa celebração de Dia das Mães...

*

Comecei a investigar, a interrogar possíveis testemunhas, por conta própria, e todas elas afirmaram que tinham sido policiais por trás das toucas ninjas. Deixaram transparecer que eram bandidos de fardas policiais.

*

E por conta de nossa luta toda ao longo desses anos, já cheguei a parar até na cadeia, acusada de tráfico de drogas, enquadrada por policiais, que forjaram esta acusação pois queriam e querem que eu pare de falar que foram eles que mataram meu filho. Mas o Ministério Público e uma série de testemunhas conseguiram provar que eu era inocente.

*

Gostaria de poder dizer também que, se eu fosse mágica, não existiria guerra, não existiria fome e nem polícias.

**GOSTARIA DE PODER DIZER TAMBÉM QUE,
SE EU FOSSE MÁGICA, NÃO EXISTIRIA GUERRA,
NÃO EXISTIRIA FOME E NEM POLÍCIAS.**

MÃE É VIDA VERA DE FREITAS MAE DE MATEUS

Mês de Maio era um mês de grandes comemorações para nós. De repente, de um mês de felicidades, tornou-se um mês de profunda tristeza para mim e toda minha família.

O Dia das Mães, comemorado em 14 de Maio de 2006, foi um dia muito feliz. Reuni em minha casa toda a família e confraternizamos em torno de minha mãe, na época com 80 anos. Porém, três dias depois, no dia 17 de Maio, minha vida mudou.

Nesse dia o meu filho Mateus foi à Escola e, chegando lá, encontrou seu amigo Ricardo que estudava na mesma classe. Os dois foram dispensados, juntamente com os outros alunos, sem justificativa nenhuma. Mais tarde eu soube que a direção da escola havia recebido um telefonema, ordenando “toque de recolher”. Mateus e Ricardo foram então à Pizzaria do Bairro, conversar com os amigos, lá onde foram assassinados por indivíduos encapuzados sobre motos.

Acabaram-se naquele momento todos os sonhos de dois jovens e de suas famílias, em verem seus filhos estudados, realizados profissionalmente e de constituírem suas próprias famílias. Até hoje, todos os dias têm sido de muita dor, sofrimento, saudades e inconformismo.

Além de não ter mais o Mateus, tenho que conviver com a impunidade, porque as autoridades competentes não têm interesse em investigar essa autoria. Sofro junto com as outras Mães que perdem seus filhos assassinados. Infelizmente o extermínio continua sem que ninguém faça nada para impedi-lo.

Só quem perde um filho sabe o tamanho da dor. Às vezes ela se torna tão insuportável que tenho que pedir a Deus que tenha misericórdia de mim para que possa continuar o meu caminho.

Cobro justiça e cobrarei por toda minha vida. É preciso que se acabe com a impunidade, do contrário, os assassinatos e o sofrimento de Mães e Familiares continuarão.

**MÃE É
VIDA,
E NÃO MORTE.
MÃE É
AMOR,
E NÃO DOR.**

DRAMA DE UMA FAMÍLIA

FRANCISCO GOMES

PAI DE PAULO

“Mês de maio, mês das noivas, dia das mães, mês de Maria, mãe de Jesus, deveria ser só de alegria, mas se tornou o mês mais triste da minha vida, da minha esposa e filha, e as demais famílias que tiveram seus filhos e filhas tragicamente mortos, deixando para trás planos e desejos prematuramente consumidos pelos atos de covardia de pessoas que se julgam no direito de tirar a vida de seus semelhantes sem nenhum julgamento. Nem a pena de morte é executada sem julgamento nos países do primeiro mundo.

Há 9 anos atrás, perdi uma filha vítima da violência e até hoje não foi encontrado o culpado. Só Deus sabe a dor que eu e minha família sofremos, e, agora, neste fatídico mês de Maio, meu filho desaparece sem nenhum sinal: nem se está vivo.

Passa em minha lembrança um filme que mostra os momentos que eu e minha esposa o visitávamos no semi-aberto, sua alegria, seus planos para quando tivesse sua liberdade, começasse uma vida nova. Enfim ele saiu daquele triste lugar muito contente.

Fui buscá-lo e começava uma nova vida; mesmo estando em condicional. Apesar das dificuldades que se encontrava, ele trabalhava sempre alegre, vendendo águas e refrigerantes em locais esportivos; mas enfim, neste fatídico mês de Maio seus planos foram bloqueados, deixando em nós um vazio imenso, pois só quem é pai ou mãe, que vê seus filhos sendo gerados, crescendo, correndo pela casa, muitos planos são feitos, tudo de bom a gente sonha, até que um dia, o próprio mundo que nos concedeu a graça de ter filhos se encarrega de levá-los da gente.

Hoje, tento entender o que houve, junto com outras famílias que também perderam seus filhos tragicamente mortos naquela noite do mês de Maio, e, em reunião, vamos adquirindo forças para continuar lutando juntos; mas um vazio sempre irá nos acompanhar.

Até quando vai durar esta impunidade, esta desigualdade social? Sei que é difícil combatê-las, mas é preciso que se faça algo para alertar nossos governantes



Há 9 anos atrás, perdi uma filha vítima da violência e até hoje não foi encontrado o culpado. Nesse fatídico mês de maio meu filho desaparece...

para que nossos jovens tenham um futuro mais longo e promissor.

As famílias que participam dos encontros no Cravi (Centro de Referência e Assistência das Vítimas) buscam apoio para seus problemas: diversos casos envolvendo violência, sede de justiça e paz. As famílias chegam aqui angustiadas e sem esperança são ouvidas em grupo contando seus dramas e desejos, sempre acompanhadas por assistentes sociais e psicólogas. Através da convivência em reuniões nos tornamos mais otimistas, tendo assim uma nova visão para continuar vivendo.”

ÉTICA E DIREITOS HUMANOS: AS EXECUÇÕES SUMARIAS EM SAO PAULO - MAIO DE 2006

FRANCILENE GOMES IRMA DE PAULO

1 - INTRODUÇÃO

O presente texto é produto da pesquisa “Desaparecidos de maio de 2006: uma história sem fim um desafio para o serviço social na perspectiva de direitos humanos”, apresentada na Faculdade de Serviço Social da PUCSP no TCC, em 14 de dezembro de 2007.

Realizada em conjunto com a então graduanda Adriana Szmyhiel, a pesquisa objetivou contextualizar os acontecimentos ocorridos em São Paulo em Maio de 2006. Naquela ocasião, entre os dias 12 e 20 de maio, 493 [1] pessoas foram mortas por arma de fogo e outras 4, passados quase quatro anos, encontram-se desaparecidas. Dentre as vítimas desse massacre, meu irmão, Paulo Alexandre Gomes, de 23 anos, encontra-se desaparecido desde 16/05/06.

Frente a esse contexto, buscamos entender, naquela pesquisa, qual foi a ação do Serviço Social em três instituições que lidam com situações de violência, e que, na ocasião, atenderam familiares de vítimas deste episódio. Como resultado, identificamos que tais instituições responderam a essa demanda de forma distinta, com ações desarticuladas e tímidas que demonstraram, muitas vezes, fragilidades no enfrentamento da questão. Naquela pesquisa, o objeto de nossa pesquisa foram as vítimas que encontram-se desaparecidas.

Discutimos que o desaparecimento de pessoas não é um fato novo; para isso elaboramos um resgate histórico destas situações, durante os regimes ditatoriais na Argentina (1976 -1983) e no Brasil (1964 -1985). A metodologia do desaparecimento forçado continuou a ser utilizada por agentes do Estado autoritário; que o poder autoritário se dissemina na contemporaneidade, assim discutimos o papel dos representantes do Estado, a ROTA - Rondas Ostensivas Tobias Aguiar, tropa

de elite da polícia paulista, que saiu às ruas naqueles dias à caça de criminosos, executando dezenas de jovens.

Diante dessa problemática, a fim de legitimar nosso entendimento de que é imprescindível que nós, profissionais assistentes sociais, nos apropriemos destas discussões acerca da violência, faz-se necessária elencarmos dados alarmantes.

Segundo o Mapa da Violência de 2006 [2], as taxas de violência homicida continuam extremamente elevadas. Em nível internacional, entre 84 países do mundo, o Brasil, com uma taxa de total de 27 homicídios em cem mil habitantes, ocupa a quarta posição no ranking, só melhor que a Colômbia. “As taxas de homicídio de 2004 são trinta ou quarenta vezes superiores às taxas de países como Inglaterra, França, Alemanha, Áustria, Japão ou Egito.” (WAISELFISZ, 2007:123).

Refletindo sobre o enfrentamento da questão, em termos de políticas sociais e da ação do Serviço Social, entendemos que algumas características da “violência homicida”, segundo o sociólogo Julio Jacob Waiselfisz, devem ser consideradas:

- As vítimas de homicídio são preferencialmente jovens.
- É na faixa “jovem”, dos 15 aos 24 anos, que os homicídios atingem maior expressividade. Na faixa dos 20 aos 24 anos de idade, apresenta taxas entorno de 65 homicídios por cem mil jovens.
- Na faixa da minoridade legal, dos 14 aos 17 anos, que os homicídios vêm crescendo “em ritmo assustador”, com pico nos 14 anos. Na década 1994/2004, cresceram 63,1%.
- A grande maioria das vítimas de homicídio é do sexo masculino (92,1%), em todas as unidades federadas.
- As taxas médias de homicídios ocorridos de 2002 a 2004, mostram que há no Brasil 10% dos municípios com as maiores taxas de homicídio, de 29,7 até 165,3 homicídios em cada cem mil habitantes. Muitos destes municípios, pertencentes ao Estado de São Paulo.

No que diz respeito a população jovem, cabe destacar que o Estado de São Paulo, em 2004, ocupava o 9º lugar no ranking brasileiro nas mortes de jovens por homicídio. Nossa taxa era de 56,4 jovens mortos por este tipo de violência, a cada cem mil habitantes.

Segundo Acquaviva e Isoldi [3] (2002), em São Paulo, a remoção dos pobres é sutil, surda e crescente. Eles estão confinados nas periferias, onde não se pode vê-los, tampouco podem ser presenciadas suas mortes. “Parece que são homens destinados a morrer, vidas nuas, sem valor” (ibid.,84)

É imprescindível compreendermos a violência para além da sua associa-

ção à pobreza. O assistente social precisa se apropriar da discussão deste fenômeno com vistas a qualificar seu trabalho de atendimento à população.

A população mais pobre da cidade, vítima privilegiada da violência vermelha e da violência branca, está presente o tempo todo no trabalho do assistente social que quase nunca é capaz de perceber que nas entrelinhas da fala ou da falta de brilho no olhar daquele que o procura, esconde-se uma vida marcada pelo medo e pela violência, em busca de recriação. “(ibid.,:86)

É nesse contexto de barbárie, que dizima cotidianamente a vida de pessoas - em sua maioria, homens jovens, negros, pobres e moradores de periferias - que ocorreram os Crimes de Maio de 2006, marcando uma das maiores, se não maior, violação de direitos humanos em pleno Estado Democrático de Direito. Com vistas a resgatar o histórico deste mês sangrento faz-se necessário desvelar alguns aspectos.

2 - MAIO DE 2006 - BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A compreensão das violações de direitos humanos ocorridas em Maio de 2006, supõe o resgate de dois aspectos importantes que circunscrevem o contexto histórico daquele período. Não se trata de destacar os fatos difundidos pela imprensa naquela ocasião, pois tais argumentações tendem a atribuir toda a barbárie ocorrida ao PCC, justificando ainda o revide da ação policial. O fato que deve ser destacado é que ao PCC atribui-se o comando de rebeliões em 82 presídios e 43 mortes, de um universo de mais de 400.

Os denominados “ataques” começaram a ser noticiados pela mídia por volta das oito horas da noite do dia 12 de Maio e tiveram continuidade ao longo daquele fim de semana, sobretudo no dia das mães.

Durante o dia 15 de Maio, os ataques prosseguiram até a madrugada. Segundo os registros da época, cinco mil dos 15 mil ônibus da frota de São Paulo saíram de circulação e vinte foram incendiados à noite. Naquela data, 11 agências bancárias foram atacadas.

Na noite de segunda-feira, 15 de Maio, apesar do comandante geral da PM, coronel Elizeu Éclair ter se pronunciado publicamente dizendo que estava “tudo sobre controle”, a terceira maior cidade do mundo ficou deserta e teve, com certeza, o maior índice de mortes por arma de fogo em uma só noite, na história do Brasil. Sob a égide de um Estado repressor, dezenas de jovens fo-

ram executados na noite de 15 de maio de 2006. Naquela data, deram entrada nos IML’s do Estado, 117 corpos.

Hoje, infelizmente, sabe-se que é a partir desta data, que a polícia começou a agir deliberadamente. Sob o argumento de garantir a manutenção da segurança pública e devolver a “tranquilidade” requerida por toda a população, a Polícia Militar do Estado de São Paulo colocou nas ruas todo o seu efetivo de viaturas, inclusive, de suas tropas de elite, Força Tática e ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar).

De fato, tudo começou a parecer mais tranquilo, no entanto, tal qual ocorrerá no dia anterior, a noite de 16 de Maio registrou 89 óbitos, em razão de ferimentos por arma de fogo. Mortes registradas no Boletim de Ocorrência como “resistência seguida de morte.”

Os levantamentos realizados por integrantes da “Comissão Especial da Crise da Segurança Pública no Estado de São Paulo constataram que houve fortes indícios de execução sumária nas mortes registradas como homicídio com autoria desconhecida, bem como nos homicídios praticados por policiais registrados como “resistência seguida de morte”. Esse tipo de execução pode ser identificado pelo esfumaçamento na roupa da vítima, este só é notado na hipótese de tiro a curta distância.

Outra constatação feita pela comissão é que não houve preservação do local dos crimes por parte da polícia, fato que prejudicou a realização de perícia por parte da equipe de criminalística. Pode-se identificar também que as vítimas, já mortas, foram removidas do local da morte, sendo levadas para os hospitais. “Depois, ao retirar o corpo do local para dificultar uma possível investigação, encenam uma atitude de socorro, uma atitude que transforma os hospitais de São Paulo em esconderijos de cadáver. (...)” (BARCELOS, 1986:170). Segundo este autor, salvo em raras exceções, as vítimas, realmente, não chegam feridas ao hospital, mas sim mortas. “Alguns corpos até já apresentam rigidez cadavérica, sinal da morte ter ocorrido há mais de três horas. (ibid.,: 171).

Fato muito importante a ser aqui destacado diz respeito aos locais onde ocorreram as mortes e os desaparecimentos destas pessoas. A maioria dos crimes aconteceu nos bairros pobres da periferia de São Paulo. Locais onde o Estado é ausente, regiões que representam setores censitários de índices que variam de vulnerabilidade social alta, e muito alta, onde constata-se baixa renda dos moradores, baixo nível de escolaridade, chefes de domicílio muito jovens e a presença significativa de crianças, além de serem regiões dominadas pelo tráfico de drogas.

Ainda no que se refere a Maio de 2006, as dimensões deste trágico momento de São Paulo, se refletem até mesmo nas estatísticas sobre o evento. Enquanto o CREMESP (Conselho Regional de Medicina de São Paulo) contabiliza 493 mortes entre os dias 12 e 20 de Maio, o Ministério Público atua com o número de 243 mortes, relacionadas efetivamente a referida semana. Por sua vez, a Secretaria de Segurança Pública assume somente 140 casos, aqueles que foram registrados como resistência seguida de morte.

Consideramos que a estatística mais contundente sobre Maio de 2006 é a divulgada pelo Observatório das Violências Policiais [4],

194 mortes atribuídas a agentes policiais, 33 mortes de autoria da ROTA 161 por policiais da Força Tática,

policiais civis, policiais militares e pessoas encapuzadas.

3 - VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS: A AÇÃO POLICIAL

A ideologia repressora se enraizou no contexto ditatorial, não teve fim com o término da ditadura. Do contrário, se disseminou, ao longo das últimas décadas, agregando elementos próprios do contexto além de valores culturais. Em Maio de 2006, de novo, são agentes do Estado que possuem legitimidade para matar, exterminar, tirar a vida de outro ser humano e fazer desaparecer o corpo, visto que sem este não existe crime. Tal legitimidade, ao longo dos últimos anos, vem ganhando força, se pensarmos que temos uma política de extermínio dos pobres. Os Crimes de Maio evidenciam essa premissa. Neste momento histórico constatamos de forma explícita que a polícia continua matando. Segundo Caco Barcelos, se no período de repressão política ela se baseava em uma investigação para selecionar o inimigo, agora, basta uma simples desconfiança, ou para mais além, basta ser pobre, negro, morador da periferia.

(...) os PMs são alunos que aprenderam o pior dos seus professores do passado. Além de terem copiado o método brutal da repressão – o fuzilamento-, ainda conseguem a proeza de desrespeitar a lei do direito à vida de forma mais insana. Enquanto os policiais da repressão política se baseavam em uma investigação para selecionar o inimigo a ser morto, os matadores da PM agem espontaneamente, sem

nenhum critério prévio. Escolhem suas vítimas a partir de uma simples desconfiança. (BARCELOS, 1992:97)

Nos últimos anos, sobretudo em Maio de 2006, temos constatado que a solução encontrada pelo Estado para continuar a exercer medidas de repressão e coerção, sem ser considerado injusto e autoritário, foi e tem sido a de criminalizar a pobreza, atuando de forma extensiva ao local onde os pobres habitam.

Colaborando para o aumento dessas estatísticas, faz-se importante considerar, além de todas as determinações da metrópole e todas as formas de violência em que se apresentam a segregação espacial que vivemos. Esse movimento também é determinado por um amplo projeto segregacionista, que se concretiza no desenho da cidade, em seu urbanismo. As linhas de corte da cidade recaem sobre os corpos das pessoas.

Segundo o professor Dr. Paulo Endo, mais de 85% dos moradores do município de São Paulo foram alvos do processo de marginalização e alijamento, causado por uma distribuição espacial que prioriza a periferização. Essas pessoas residem em áreas que não atendem aos critérios mínimos de inclusão social e vivem totalmente apartadas das regiões, onde se concentram os maiores benefícios. Tal distribuição vai demarcando áreas inteiras, sob a égide de interesses políticos, sociais e econômicos.

Nessa perspectiva, se analisarmos os resultados da pesquisa do Cremesp e traçarmos os locais dessas mortes, em sua maioria ocorridas nas periferias, principalmente na região da zona Sul e Leste, com certeza identificaremos que as vítimas são oriundas de locais onde a ação pública é inexpressiva ou inexistente: são vítimas das ilegalidades das ações policiais porque são pobres, negras e moradoras dessas áreas de segregação.

Considerando os resultados de nossa pesquisa, podemos considerar que a classe mais atingida pela “reação” de parte da corporação policial, foi (e tem sido) aquela menos favorecida, os pobres da periferia. A autora Marilda Yamamoto nos auxilia nessa constatação.

Hoje a imagem da pobreza é radicalizada: é o perigoso, o transgressor, o que rouba e não trabalha, sujeito à repressão e à extinção. São as “classes perigosas”, e não mais laboriosas, destinatárias da repressão. Reforça-se assim a violência institucionalizada, colocando-se em risco o direito à própria vida. (IAMAMOTO, 2003:42)

Elucidando a discussão aqui presente entendo ser imprescindível resgatar o histórico das vítimas de desaparecimento forçado, este, segundo o Ministério Público Federal de São Paulo [5], significa :

Desaparecimento forçado. Sequestro. Crime permanente. Inocorrência da prescrição e não abrangência pela Lei de Anistia: O desaparecimento forçado tipifica o crime de sequestro qualificado. Crime permanente, cujo termino da consumação não pode ser fixado enquanto não identificados eventuais restos mortais. Possibilidade do crime ainda estar sendo consumado. Impossibilidade de definir o termo a quo da prescrição. Afastamento da lei de anistia por impossibilidade de considerar o crime como praticado no lapso temporal por esta determinada.

4 - ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: DESAPARECIMENTOS FORÇADOS DE PESSOAS, MAIO DE 2006

Ronaldo Procópio Alves, 30 anos

13 de maio de 2006

Parelheiros, zona sul de São Paulo

Ronaldo Procópio Alves, 30 anos, desapareceu em 13/05/06, por volta das 13hrs no bairro de Parelheiros. Segundo declaração de testemunhas, policiais militares da Força Tática o abordaram e o agrediram, colocando-o no “chiqueirinho” da viatura. Desde então a família nunca mais soube notícias de seu paradeiro.

Diego Augusto Sant’Ana, de 15 anos

Everton Pereira dos Santos, de 26 anos

14 de maio de 2006

Guarulhos

No dia 14/05/06, Diego Augusto Sant’anna, 15 anos, negro, desapareceu no Bosque Maia, em Guarulhos, em companhia de Everton Pereira dos Santos, de 26 anos. Ambos foram abordados e detidos por policiais militares de uma viatura não identificada, na região do Bosque Maia em Guarulhos. Com relação ao desaparecimento de Diego, alguns de seus amigos disseram ao Sr. Agostinho, pai do adolescente, que o seqüestro de Diego e Everton foi realizado por policiais da Força Tática, que segundo testemunhas, ambos teriam sido abordados e levados pela viatura da Força Tática.

Paulo Alexandre Gomes, de 23 anos

16 de maio de 2006

Itaquera, zona leste de São Paulo

Paulo Alexandre Gomes, 23 anos, saiu de sua residência, no dia 16/05/06, por volta das 21hrs, dizendo que ia para casa da namorada Janaína. Foi visto pela última vez, na mesma noite, por volta das 23 horas. Segundo a versão de algumas testemunhas o grupo de amigos, dentre estes Paulo teriam sido abordados por policiais da ROTA que teriam agredido alguns rapazes, detido Paulo que nunca mais foi visto. As investigações da Corregedoria afirmam ainda que, na noite de 16/05/06, nenhuma viatura da ROTA esteve nesta região, fato facilmente contestado tendo em vista que a própria família viu ao menos duas viaturas circulando na rua onde residem.

Semelhanças nos casos:

- As famílias não tiveram contato com as vítimas, exceto no caso de Ronaldo, o desaparecimento ocorreu desde a apreensão das vítimas, não existe a passagem pelas Delegacias de Polícia.
 - Nos quatro casos há testemunhas que teriam presenciado a abordagem e posterior detenção dos jovens, por policiais da Força Tática e Rota.
 - Os quatro desaparecidos foram declarados pelos familiares como negros ou pardos. Os quatro tinham baixa escolaridade, nenhum deles completou o primeiro ciclo do ensino fundamental.
 - Ronaldo, Everton e Paulo tinham passagem pela polícia. Everton e Paulo estavam em liberdade condicional, Ronaldo em liberdade provisória. Diego estava cumprindo prestação de serviço à comunidade.
 - Os casos ocorreram na capital e região metropolitana de São Paulo, em regiões periféricas, onde há ausência de serviços públicos. Os bairros onde as vítimas viviam são isolados política e geograficamente.
 - Os familiares não tiveram nenhuma assistência do governo, foram mal tratadas nas Delegacias de Polícia. Foram, inclusive, inquiridas acerca da vinculação das vítimas ao PCC. Ouviram insinuações da possível participação de seus familiares, nos ataques “criminosos” ocorridos, bem como em reunião ocorrida na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, na data de 12/06/07, ouviram do Diretor do DHPP de São Paulo, Dr. Domingos Paulo Neto, referindo que o desaparecido Ronaldo, “não tinha uma vida pregressa nada recomendável”.
- Diante ao exposto, considerando todo esse contexto de violações de direitos hu-

Os quatro desaparecidos foram declarados pelos familiares como negros ou pardos. Os quatro tinham baixa escolaridade, nenhum deles completou o primeiro ciclo do ensino fundamental.

manos, entendo que a possibilidade de trazer à tona a discussão sobre os Crimes de Maio é uma oportunidade única para que nós familiares das vítimas possamos ter a chance de falar de nossa dor, nossa indignação, de nossa solidão durante este percurso rumo à verdade sobre o que de fato aconteceu com nossos parentes naquela semana de horror.

Além disso, enquanto assistente social defendo com base em um dos princípios fundamentais de nosso código de ética profissional a defesa Intransigente dos Direitos Humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo. Tal premissa norteou minha participação no Tribunal Popular, evento ocorrido nos dias 04 e 05 de dezembro de 2008, em São Paulo e teve como objetivo se contrapor às celebrações oficiais dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos ao julgar o Estado Brasileiro pelas práticas sistemáticas de violações de direitos.

Nesta importante manifestação de resistência social, que envolveu mais de setenta entidades sociais, dentre elas o CRESS-SP e movimentos sociais, a discussão acerca das execuções sumárias teve centralidade na 3ª sessão de instrução, realizada em 05 de dezembro de 2008, intitulada: “Violência estatal contra a juventude pobre, em sua maioria negra: os crimes de maio/2006 em São Paulo e o histórico genocida de execuções sumárias sistemáticas”. A Sessão julgou assim, as ações deliberadas de uma política que visa o extermínio moral e letal destes jovens negros e pobres.

5 - CONCLUSÃO

Quando iniciei meus estudos acerca da violência adentrei em um universo pouco explorado pelo Serviço Social e que se apresenta como um grande desafio para as (os) assistentes sociais.

Ser assistente social e sujeito da ação, enquanto familiar de vítima, demonstrou, ao longo deste percurso que completa quatro anos em Maio de 2010, que é possível sairmos da condição de agente passivo e assumirmos a posição de sujeito da nossa história.

No intuito de “decifrar a realidade”, como preconiza Iamamoto, nos remetemos aos sujeitos estudados no TCC, bem como as centenas que foram dizimadas em Maio de 2006, em sua maioria, executados sumariamente por policiais militares. Quando vivos, eram tratados como “refúgio” de uma sociedade marcada pela desigualdade social, sendo ainda culpabilizados pelas “escolhas” que fizeram e pelo lugar que ocupam.

No que diz respeito à violência institucional, os familiares de vítimas vivenciam um total abandono do Estado; vivenciam um processo de vitimização

secundária, pois não conseguem acessar seus direitos de cidadania. Estes, na maioria das vezes lhes são negados devido ao lugar que ocupam, são marginalizados pela sua condição social, e tidos como únicos culpados pela violência que atingiu seus entes queridos.

Como observamos, são sujeitos que estão assujeitados, subestimados, subordinados no exercício de sua cidadania pelo Estado. A oportunidade de participação dos familiares de vítimas no Tribunal Popular teve um papel significativo para estas pessoas, deu-lhes a chance de publicizar a injustiça cometida, sobretudo, pelo Estado que pela ação e omissão retalha suas vidas.

[1] Segundo dados do levantamento realizado pelo CREMESP - Conselho Regional de Medicina de São Paulo, publicados no livro, “Crimes de Maio”, do Condepe - Conselho Estadual de Defesa da Pessoa. **[2]** Mapa da Violência dos municípios brasileiros, de autoria de Julio Jacobo Waiselfisz, editado em 2007 pela Organização dos Estados Ibero - Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), com o apoio do Ministério da Saúde do Brasil. **[3]** Profissionais Assistentes Sociais que elaboram uma pesquisa financiada pela FAPESP - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo que objetivou conhecer as demandas das famílias vítimas de violência para consolidação de política pública de atenção. **[4]** O Observatório das Violências Policiais-SP é um sítio voltado para a documentação da violência institucional no Estado de São Paulo, revelada pela ação dos Policiais e de outros agentes do Estado contra as populações pobres das periferias urbanas. Contém um banco de dados de casos de violências (chacinas, execuções sumárias, torturas, mortes sob custódia, abuso de poder, injustiças) baseado essencialmente em notícias de cerca de 100 jornais. Matéria extraída da fonte: http://www.ovp-sp.org/exec_desaparecidos_Maio06_paulo.htm. Acessado em 06/08/2007. **[5]** Documento Histórico da atuação do MPF-SP em relação aos crimes-cometidos na Ditadura Militar (inclui glossário de termos relativos ao caso).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACQUAVIVA, Graziela, ISOLDI, Isaura. Vidas Nuas, mortes banais. Nova pauta de trabalho para os assistentes sociais. Revista de Serviço Social. São Paulo, v. 23, nº 70, p. 81-91, julho. 2002.
BARCELOS, Caco. Rota 66: A História da Polícia Que Mata. São Paulo. Editora Record, 1992.
BAUMAN, Zygmunt. Vidas Desperdiçadas, Rio de Janeiro, Editor Jorge ZAHAR, 2005.
ENDO, Paulo César. A Violência no coração da cidade: Um estudo Psicanalítico. São Paulo: Editora Escuta, 2005.
NOGUEIRA, Rose. (Org.). Crimes de Maio. 1ed. São Paulo, 2006.
SZMYHIEL, Adriana, GOMES, Francilene. Desaparecidos de maio de 2006: uma história sem fim: um desafio para o serviço social na perspectiva de direitos humanos. São Paulo, TCC, Serviço Social. 2007. PUC-SP.

MEUS FILHOS MINHA VIDA ANGELA MARIA MAE DE MURILO

Nunca me passou pela cabeça ter um filho assassinado por policiais. Pela polícia que eu os ensinei a respeitar e acreditar, dizia-lhes que ela foi criada para nos proteger. Hoje vejo que os ensinei errado, ou não? Quero acreditar na justiça pois onde iremos parar se não tivermos justiça?

Tudo aconteceu naquele Maio sangrento, mais exatamente no dia 16/05/2006, terça- feira, 2 dias depois do Dia das Mães, às 21:50hs. Nesse dia e hora morria metade da minha vida. Tive 2 filhos e sempre disse a eles: Vocês são a minha vida! Vivo em função de vocês, trabalho por vocês, para vê-los felizes e contentes. Fomos muito felizes nós três, todos os dias eu os abraçava, beijava e dizia: Amo vocês!

Me separei do pai deles quando eles ainda eram pequenos, pois ele era viciado em drogas e bebida, e me tratava muito mal. Me separei pensando no bem dos meus filhos.

Logo comecei a trabalhar e fomos muito felizes até o dia 16/05/2006. Quando eu estava terminando de fazer a janta, olhei para o relógio e pensei: O Murilo está chegando. O telefone tocou, era minha amiga Maria me dando a pior notícia que já recebi na minha vida: "Mataram o Pêlo, Angela, venha correndo para cá, o Pêlo está morto Angela" (Pêlo era o apelido dele).

Corremos eu e o Almeida (meu atual companheiro) para a Av. Ramiz Galvão com a Av. Sanatório, em frente ao lava-rápido em que ele (meu filho) trabalhava. Tinha uma viatura policial, poças de sangue e até pedaços de cérebro no chão. Que vim

**NUNCA ME PASSOU PELA CABEÇA TER UM FILHO
ASSASSINADO POR POLICIAIS. PELA POLÍCIA QUE EU OS
ENSINEI A RESPEITAR E ACREDITAR**

TIRARAM UM PEDAÇO DE NÓS, SANGUE DO NOSSO SANGUE, CARNE DA MINHA CARNE. MEU FILHO!

saber depois que poderiam ser do Murilo (meu filho assassinado), pois atiraram em sua cabeça. Ele morreu na hora.

Minha amiga Maria disse que os garotos estavam em uma turma, de 10 a 12 pessoas, sentados na calçada do lava-rápido cantando quando homens em motos passaram atirando neles. Conseguiram matar três: Murilo (meu filho), Marcelo (amigo) e Felipe (amigo). Os outros conseguiram fugir.

Fomos correndo para o Hospital e pronto socorro São Luis Gonzaga (onde segundo os policiais ali presentes, os corpos seriam levados), aí caiu a ficha, e eu também. O Danilo (meu outro filho) e o Almeida entraram para reconhecer o corpo, confirmar o que não queríamos, era nosso Murilo que estava ali, sem vida, inerte, parado, com o seu corpo já frio, como disse seu irmão Danilo, pois perdeu muito sangue, foram uns 7 tiros.

Eu, Angela, sua mãe e o Danilo seu irmão estamos confiantes de que será feita a justiça para que possamos continuar sobrevivendo e acreditando em alguma coisa nesse mundo.

Tiraram um pedaço de nós, sangue do nosso sangue, carne da minha carne.

Meu Filho!

Quando podia tocá-lo, cobria-o com cobertores.

Hoje não posso mais tocá-lo, então cubro-o com minhas orações.

Esse texto ninguém iria ler se eu não tivesse encontrado apoio no Cravi (Centro de Referência e Apoio às Vítimas). Porque no Cravi encontrei pessoas que ajudaram a me levantar, me ajudaram a procurar por justiça, encontrei também pessoas que passaram pelo que eu passei.

É nesse grupo que nos apoiamos umas nas outras para continuarmos a nossa luta no nosso luto eterno.

APRENDENDO A VIVER SEM UM PEDAÇO DA MINHA VIDA

RITA DE CÁSSIA MÃE DE ROGÉRIO

Meu nome é Rita de Cássia Monteiro.

Vou contar como foi a perda de meu filho Rogério, e como a minha vida mudou.

Na madrugada do dia 17/03/2007, meu filho Rogério estava no Bar do Divas com mais quatro colegas, quando chegaram dois homens encapuzados numa moto, entraram no bar, e dispararam vários tiros. Cinco desses tiros acertaram meu filho Rogério. Ele ainda foi levado para o pronto-socorro e depois transferido para a Santa Casa de Santos, mas não resistiu e veio a falecer. (Detalhe: o 5º Distrito fica na outra esquina de onde ocorreu o assassinato, mas não apareceu nenhuma viatura para socorrê-lo nem para averiguar).

Eu só fiquei sabendo pelo meu filho mais velho, Edson, porque a cunhada dele foi comprar cigarro no Bar do Divas quando as pessoas começaram a falar do tiroteio. Aí falaram do rapaz que tinha levado o tiro, como ele era, foi quando ela foi avisar o Edson. Aí ele me ligou dizendo: “Mãe, o Rogério levou um tiro”. Foi quando começou meu desespero.

Foi quando chamei a minha filha Daniela, que morava nos fundos da minha casa. Ela acordou e falei o quê estava se passando. Quando meu filho Edson tornou a ligar, ele falou com a minha filha Daniela, que o Rogério tinha levado cinco tiros, e que um desses tiros tinha pegado na nuca dele. Só que a minha filha não falava nada para mim porque eu já não estava nada bem.

A minha filha ligou para o meu outro filho Alexandre, e explicou o quê tinha acontecido com o Rogério, e falou: “Alexandre, vá para a Santa Casa porque ele foi transferido para lá”.

Quando o meu filho Alexandre chegou no hospital e deu o nome do Rogério, o médico chamou o Alexandre e disse: “Sinto muito, rapaz: faz cinco minutos que seu irmão veio a falecer”.

Aí meu filho Alexandre ligou para minha filha Daniela, e disse: “Dani, perdemos nosso irmão Rogério”. Caiu uma parede de nossa casa. Porque eu tinha quatro filhos e eles são muito unidos.

Porém a minha filha ainda não falou para mim, naquele momento, que o Rogério tinha

Caiu uma parede de nossa casa. Porque eu tinha quatro

falecido. Ela só mandou eu ir para a casa do pai deles, onde o Rogério morava, que os meus filhos Alexandre e Edson iriam me levar até o hospital. Só que, quando eu cheguei na casa deles, meus filhos disseram que eu tinha que ir para o Pronto Socorro. Eu falei que não queria ir, mas acabei indo assim mesmo.

Quando eu cheguei no Pronto Socorro, o médico me atendeu – o mesmo que atendeu o Rogério. Ele me perguntou: “Dona Rita, o quê a senhora está sentindo?”. Eu falei: “Doutor, é que meu filho levou um tiro, e meus outros filhos mandaram eu vir para aqui”. Foi quando o médico perguntou qual era o nome de meu filho que tinha levado um tiro, e eu respondi: “Rogério”. Ele então me disse: “Dona Rita, eu vou ter que lhe dar um calmante...”. Só que eu não queria tomar remédio nenhum, só queria ver meu filho Rogério.

Aí voltei para casa do pai dos meus filhos, quando o meu genro e os meus dois filhos me falaram: “Mãe, nós perdemos o Rogério, ele faleceu”.

Nossa, naquela hora eu fiquei no desespero... uma angústia... Não tem como explicar o quê uma mãe e um pai sentem quando ficam sabendo que perderam um filho de uma forma tão brutal e tão estúpida como foi a do meu filho Rogério. A gente fica sem chão.

Bom, aí foi a correria de fazer o velório e depois o enterro, só que eu estava tão dopada de remédio que eu nem me despedi direito do meu filho Rogério.

Só que depois disso tudo eu passei a ser outra pessoa, foi quando me deu depressão, problema de pressão alta, labirintite, foi só problema atrás de problema.

Meu filho Alexandre também ficou um pouco perturbado. Ele foi parar de madrugada no cemitério, na campa do Rogério, só saiu depois das seis horas da manhã. Ele diz que estava conversando com o irmão dele.

Enfim, a minha vida não é mais a mesma. Eu não consigo ser a pessoa que eu era. Sempre está faltando alguma coisa, parece que o Rogério vai chegar a qualquer momento.

Às vezes eu fico me perguntando: por que isso aconteceu com o Rogério? Ele não devia nada para ninguém, todas as pessoas que o conheciam ficaram admiradas: por que aconteceu isso com o Rogério? Ele era uma pessoa brincalhona, se dava com todo mundo. Tomava conta do pai dele com muito cuidado. Todos os domingos ele ia para a minha casa passar o dia comigo. Eu sinto muita falta dele.

Os irmãos e o pai dele também. Até hoje o pai dele não consegue ir até a campa dele, ele fala que não tem forças.

Vou terminando, mas com uma dor muito grande no coração e na minha alma.

Mas aprendendo a viver sem um pedaço da minha vida.

E tendo que se acostumar só com as lembranças dele, que foram maravilhosas.

filhos e eles são muito unidos.

**Eu não consigo ser a
pessoa que eu era**

QUANDO SE PERDE UM PEDAÇO DA ALMA FLAVIA GONZAGA MÃE DE MARCOS PAULO

A mãe que perde um filho
Mostra nos olhos o tamanho da dor
De tanto chorar não tem mais lágrimas
Permanece pasma, sofrendo, sem acreditar

Parece que Deus lhe arrancou um membro
Parece que a vida lhe furou os olhos
Parece que o punhal lhe atravessou o coração
Parece que a morte lhe enterrou viva, na mesma cova

A mãe que perde um filho
Mostra no peito o tamanho da dor
Mesmo acreditando, chora pro resto da vida
Calada e sofrendo, seu filho ausente vai amar para sempre

A mãe que perde um filho
Talvez nem saiba
O tamanho dessa missão
Só Deus sabe quantos anos ele viveu
E essa mãe saberá quando, lá na frente, chegar o seu dia!

É preciso ter fé para acreditar em Deus
É preciso ter fé para enxergar mesmo com os olhos furados
É preciso ter fé para amar, mesmo com o coração sangrado
É preciso ter fé para, mesmo enterrada viva, continuar a viver

Mas como pode uma mãe perder seu filho, seu menino
Seu anjo, sem que seu coração
Sinta-se vazio
Dos abraços, desertos de dor e proteção..
Quantas recordações tomam nossos corações nesse momento..

Existe um ditado que diz: vale milhões de vezes mais a vida de um único filho
Do que todas as propriedades do homem mais rico da terra.
Com toda propriedade digo: se foi a maior de todas as nossas riquezas..

**EXISTE UM DITADO QUE DIZ:
VALE MILHÕES DE VEZES MAIS
A VIDA DE UM ÚNICO FILHO DO
QUE TODAS AS PROPRIEDADES
DO HOMEM MAIS RICO DA
TERRA.
COM TODA
PROPRIEDADE
DIGO: SE FOI A
MAIOR DE TODAS
AS NOSSAS
RIQUEZAS...**





PROJETOS NOSSOS

COISAS DA VIDA (TERRA EM TRANSE)

do livro A Poesia dos Deuses Inferiores

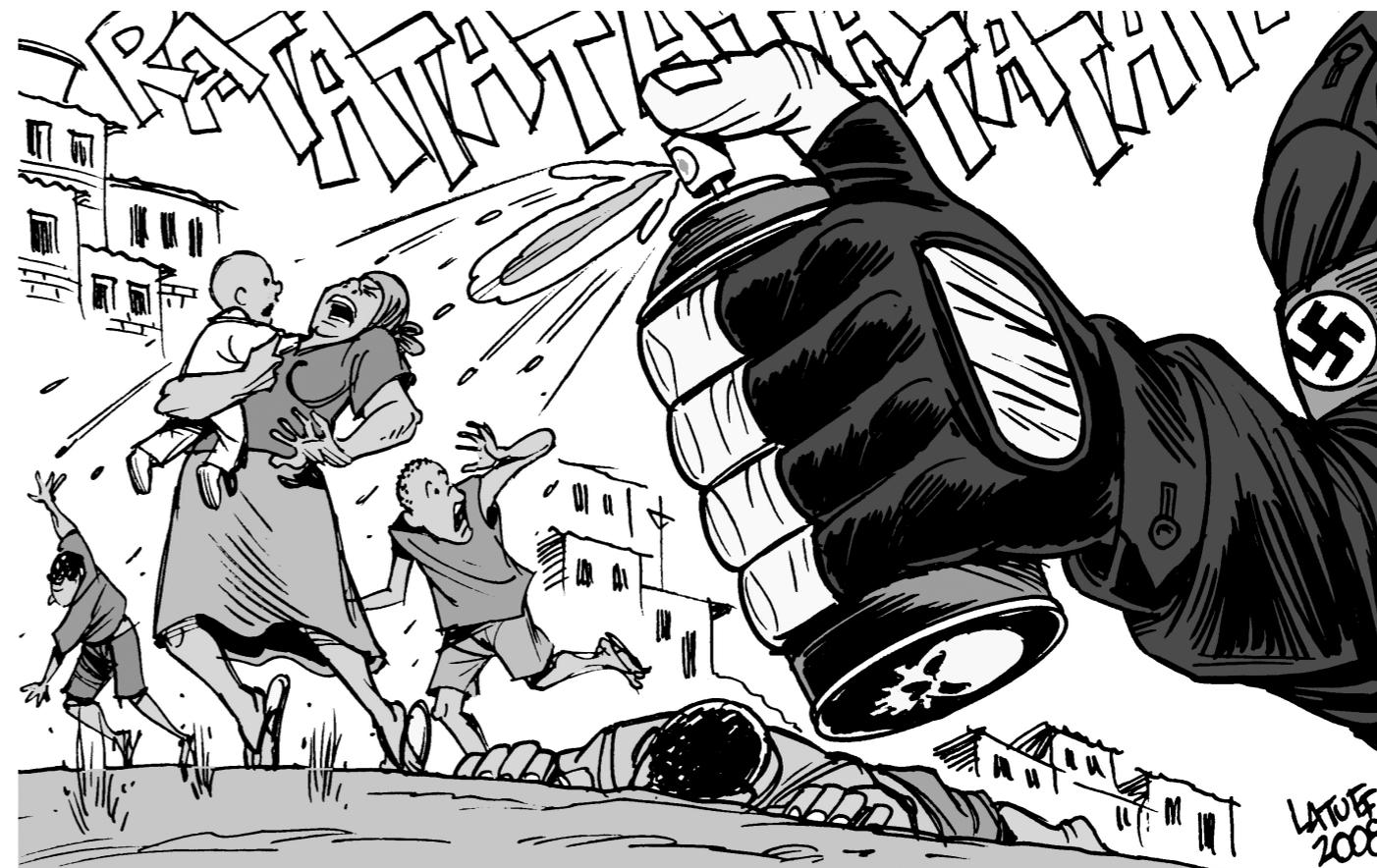
Hoje
Eu vi uma criança acordada
comendo pão dormido.
Um homem desempregado
empregando uma arma.
Uma mulher vestida em trapos
lavando roupa cara.
Um policial desalmado
separando um corpo da alma.
Uma menina desnutrida
com a barriga cheia.
Uma bala perdida
procurando uma veia.
Senhoras de joelhos
andando sem destino.
Velhos com olhos vermelhos
chorando como menino.
Poetas loucos
cuspindo razão.

Anjos e demônios
na mesma religião.
A miséria na coleira da fartura
a vida fácil
às custas da vida dura.
Gente sorrindo
com o coração em pranto
surdos ouvindo
a canção dos falsos santos.
Vi mãos calejadas
beijando mãos macias
José nas enxadas
no cabo delas, Maria.
Com mansos olhos de fel
E a boca dura de fera
vi um país no céu
E o inferno na terra.

POR **SÉRGIO VAZ**

Hoje eu vi

**Um policial desalmado
separando um corpo da alma.**



LINHAGEM PARA RAQUEL

Nossa avó é coragem
Escalando essa serra
Renegando o açoite
De muitas noites em claro
E revolta no olhar

Nossa mãe ponta firme
Trançando a versão
Sepultando a macheza
Ergue o pulso adiante
Se opressão cutucar

Tu és força presente
Lança certa da prosa
Ventre fértil, mãe preta
Embalando o futuro
Nosso fruto secular

Nossa filha é essência
Horizonte de argila
Esculpindo as canções
Cantarolando passado
Pelos ares ecoar.

Essas são nossas memórias
Nossas linhas na história
Escrita em letras de mão
Com graveto na areia
Pra no vento se espalhar

**Ventre fértil
mãe
preta
Embalando
o futuro
Nosso
fruto
secular**

POR MICHEL YAKINI

A ELITE TREME

A elite encontra-se nos grandes centros comerciais, rodeada pelas periferias que ela própria inventou.

A periferia se arma e apavora a elite central.

Nas guerras das armas, os ricos reprimem os favelados com a força do Estado através da polícia.

Mas agora é diferente, a periferia se arma de outra forma. Agora o armamento é o conhecimento, a munição é o livro e os disparos vem das letras.

Então agente quebra as muralhas do acesso, e parte para o ataque.

Invadimos as bibliotecas, as universidades, todos os espaços que conseguimos, arrumar munição (informação).

Os irmãos que foram se armar, já estão de volta preparando a transformação.

Mas não queremos falar para os acadêmicos, mas sim para a dona Maria e o seu José, pois eles querem se informar.

E A PERIFERIA DISPARA.
Um, dois, três, quatro livros publicados.

A elite treme.

Agora favelado escreve livro, conta a história e a realidade da favela que a elite nunca soube, ou nunca quis contar direito.

Os exércitos de sedentos por conhecimento estão espalhados dentro dos centros culturais e bibliotecas da periferia.

A elite treme.

Agora não vai mais poder falar o que quiser no jornal ou na novela, porque os periféricos vão questionar.

O conhecimento trouxe a reflexão e a reflexão trouxe a ação, e agora a revolta esta preparada, e a elite treme.

Não queremos mais seu tênis, seus celulares.

Não queremos mais ser mão de obra barata, e nem consumidores que não questionam a propaganda.

Queremos conhecimento e transformações nas relações sociais.

A elite treme.

Agora não mais enquadrados madames no farol, e sim queremos ter os mesmos direitos das madames.

E é por isso que a elite TEME.

POR SARAUDABRASA

DA PAZ

Eu não sou da paz.

Não sou mesmo não. Não sou. Paz é coisa de rico. Não visto camiseta nenhuma, não, senhor. Não solto pomba nenhuma, não, senhor. Não venha me pedir para eu chorar mais. Secou. A paz é uma desgraça.

Uma desgraça.

Carregar essa rosa. Boba na mão. Nada a ver. Vou não. Não vou fazer essa cara. Chapada. Não vou rezar. Eu é que não vou tomar a praça. Nessa multidão. A paz não resolve nada. A paz marcha. Para onde marcha? A paz fica bonita na televisão. Viu aquele ator?

Se quiser, vá você, diacho. Eu é que não vou. Atirar uma lágrima. A paz é muito organizada. Muito certinha, tadinha. A paz tem hora marcada. Vem governador participar. E prefeito. E senador. E até jogador. Vou não.

Não vou.

A paz é perda de tempo. E o tanto que eu tenho para fazer hoje. Arroz e feijão. Arroz e feijão. Sem contar a costura. Meu juízo não está bom. A paz me deixa doente. Sabe como é? Sem disposição. Sinto muito. Sinto. A paz não vai estragar o meu domingo.

A paz nunca vem aqui, no pedaço. Reparou? Fica lá. Está vendo? Um bando de gente. Dentro dessa fila demente. A paz é muito chata. A paz é uma bosta. Não fede

**A paz é muito
falsa. A paz é
uma senhora.
Que nunca olhou
na minha cara.**

POR MARCELINO

**Nem que a paz venha aqui bater
na minha porta. Eu não abro. Eu
não deixo entrar.
A paz está proibida.**

nem cheira. A paz parece brincadeira. A paz é coisa de criança. Taí uma coisa que eu não gosto: esperança. A paz é muito falsa. A paz é uma senhora. Que nunca olhou na minha cara. Sabe a madame? A paz não mora no meu tanque. A paz é muito branca. A paz é pálida. A paz precisa de sangue.

Já disse. Não quero. Não vou a nenhum passeio. A nenhuma passeata. Não saio. Não movo uma palha. Nem morta. Nem que a paz venha aqui bater na minha porta. Eu não abro. Eu não deixo entrar. A paz está proibida. A paz só aparece nessas horas. Em que a guerra é transferida. Viu? Agora é que a cidade se organiza. Para salvar a pele de quem? A minha é que não é. Rezar nesse inferno eu já rezo. Amém. Eu é que não vou acompanhar andor de ninguém. Não vou. Não vou.

Sabe de uma coisa: eles que se lasquem. É. Eles que caminhem. A tarde inteira. Porque eu já cansei. Eu não tenho mais paciência. Não tenho. A paz parece que está rindo de mim. Reparou? Com todos os terços. Com todos os nervos. Dentes estridentes. Reparou? Vou fazer mais o quê, hein?

HEIN?

Quem vai ressuscitar meu filho, o Joaquim? Eu é que não vou levar a foto do menino para ficar exibindo lá embaixo. Carregando na avenida a minha ferida. Marchar não vou, ao lado de polícia. Toda vez que vejo a foto do Joaquim, dá um nó. Uma saudade. Sabe? Uma dor na vista. Um cisco no peito. Sem fim. Ai que dor! Dor. Dor. Dor. A minha vontade é sair gritando. Urrando. Soltando tiro. Juro. Meu Jesus! Matando todo mundo. É. Todo mundo. Eu matava, pode ter certeza. A paz é que é culpada. Sabe, não sabe?

A paz é que não deixa.

FREIRE

O PULSO AINDA PULSA

Na porta do bar, um copo segura um homem.

Na verdade, quem o visse assim parado na porta do Bar esquina da Rua Quarunás com a Rua 24 não veria o copo, não veria o homem. Apenas um corpo negro, escuro, sustentando farrapos, um cheiro forte de fumaça impregnando o azulejado e os olhos com restos esparsos do que foram barracos. Quem olhasse para ele naquela noite seja por minutos seja por horas veria sempre a mesma coisa: cinzas.

São nomes agora confusos que na sua mente atravessam, rasgam, neurônios perfuram: São Rafael, Lajeado, Vila do Nilo, Vila Santa Catarina, Vila Andrade, Naval, Pau Queimado; Zaki Narchi, Raimundo Pereira de Magalhães, Chácara Bela Vista, Jardim Aeroporto, Real Parque. Conhecia todos estes lugares. Alguns, pelas lideranças diretas. Outros, por acompanhar pelos jornais. E agora Tiquatira.

Por duas vezes entre dois dias: Tiquatira.

Não importa o quanto digam que foi acidente. Que um morador descuidado esqueceu um fogão ligado, que um gato deu curto e espalhou faíscas para todos os lados. Que fizeram fogueira no lugar errado. Seu João Benedito, véi de guerra, que sempre foi líder nato nesta selva de pedra sabe o quanto vale um terreno nesta terra. O quanto incomodava a ocupação de sua gente nela. Conhece bem a contabilidade, a velocidade com que supostos acidentes aumentam nas favelas conforme o interesse da especulação imobiliária cresce na cidade sem trégua.

Treze incêndios acidentais nos últimos dois anos?

Parece brincadeira.

Quase ensaia o último trago quando da mente evasiva abruptamente é resgatado pelo baque-seco da garrafa de pinga que bate contra o teto da estufa de vidro que em seu interior traz resguardado ovos cozidos rosados e amarelados:

- Mais uma, seu Dito?

Treze incêndios acidentais nos últimos dois anos? Parece brincadeira.

Estende o braço ao homem por trás do balcão e faz um gesto qualquer com a cabeça que o homem entende como um sim-e-não e deixa-o colocar mais uma dose antes de vê-lo voltar pra sua pequena cozinha.

Seu Dito continua em pé, na porta do bar. O copo o ajuda a se segurar.

Crianças correndo descalças no chão de barro levando a pipa aparecem em suas vistas, num piscar. E são seguidas de outras mãos correndo com filhos nas mãos e no colo, gritando: - “Meu Deus, meu Deus!” - se ajoelhando e colocando a rezar. Homens que madrugavam no caminho pro trabalho com marmitta feita antes do sol raiar, aparecem agora com baldes, panelas, mangueiras e latas velhas tentando o fogo apagar.

Tudo é em vão. A fogueira é insaciável. O incêndio incontrollável e a tudo devora muito rápido. O que se levou anos para construir, montar, trazer, pagar, em minutos vira fumaça, cinzas no ar.

Cama, fogão, geladeira; fotos, roupas, documentos, lembranças de vidas inteiras. Nada, nada. Quase nada fica para guardar. De sobra um terreno. Em ruínas cinza e preto, madeiras a estralar, e o rosto marcado por algo que lembra carvão nas centenas de adultos, jovens, velhos, mulheres, cachorros e crianças, que entre as buscas dos bombeiros tentam se deparar com algo útil ainda para levar.

“- Foi tudo” - alguém diz.

“- Tudo é muito, pra quem não tinha quase nada.” - outro responde

Se pudesse seu Dito sentava, na parede encostava, e se colocaria como criança a chorar.

Não pode. De longe um de seus filhos caminha, parece o avistar. Aproxima e se senta em um dos degraus da porta do bar. Após alguns minutos em silêncio, com uma voz mansa, como se não quisesse incomodar, olha pro pai e pergunta:

- Pai, meu caderno queimô. Como que amanhã eu vô estudá?

A pinga que antes descia e queimava na garganta de seu Dito novamente trava, pára. E antes que seu filho percebesse que ele na resposta vacilava, que

POR **RODRIGO**

CIRÍACO

seu olho mareava lhe devolve outra pergunta, selada:

- Pai já deixô alguma coisa faltar?

- Não, nunca.

- Então se aquieta. Amanhã é outro dia. Pai cedo madruga. Consegue seu caderno, dos seus irmãos, cês vão pra escola estudá.

As palavras do pequeno tiraram seu Dito do transe que estava até então. Abandonou o copo, sacou algumas moedas do bolso, pagou o que devia e estendeu para o seu filho sua mão. Surpreendendo o menino suspendeu-o com um puxão, colocou-o acima de sua cabeça com as pernas entre o seu pescoço gritando e trotando:

- Bôra? Então, segura, peão!

Sai galopando como se estivesse em um campão. Um vazio nos bolsos, o medo no estômago, mas a coragem recomeça a brotar no coração. Na mente, algumas idéias. Para improvisar trabalho, roupas, alimentação. Resolver os problemas da escola, saúde, documentação. Tudo precisaria de muita solidariedade, luta e cooperação. Para sua família, amigos e vizinhos era o que não faltava. Não. E novos. Sempre antigos recentemente novos planos de Ocupação. Afinal, não havia outra solução. O abandono dos Governos, a insensibilidade aos apelos. Os seus direitos, garantidos em Constituição. Não. Os seus não podiam e não iriam ficar na rua, ao léu. Jogados no chão. Não enquanto forças tivesse. Não enquanto pudesse. Se fosse cair, que estivesse em pé. Nunca ajoelhado, de cabeça baixa ou estendendo como um pedinte, suas mãos.

Na porta do bar apenas o copo. Sob ele, um balcão. Memórias de um passado que agora não seguram mais Seu João. Aliás, nem nada. Nem ninguém.

- Pai, meu caderno queimô. Como que amanhã eu vô estudá?

- Pai já deixô alguma coisa faltar?

- Não, nunca.



ANTÔNIO

Antônio saiu do trampo
Louco para ver seu filho
Há dez metros de casa
Ele leva um tiro

No momento em que viu
Com os olhos arregalados
O dedo indicativo se movendo... Pá!
Não deu tempo de sentir medo
A bala já queimava em seu peito

Primeiro atiraram
Depois conferiram seu documento
Na carteira, uma foto de um recém-nascido
Junto à certidão de nascimento

O barulho dos disparos
Da cabeça de Seu João não sai mais
Ele que era avô passa a ser pai
E sofre todas as vezes que o neto pergunta:
"Vovô, onde tá meu pai?"

Quando perde o raciocínio, de nada vale a razão
É o segundo filho morto de forma violenta que perde Seu João
Seu João que é aposentado, passa a tarde sentado na calçada olhando
para o infinito
Como se ele enxergasse lá no céu os seus dois filhos
Mas o quê ele vê é o mosquito de aço... TUTUTUTUTU...
Que balança o madeirite e faz voar as telhas do barraco

**Em busca de paz, mas
comandados pelo diabo
Os corações ficam
despedaçados**

Nos pés do morro crianças com os olhos arregalados presenciam os vaga-lumes
avermelhados... TRÁ...TRÁ...TRÁ...
Em busca de paz, mas comandados pelo diabo
Os corações ficam despedaçados
Dona Maria não senta mais em frente de seu barraco,
Não tem mais samba no bar do Seu Geraldo

A população é o maior exército, mas permanece inerte
Pelas frestas, relatam os fatos

A burguesia, que hoje tem o sorriso desfeito pela insegurança
Porque a grana já não garante segurança
A cidade se transformou num campo de batalha de
uma guerra antes ocultada

É a formação de uma má educação e uma saúde precária
É o reflexo de uma classe social ignorada
É o sangue do morro escorrendo na calçada
O mesmo sangue que escorria na senzala

E são os mesmos vampiros sugando e dando risada

**A população é o
maior exército,
mas permanece
inerte**

POR

HELBER LADISLAU

DE AQUI DE DENTRO DA GUERRA

I - Mataram Francisco

Ah.
Ser protagonista.
Ser um símbolo.
- É mais um ou menos um?

Escrevo pra corromper as estatísticas.
Escrevo para alterar o sentido de estar
sozinha.

E Adélia?
Passou
a noite velando o corpo.
- Só tiro de Doze.

E o que dói nem é a morte.
É a guerra.
É somar os corpos e notar
a baixa sempre mais humana.

A última guerra romântica acontece por aqui:
São Paulo, Brasil,
Fundão do Ipiranga
Jardim São Savério
Parque Bristol, Bristão.
Mil e uma noites
a mil.
A milhão.

- Procurou, né mãe?

Ouvi os tiros mas não dei ouvidos.
Morreu alguém. Não fui ver.
É comum.
Era só isso.
De uma festa cantei, dancei, ri
(e isso não é força poética
de quem imita poesia
e põe verbos em paralelismos).
Ri muito a noite toda.

Terminou de madrugada
os tiros subindo a escada:
- Dinha, mataram Francisco.

II -

Daí a idéia de Guerra Romântica: essa
guerra cara a cara, mano a mano, de mãos
bem maiores que o corpo, de dedos se
assassinando. A última não foi a Primeira
Grande Guerra. A última é a que acontece
por aqui: Que de pequena foi crescendo,
pulando os muros dos guetos, se alongando,
se multiplicando, como um câncer bem
nutrido, como um vírus bem alojado, ora
dormindo, ora explodindo, ora abafado,
mas nunca inerte. Sempre resistente,
sempre bem transmitido pelo contato das
mãos, dos olhos, dos pés que se tropeçam,
dos namorados e namoradas, do fluxo
capitalista, da tela, do maço de cigarros..

III - De Aqui de Dentro da Guerra

De aqui, de dentro da guerra
qualquer tropeço é motivo.
A morte te olha nos olhos
te chama, te atrai, te cobiça.

De aqui, de dentro da guerra
não tem DIU nem camisinha
que te proteja da estúpida
reprodução
da fome, da miséria
da ínfima estrutura
que abafa o cantar das favelas
antigas senzalas modernas.
Cemitério Geral das pessoas.

De aqui, de dentro da guerra
eu grito pra ser ouvida.

De aqui, de dentro da guerra
eu me armo e policio.

De aqui, de dentro da guerra
é que eu protejo meus sonhos

pra não virar a cabeça
pra não virar a palavra
pra não virar estatísticas.

De aqui, de
dentro da
guerra
não tem
DIU nem
camisinha
que te
proteja da
estúpida
reprodução
da fome, da
miséria
da ínfima
estrutura

POR DINHA

PERIFERIA SEGUE SANGRANDO

Sete horas em ponto,
Tá no horário do encontro,
Ligo o rádio e pronto,
As notícias não são nada boas.
- Ponto final na vida de várias pessoas
E o que seria um fim de semana,
Foi um banho de sangue.
O rabecão não parou um instante.
A cada depoimento um arrepio,
Um pai confirma ao vivo
É mesmo do seu filho
Um corpo quase irreconhecível,
Vítima de uma sessão de tiros.
- Só quem perde sabe!
E eu concludo mano:
Periferia segue sangrando!
Hemorragia interna,
Irmão matando irmão,
Favela contra favela,
- Não acredita? Confira!
Rap nacional realidade dura!
Click! Cleck! Bum!
Infelizmente, o som das ruas
Mano, Periferia segue sangrando
Mães chorando,
Irmãos se matando!
Periferia segue sangrando,
E eu pergunto: até quando?
O rádio já tá desligado.
É dia ensolarado no Riacho,
Eu vou pra rua.

A noite toda foi chuva,
O vento forte arrancou telhados,
Derrubou barracos,
Muita gente não crê no que vê.
Outros pegam a bíblia pra ler.
Perdas materiais, incalculáveis, reais
A enxurrada leva a capa de um LP
dos Racionais!
É hora de reagir, reconstruir,
começar de novo!
É onde mora a força do meu povo.
- Ei véi! Moleque de atitude! Chegado! Mano!
Sangue do meu sangue, sangue bom. Vamos!
Aposente o cano
Periferia segue sangrando!

**UM PAI
confirma ao vivo
E mesmo
do seu filho
Um corpo quase
irreconhecível**

MANO, Periferia segue sangrando MÃES CHORANDO Irmãos se matando! E eu pergunto: ATÉ QUANDO?

GOG pode crê!
Já cansei de ver
A justiça feita com as próprias mãos.
No coração da expansão, lesão,
Aregaços com PT e oitão!
Futuro, aqui, é fácil prever,
Veja o sangue escorrer.
- Manda idéia pro meu povo, GOG!
- Com bala na agulha, quem se mata é você!
O jogo é jogado, Japão.
Os inimigos da Periferia são a burguesia e o
alto escalão.
Só que o nosso time treme na decisão,
E aí: a semente do ódio plantaram aqui.
Nos impedem de evoluir, e o que se colhe são
frutos imundos.

- Periferia, Pare! Respire por alguns
segundos...
Nosso dia a dia pode ser melhorado.
Há várias formas de ser respeitado.
Perdão, para quem quer se perdoado.
Conviver com adversários,
Conquistar espaços.
Vida longa na periferia!
Responsabilidade... Minha... Sua...
Click! Cleck! Bum!
Pode deixar de ser o som das ruas!
Mano, Periferia segue sangrando,
Mães chorando,
Irmãos se matando!
Mano, Periferia segue sangrando,
E eu pergunto: até quando?

POR GOG

POLITICAMENTE

Você quer minha receita? Então anote e não esqueça,
Num partido se submeta, pra que cresça e apareça

Enriqueça não esqueça na legenda é P.Q.P.
Se não fiz me entender eu explico pra você!
É só hú-te-re-rê! Na maleta ou na cueca
Com palavras indiretas, sem métrica nem ética

Quem viu sai da reta, não é banca é bancada
Afrouxa essa gravata se não você se mata
A camisa engomada num terno alinhado
Um discurso preparado pronto pro estrago

Sonhe, pense alto, a meta é o planalto
Uma bic ou mont blanc é a arma pro assalto
Calma, muita calma, para quê tanto alarde?
À vontade nesse crime, você tem imunidade.

Sem dó nem piedade, na mente um covarde
Esqueça a lealdade, vocês são autoridade!
Desvio de verba, que se dane a nação
Sanguessuga, mensalão, os canalhas em ação

Hey bandidão, e pros irmãos e pras irmãs?
Deposita na Suíça ou nas Ilhas Caimã
Lalau, Bam Bam Bam, cheque, choque de gestão
Superavit primário: entendeu? Eu também não!
Vi na televisão mas não deram nome aos bois
Propina, caixa dois: deixa isso pra depois

O verbo tem que ser conjugado no futuro
Eu vou, eu irei, é promessa, a juro
Fala que fala, só pra encher lingüiça
Conversa, atiça, depois: hasta la vista!

Seu nome tá na lista do toma lá da cá
Quis entrar, pra lavar, pra levar, pra roubar: péra lá!
Um santinho, é voto confirmado?
Chega dessa porra, o povo tá injuriado!

No poder executivo, no poder legislativo
Pela grana corrompido, de inimigo pra amigo
Pra ser envolvido, nesse esquema de milhão
Aprova essa emenda, que o money tá na mão!

Faz parte do sistema apartamento em Ipanema
Suíte, home theater, com tela de cinema
Oh só que dilema: deu conta do recado?!
De olhos bem fechado, indicado pro Senado

Mais um mandato pra fazer o que quiser:
Carro, dinheiro, auxílio e mulher.
Cultura, saúde? Pra campanha é só projeto
Acaba a eleição vai junto com dejetto!

É mamão com açúcar? É melzinho na chupeta?
Vai pagar no inferno, aliado do capeta
Descanse sua caneta, cansei de ser roubado
Vocês é que são do crime organizado!

pérra lá!
Um santinho, é voto confirmado?
Chega dessa porra,
o povo tá injuriado!

POR JAIRO

PERIAFRICANIA

LÁGRIMAS DE MAIO

AS LÁGRIMAS DE MAIO QUE NUNCA SECARÃO

LÁGRIMAS!

Que não calam nos sulcos, que para meus desgostos Marcam minha vida formando todos os dias Vínculos com seus amargos vincos, indelévels caminhos Que hoje são marcas nas vinte e quatro horas de minha vida, expostas em meu rosto

LÁGRIMAS!

Que não falam, mas Gritam ao mundo expondo suas tristezas na explosão de uma revolta Pela espera de um filho que, por mais que espere, Jamais terei o prazer de abraçá-lo, pois nunca mais se consumará sua volta

LÁGRIMAS!

Que brotam e todos os dias escorrem por minhas faces Lágrimas que do fundo de um coração escorrem com minhas mágoas Desfigurando meu sorriso no gosto amargo de um indisfarçável disfarce

LÁGRIMAS!

É das minhas entranhas é na minha alma que vocês

teimam em nascer Sem pedir licença, nascem, morrem e se reconstroem Sem pedir licença, refazem-se todos os dias nas forças que já não tenho Nas forças com que luto, que é o que em fim, me faz sobreviver

LÁGRIMAS!

Lágrimas que não são minhas só! Que são de todas as mães, as MÃES de MAIO Mas, também, das mães de todas as mãos, das mães dessas mãos Que sem o menor resquício de piedade Sacam de suas armas e acionam seus gatilhos sem dó

LÁGRIMAS!

Forjadas na nascente mais funda da alma de um ser Paridas nas profundezas do coração de uma mãe Que vai à luta para que às outras mães...

Lágrimas iguais as suas não as venham fazer sofrer

LÁGRIMAS!

Que noite após noite umedecem o travesseiro de quem

Ora e implora todas as noites pela chegada do sono No aguardo deste filho que jamais vem

LÁGRIMAS!

Companheiras mudas das surdas horas da minha solidão Companheiras, amigas de uma eterna e inútil espera Daquele tão ansiado ranger das dobradiças do meu portão Acompanhado pelos latidos alegres do nosso pequenino cão

LÁGRIMAS!

Um amargo consolo pelo dolo que ainda sofro Pelos danos que irei sofrer ou pelo que já sofri Às vezes andando pelas ruas me pego perguntando.

Já morri?

LÁGRIMAS!

Que por justiça gritam seu clamor Contra esta violência maldita que A Si mesmo se impõe o direito de estancar e destruir vidas Mostrando para e perante todas as demais vidas O insano e brutal conteúdo de todo este desamor

LÁGRIMAS!

Algumas, mal nascem morrem já, secas Nos secos soluços de desilusão e desesperança Dos corações que almejam apenas justiça, nunca vingança

LÁGRIMAS!

Que todos os dias renascem morrem e secam Como secam o sangue dos filhos caídos, mortalmente feridos Nos escuros becos ou ruas das nossas discriminadas e sofridas favelas Deixando para as famílias atingidas somente Uma vida futura de saudades, eternas e inesgotáveis seqüelas

LÁGRIMAS!

Que nunca mais secarão no rosto das mães neste roteiro inseridas Escorrerão por esses rostos pelo resto de suas existências Saudosas, as lágrimas escorrerão pelas faces das MÃES de MAIO Mães de junho, setembro, janeiro, agosto, outubro ou fevereiro Mães de todos os dias, de todos os meses,

de todos os anos Mães de todas as datas todas as horas, todas as eras, mães de todas as vidas

LÁGRIMAS!

De mães que no âmago de seus ventres não geraram vidas De filhos para que produzissem mortes, não trazem à vida Filhos para que com suas armas e, imbuídos de um falso poder Saíam por aí implantando o terror ao seu bel prazer

LÁGRIMAS!

De mães que não trazem ao mundo, filhos para que Escondidos na obscuridade de seus desmandos Em muitos casos acobertados por autoridades ou seus superiores Vão por aí, se lambuzando de mortes e de seus horrores E, embora não lhes perpassse na mente o mínimo remorso, Pelo que de vida lhes resta... E mesmo quando com todos os seus, em um seu dia de “uma linda festa”... Em todos os dias e horas de suas vidas, irão sentir em seu hálito ou adentrando Suas porcas narinas, dessas

mortes, o gosto, o cheiro e seus tétricos sabores

LÁGRIMAS!

De todas as mães por terem em seus braços Protegendo, alimentando em seu seio farto As primeiras horas de pequenina e indefesa vida Após as duras, felizes e alegres lagrimas das dores de um parto

LÁGRIMAS!

Produzidas por balas bandidas que neste país de sul a norte Girando, girando, girando loucas em seus tambores Balas bandidas que girando, quentes, rapidamente vencem a distância Que as separam da vida. E vão determinando da vida a morte!

LÁGRIMAS!

De gatilhos puxados por determinados dedos de determinadas mãos assassinas Lagrimas que estouraram e ainda estouram no peito das mães quando Estouram os estampidos de armas que cuspindo fogo, Fogo que desde os primórdios da civilização é um

POR **ARMANDO SANTOS**

sinal de vida!
Ironicamente este mesmo fogo, transformando-se no fogo da morte,
Continua vencendo espaços, continua apagando vidas...
Perpetrando mais uma execução
...Ainda por minutos essas vidas farão ecoar seus últimos ais, seus últimos suspiros e gemidos
Quando por testemunhas terão somente seu sangue escorrendo ainda quente o silêncio e a escuridão
Os frios assassinos, estes se foram...
Premeditados, satisfeitos, olhares desconfiados, rostos escondidos...
Mais uma vez cumpriram por inteiro, sem cortes, seu macabro roteiro
Roteiro sem um mínimo de compaixão ou humor
Um roteiro macabro sem que se tenha um reconhecido e definido autor
Roteiro com suas peculiaridades dependendo do sarcasmo de seu diretor/executor
LÁGRIMAS!
Sem fim, derramadas por conta de quem diz fazer justiça, açoitados

por sua covardia
Covardia que no teatro da vida é a mãe benfazeja, pano de fundo atrás da qual se escondem
Esses “astros” de terceira, quarta ou quinta categoria
LÁGRIMAS!
Derramadas por um filho tombado pela arma assassina de matadores profissionais
Sustentados, alimentados pelos impostos religiosamente pagos pelo povo
Matam filhos deste mesmo povo pelos motivos mais torpes e banais
Justiceiros, indecentes, sem nomes, sem rosto sem CEP ou CPF
Sem numero de celular ou clara descendência
Para ao menos possibilitar a seus “admiradores” ou seguidores o prazer
De com eles, trocar um mínimo de uma “salutar” correspondência
Justiceiros, simples matadores formados, graduados e homiziados
Aos ditames da batuta e som das chamadas bandas podres existentes
No interior das nossas honradas Corporações policiais

Justiceiros, astros falsos, decadentes, dessa estúpida super produção,
Desse filme, cujo titulo só pode ser: UMA VERGONHA NACIONAL
Super produção com equipamentos e salários pagos pelo povo brasileiro
Superprodução, brasileira, sem igual no cenário da violência mundial
LÁGRIMAS!
Das mães que iniciam a cair quando baixa o pano do ultimo ato de uma cena real
Protagonizada por estes bandos de astros sem nenhuma grandeza
Tendo continuidade com a montagem de provas na farsa de suas defesas
E lá se vão, da cena do crime sorrateiros talvez sorrindo, escondendo-se de uma ausente platéia
E lá vão eles saciados com o gosto do sangue escorrendo por suas presas...
Enfatiados, como, após o festim com sua presa, se sentem os lobos de uma alcatéia
E vão, sem direito aos holofotes da mídia, palcos e aplausos, sem glória, sem futuro

Sem os enormes cartazes propagando suas inúteis silhuetas em um muro
Sem as manjadas e sensacionalistas manchetes para realçar “seus brilhos”
E mais uma vez nesta triste noite para a sociedade, envergonhados, não terão a felicidade
De olharem bem fundo dos olhos de suas mulheres, de suas mães e ou amizades
Mais uma vez com suas mãos sujas de sangue não poderão abraçar seus filhos
Mais uma vez!
Decretaram a pena de morte que nesta pátria não existe, não está no papel
Pena de morte que não tem da lei seu aval
E lá vão eles, cada um, talvez, orgulhoso em sua pobre pequenez
Carregando em suas vísceras a grandiosidade de sua

mediocridade e insensatez
Lá vão eles com os canos ainda quentes de suas armas carregadas de mortes
Que se a cada um oferece a brutalidade de um efêmero poder sobre a vida
Os contempla como sub/consolo um enorme afago em seu desgraçado baixo astral
E lá vão eles protegidos por esse maldito e infinito véu de impunidades
E lá vão eles com a certeza de, apesar de terem ceifado mais uma vida
De que nunca na vida, irão enfrentar de fato, os rigores e a seriedade de um Tribunal
ATO FINAL
Fecha-se o pano, acendem-se as luzes, o palco silencia, o povo e as mães choram na platéia
Chegaram com suas lágrimas, voltarão com elas
Viemos todos assistir a um julgamento em que a perda de

um filho foi coisa real e brutal
Mas, ironicamente participamos todos de uma infeliz e programada comédia
Nada mais a fazer... Neste país, para alguns de seus males, diz-se que nunca haverá remédio
Os assassinos, ora, estes voltam às ruas... Contentes com o que rola no interior de suas mentes
Felizes apesar de todos seus deslizes, orgulhosos, de novo sairão vitoriosos
Ao arrepio da lei... Voltarão a matar, quem sabe só para de suas vidas, quebrarem o tédi
LÁGRIMAS PRA QUE AS QUERO?
...Chorar é preciso, mas, lutar contra toda essa impunidade, discriminação ou desigualdade...
Fundamentalmente, também é preciso





**OUT
TROS
PAR
CETI
ROS**

POR REDE CONTRA A VIOLÊNCIA

A REDE CONTRA A VIOLÊNCIA E A LUTA DOS FAMILIARES, SOBREVIVENTES E VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO NO BRASIL

Em 16 de abril de 2003[1], quatro jovens foram mortos em uma operação policial na favela do Borel, no bairro da Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro. A polícia justificou as mortes afirmando que esses jovens eram integrantes dos grupos criminosos enquistados nesta favela. Logo depois, descobriu-se o contrário: não eram jovens ligados ao crime. Descobriu-se também que não tiveram direito à defesa: foram sumariamente mortos. Os laudos cadavéricos que então foram elaborados apontavam que, ao serem mortos, ou a posição dos braços demonstrava uma tentativa de proteger o corpo contra os disparos, numa postura que os colocavam de forma cruzada, ou que receberam os tiros pelas costas. Pelo menos um dos jovens, antes de ser morto nesta investida da polícia, ainda tentou, em vão, identificar-se, o que foi prontamente ignorado pelos policiais que o abordaram.

A partir deste caso (mais um caso) um grupo de moradores do Borel, apoiado por movimentos sociais, se organizou para constituir um movimento que lutasse contra a violência policial. Este movimento ficou conhecido inicialmente como “Posso me identificar?”, nome dado em alusão a uma das últimas frases ditas por um dos jovens mortos na Chacina do Borel. A partir deste momento houve uma combinação entre sentimentos como sofrimento, dor e medo e um posicionamento político que demandava respeito pelos direitos dos moradores de favelas, além da exigência por justiça.

Ao completar um ano das mortes desses quatro jovens, esse movimento do Borel juntou-se a movimentos de outras comunidades que também haviam se

mobilizado em 2003 e 2004[2] e organizou uma grande manifestação na Zona Sul do Rio. A partir daí surgiu um movimento mais amplo, que passaria a se chamar “Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência”[3].

As motivações para a elevação da voz e a realização da crítica originaram-se de uma experiência traumática. A dor de perder um familiar vítima da utilização desmedida da força física por parte dos aparatos de segurança pública foi determinante para um primeiro movimento: o da indignação.

Para muitos desses familiares de vítimas da violência policial, um novo horizonte de possibilidades surgiu: compreenderam que não eram apenas eles que sofriam, que foram injustiçados. Outros tantos também sofriam, igualmente passaram pelo o que estavam passando. É esta compreensão ampliada da situação que possibilita a ação em conjunto. Os familiares de vítimas da violência policial, militantes de direitos humanos, integrantes de outros movimentos sociais urbanos, que constituíram a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, em algum momento de suas trajetórias pessoais, elaboraram certa compreensão da situação e decidiram (não sem conflitos, disputas de sentidos, horas perdidas em reuniões) em unificarem suas dores não apenas para lamentarem coletivamente a perda. Mas, indo além, unificaram sua vontade em um nível além da dor, no sentido de que é necessário “fazer alguma coisa” para que esta mesma dor não mais ocorra, não apenas para “mim”, mas para todos “iguais a mim”.

A violência das forças de segurança do Estado, e outras violações de direitos humanos cometidas por funcionários públicos, infelizmente têm aumentado nos diversos centros urbanos e zonas rurais do Brasil, ainda que de forma desigual. É cada vez maior o número de vítimas, famílias destruídas e traumatizadas, mães e pais sem filhos, irmãos e irmãs sem irmãos, amigos sem amigos.

Os policiais continuam a ser os principais responsáveis por tantas violações e crimes, mas cada vez mais outros tipos de agentes do Estado estão envolvidos: militares (como no caso da favela da Providência no Rio em 2008), bombeiros (muitos envolvidos em grupos paramilitares), agentes penitenciários, parlamentares (como os deputados e vereadores acusados de fazerem parte de quadrilhas armadas – “milícias” – no Rio de Janeiro), membros do judiciário. O corporativismo das instituições públicas, a corrupção e o tráfico de influência deixam impunes a maior parte dos criminosos e estimulam que as violações continuem a ser cometidas.

A situação de violação de direitos humanos por parte dos agentes de segurança pública atingiu níveis alarmantes no Brasil nos últimos anos. Segundo relatório divulgado no final de 2009 pela Human Rights Watch[4], as polícias do Rio de Janeiro e São Paulo mataram mais de 11 mil pessoas de 2003 a 2009. Reiterando tais informações, em junho de 2010, o Relator Especial da ONU sobre execuções extrajudiciais divulgou um Relatório de Seguimento[5] sobre os possíveis avanços ou não que o Brasil tem alcançado para reduzir mortes pela polícia desde a sua visita de 2007. O Relator apontaria que nenhuma das 33 recomendações feitas pela ONU após sua vinda ao Brasil naquele ano foi integralmente cumprida: dois terços (22) foram descumpridas e 11 seriam classificadas apenas como “parcialmente cumpridas”, concluindo que a situação não mudou, pelo contrário, as polícias continuam a cometer execuções extrajudiciais em níveis preocupantes.

Mas não é só isso: treinamento violento e preconceituoso, políticas de segurança “de confronto”, declarações agressivas e preconceituosas de autoridades, campanhas abertas ou disfarçadas na imprensa, vários fatores estimulam a violência do Estado e o extermínio da população pobre e negra. Isso mostra que um grande movimento da sociedade é necessário para mudar essa situação, além da busca da justiça através da condenação dos culpados individuais e da reparação às vítimas e familiares.

Felizmente, esse movimento vem se organizando em várias partes do Brasil. E seus principais impulsionadores são aqueles mais diretamente afetados: os familiares e sobreviventes da violência cometida pelos agentes dos aparatos de segurança pública. A organização e o movimento dos familiares e sobreviventes é o núcleo da reação da sociedade contra o arbítrio e a injustiça cometidos pelos agentes da lei.

Há alguns anos, diversas experiências de ação coletiva vêm sendo formuladas em vários estados brasileiros. No Rio de Janeiro, em 2004 a já citada Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, movimento social formado basicamente por familiares de vítimas de violência policial e, a partir da Chacina da Baixada[6], em 2005, formou-se a Associação de familiares de vítimas da Chacina da Baixada (Afaviv, Nova Iguaçu e Queimados). No Estado de São Paulo, a partir dos chamados “Crimes de Maio de 2006”[7], seria criada a Fundação de Amparo a Mães e Familiares Vítimas de Violência, hoje conhecida como Mães de Maio[8] (Santos). Além deste movimento, devido aos problemas de violações de direitos humanos em presídios e casas de detenção criou-se a Amparar (associação criada por familiares de pessoas em privação de liberdade). Na Bahia, nos últimos anos foram criadas a Associação de Familiares e Amigos de Presos e Presas (ASFAP/BA)[9] e Campanha Reaja Ou Será Mort@[10]. No norte do país, em Belém do Pará, surgiria o Movida, organização em que participam diversos familiares de vítimas de violência institucional. No Espírito Santo, tem-se a Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência (AMAFVV)[11]. Em Minas Gerais, o Grupo de Amigos e Familiares e Pessoas em Privação de Liberdade[12]. Outros grupos e movimentos, com maiores ou menores problemas de organização e sustentação, também existem em Goiás, Acre, Pernambuco, Paraná, pelo menos. Todas essas experiências, em diversas partes do país, demonstram a natureza nacional do problema da violação de direitos humanos por parte dos agentes de segurança pública.

Esses grupos, aliados a outras organizações defensoras de direitos humanos e movimentos sociais, vêm realizando diversas mobilizações há algum tempo, sempre com o objetivo de aprofundar a organização e a luta por justiça e pela vida. São vários os exemplos nos últimos anos: o “Tribunal Popular: o Estado brasileiro nos bancos dos réus”[13], ocorrido no final de 2008; a participação de diversos familiares de vítimas de vários estados em atividades no 9º Fórum Social Mundial (2009)[14]; a realização, na cidade de Santos (SP), em maio de 2009, da Marcha em lembrança aos mortos em maio de 2006; do Encontro Nacional Por Outro Segurança Pública[15], em Salvador, também em 2009, entre outras atividades.

Entretanto, mais importante que essas atividades, manifestações e encontros pontuais, tem sido a atividade cotidiana, muitas vezes “invisível” e com pouco apoio por parte de outros setores, das vítimas e familiares de vítimas, na luta por justiça, reparação e pelo fim das brutais violações de direitos cometidas pelo Estado brasileiro. Seja investigando por conta própria, levantando provas e convencendo testemunhas de crimes de Estado cometidos contra seus entes

queridos. Seja realizando pequenas manifestações e protestos para pressionar os órgãos públicos responsáveis. Seja organizando encontros, seminários e reuniões com outras vítimas e familiares, ainda temerosos de se engajarem na luta. Seja visitando comunidades e instituições prisionais para colher diretamente denúncias de violações. Seja providenciando medidas emergenciais de proteção a familiares, vítimas e militantes ameaçados por agentes do Estado devido à sua atividade. Seja buscando apoio psicológico, médico e social a tantos familiares e sobreviventes que tiveram sua saúde e seu estado emocional destruídos pela violência. Seja elaborando comunicados, relatórios e notas para a imprensa ou para organizações nacionais e internacionais.

É essa luta cotidiana, incansável e dolorosa, que tem feito realmente a diferença e começado a mudar a situação de impunidade e invisibilidade, desta verdadeira calamidade nacional que são as violações de direitos das populações pobres e principalmente negras, pelo próprio Estado, no Brasil.

Todas as verdadeiras transformações sociais começam assim, por conquistas “infinitesimais”, na defesa e reparação de direitos, e no avanço da organização popular. Todas as verdadeiras transformações sociais começam quando os setores mais discriminados, oprimidos e vitimizados, deixam de ser simplesmente “vítimas” em busca de ajuda, conforto e solidariedade, mas tornam-se sujeitos de sua própria causa e luta por emancipação. É por isso que a luta das vítimas, sobreviventes e familiares de vítimas da violência oficial, tem dado essa contribuição essencial, à transformação social profunda e radical da sociedade brasileira.

Abril de 2011

Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência



É essa luta cotidiana, incansável e dolorosa, que tem feito realmente a diferença e começado a mudar a situação de impunidade e invisibilidade, desta verdadeira calamidade nacional que são as violações de direitos das populações pobres e principalmente negras, pelo próprio Estado, no Brasil.

[1] <http://www.redecontraviolencia.org/Casos/2003/5.html> [2] Como em Acari (<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/07/258162.shtml>), Manguinhos (<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/06/256245.shtml>) e Caju (relato do caso em <http://www.redecontraviolencia.org/Casos/2004/210.html>, o protesto na comunidade foi registrado em vídeo e pode ser visto numa das cenas do documentário “Entre Muros e Favelas” - <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/02/308359.shtml>). [3] <http://www.redecontraviolencia.org> [4] http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/12/091208_violenciapolicialhrw_ac.shtml [5] <http://unicrio.org.br/relator-especial-da-onu-considera-que-as-mortes-causadas-pela-policia-brasileira-continuam-tendo-taxas-alarmanter-o-governo-tem-falhado-em-tomar-todas-as-medidas-necessarias>, <http://www.onu.fr/pt/direitos-humanos-actualidade/28398-brasil-nivel-de-violencia-nas-favelas-mantem-se-alarmante> [6] <http://www.redecontraviolencia.org/Atividades/798.html> [7] http://www.adusp.org.br/revista/45/r45_a10.pdf [8] <http://maesdemaio.blogspot.com> [9] <http://www.fundodireitoshumanos.org.br/viewConteudoOut.no-filter?pager.offset=0&catTipo=PRO&conID=100&wYEAR=2009> [10] <http://www.youtube.com/watch?v=3ZR9cjwEGV8> [11] <http://www.redecontraviolencia.org/Noticias/484.html> [12] <http://antiprisional.blogspot.com> [13] <http://www.tribunalpopular.org> [14] <http://www.redecontraviolencia.org/Atividades/447.html> [15] <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/08/451891.shtml>

CRIMES DE MAIO, MANIFESTAÇÃO DE UMA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

**DA TRAGÉDIA
Nós sobrevivemos
ao pau-de-arara
mas o pau-de-arara
também sobreviveu.(AF')**

Os Crimes de Maio, como todas as chacinas e massacres que vêm se intensificando ao longo da História do Brasil contra a classe trabalhadora e o povo (povo = explorados e oprimidos), são práticas estruturais (e até hoje indispensáveis) ao desenvolvimento do capitalismo em nosso País e no Mundo.

Desde que os europeus desembarcaram em terras da América (final do século 15 e início do 16) criaram e implantaram um modo de produzir bens e riquezas baseado em dispositivos que autorizavam a prática de massacres, torturas, assassinatos e violências de todo o tipo a serem exercidos pelas elites contra os trabalhadores.

O primeiro passo nesse sentido foi tanto o massacre e escravização de povos originários da América, quanto o massacre e a aliança que se estabeleceu entre elites européias (brancas) e africanas (negras) para a produção de mão de obra escrava para a exploração do nosso Continente. Eram sobas negros da costa Ocidental da África que se embrenhavam no interior do seu Continente para, através de guerras, massacres, saques, pilhagens e seqüestros levarem homens, mulheres e crianças aprisionados para os portos, onde eram vendidos a mercadores (e, posteriormente,

POR ALÍPIO FREIRE



(povo = explorados e oprimidos)

“Todo patrão que matar seu empregado, em qualquer circunstância, o fará sempre em legítima defesa”

traficantes) europeus, e embarcados em navios negreiros rumo à América onde, na condição de escravos, passariam a tocar – sob todo tipo de torturas, violências e maus-tratos – a produção nas lavouras, minas e outras iniciativas da economia que aqui se implantava.

Mais que consideradas ‘naturais’, todas essas violências eram respaldadas por leis e normas oficiais. Apenas como um dos muitos exemplos que poderíamos dar, lembramos que, no Brasil, o ordenamento jurídico do escravismo considerava que “Todo senhor que matar seu escravo, em qualquer circunstância, o fará sempre em legítima defesa” – formulação que parece continuar inspirando o conceito e entendimento do grande capital sobre direitos e legislação, até os nossos dias: basta estarmos atentos para as invasões, bombardeios e saques que o grande capital, através dos Estados Unidos, tem levado a cabo contra diversos países, sendo o exemplo mais recente, a Líbia.

Com a Abolição, findo formalmente o escravismo, um grande exército de trabalhadores/as negros é deixado ao deus-dará, sem trabalho, sem terra. Intensifica-se a importação de mão-de-obra assalariada (geralmente européia) para tocar a produção nas fazendas ou na nascente indústria. Era o chamado “trabalhador livre”, que vendia seu trabalho a preço e condições estabelecidos pelos grandes donos de terras e de indústrias. Ou seja, a preço e condições de miséria. Não existiam férias, limites para as jornadas de trabalho, quaisquer direitos sociais. Crianças acompanhavam seus pais nos eitos das roças de café, cana e outras lavouras, do nascer ao pôr do sol. Meninas de oito e nove anos tocavam teares por nove ou até doze horas de trabalho na indústria de tecelagem, pelo menos até o final dos anos 1930, como foi o caso da militante revolucionária Encarnación Lopes Peres que aos oito anos começou a trabalhar numa tecelagem em Sorocaba (São Paulo). Nossa companheira e camarada Encarnación, cujo filho Joelson Peres Crispim, e o genro Eduardo Leite, o “Bacuri”, seriam assassinados em 1970, na luta contra a ditadura e pelo socialismo. Pelos mesmos motivos, a própria Encarnación e sua filha Denize (companheira do Bacuri, e que se encontrava grávida) foram presas (1970) e, em seguida, banidas do Brasil, para só onde retornariam depois da Anistia de 1979. José Maria Crispim, marido de Encarnación, e também militante revolucionário, que estivera preso em 1941

durante a ditadura do Estado Novo (Getúlio Vargas), procuradíssimo desde o golpe de 1964, já tivera de deixar o Brasil e se exilar, antes da sua família.

Assim como a Abolição dependeu das lutas abolicionistas e da capacidade de rebelião, organização e combate dos escravos negros – seja através dos quilombos (o mais conhecido dos quais o Quilombo dos Palmares, sob a liderança de Zumbi); das insurreições urbanas (entre as quais, a revolta dos malês, na Bahia, em 1835); além de outras formas de resistência e organização, como algumas Irmandades Negras, ou as roças de candomblé, também todos os direitos dos “trabalhadores livres” (assalariados), dependeram de suas lutas. Aqui, como na época da escravidão, foram muitas as formas de luta que contribuíram para que as conquistas fossem alcançadas: diversos tipos de manifestações, operações-tartaruga, greves parciais, greves gerais, passeatas, etc. O 13º Salário, por exemplo, só foi instituído, depois de muitas lutas, perseguições, prisões e até morte de trabalhadores, em 1962 (governo do presidente João Goulart, o Jango), sendo regulamentado em 1965.

Mas, sempre que as lutas e conquistas dos trabalhadores e do povo avançam, o capital se arma de novos instrumentos de assimilação, contenção e repressão social. É assim que, com o Golpe de Estado que instituiu a República em 1889 (ou seja, um ano depois da Abolição), a grande burguesia (o grande capital) construiu as primeiras casas de detenção, os primeiros hospícios, e as primeiras delegacias de ordem social e política que serão a base dos Deops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), conforme conhecemos até recentemente.

Não houve momento em que desaparecesse da cabeça do grande capital a idéia de que “Todo senhor que matar seu escravo, em qualquer circunstância, o fará sempre em legítima defesa”, agora certamente adaptada e traduzida em outros termos: “Todo patrão que matar seu empregado, em qualquer circunstância, o fará sempre em legítima defesa”. Assim, quando não mata (como já o fizeram ao longo de toda a História), estigmatiza e criminaliza suas lutas e comportamentos, submetendo-os a demissões, processos, enviando-os para casas de detenção (presídios), delegacias, organismos de controle social ou político, ou mesmo para hospícios onde, a depender da conjuntura política, são submetidos a menores ou maiores violências e atrocidades.

Assim, quando não mata (como já o fizeram ao longo de toda a História), estigmatiza e criminaliza suas lutas e comportamentos

O golpe civil-militar de 1964

Nos anos 1950-1960, a classe trabalhadora brasileira e o povo, no campo e nas cidades, conheceram um grande avanço em suas organizações (sindicatos, associações, ligas camponesas, etc.), e em suas propostas de mudanças e conquistas.

Assim, o ano de 1964 encontrará um Brasil polarizado em termos políticos.

De um lado, os projetos que se aglutinavam em torno das chamadas Reformas de Base, programa que propugnava um desenvolvimento nacional independente, fundado na distribuição de renda e que implicava, entre outras, medidas como: reforma eleitoral, tornando o voto universal e garantindo o direito de voto aos analfabetos, bem como a garantia de elegibilidade a todos os eleitores; reforma agrária; nacionalização dos setores estratégicos da economia; lei de controle e limitação das remessas de lucros pelas empresas estrangeiras que atuavam no País; reforma do sistema de ensino, garantindo escola pública, gratuita e universal com ensino de boa qualidade para todos os graus; desenvolvimento dos estudos e pesquisas visando ao fim do pagamento de royalties ao capital internacional; reforma trabalhista, com a garantia de liberdade de organização sindical nas cidades e no campo, incluído o direito (até então negado) de construção de centrais sindicais; estabelecimento de um salário mínimo com base nas necessidades reais dos trabalhadores; reforma do Estado; desenvolvimento de uma política internacional independente e negociação da dívida externa brasileira.

Esse programa, gestado e defendido a partir das lutas e reivindicações das organizações de trabalhadores urbanos e rurais, de setores do capital nacional e de outras forças progressistas de então, reunia também diversos agrupamentos políticos de matriz socialista (sendo o maior e mais importante deles o Partido Comunista Brasileiro - PCB, politicamente alinhado à União Soviética); setores de cristãos progressistas e de esquerda, que começavam a se organizar, e as forças populistas, reformistas e nacionalistas, representadas fundamentalmente pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a cuja direção pertencia o presidente da República, João Goulart - o Jango.

No outro extremo, um segundo programa reunia projetos representativos das classes e setores conservadores: os grandes capitais financeiros, industriais e comerciais; o grande capital internacional; os latifundiários; a mais alta hierarquia da Igreja Católica; a chamada direita ideológica; frações das "classes médias"; grande parte dos altos comandos das Forças Armadas, e o Governo dos EUA. Eles se aglutinavam em torno de um programa de desenvolvimento fundado na

**A violência era parte constitutiva
e inseparável do programa de
Governo dos golpistas.**

concentração de rendas e subordinado ao grande capital internacional e à política (e geopolítica) dos Estados Unidos da América - EUA.

O ponto número um desse segundo programa era a derrubada do Governo Jango. Ainda que os vários projetos representativos das diversas forças envolvidas pudessem apresentar divergências sobre pontos outros, neste, todos estavam completamente de acordo. E também estavam de acordo com o fato de que isto implicava necessariamente o uso da violência para a conquista do poder e enquanto instrumento permanente de Governo. Ou seja, enquanto política de Governo e de Estado. A violência era condição imprescindível para estas classes e forças imporem seu programa e governar.

De acordo com pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisas Ibope em março de 1964 (vésperas do golpe) e divulgada em março de 2004 pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, a maioria esmagadora dos brasileiros apoiava as reformas que o Governo Jango propunha, e votariam pela reeleição do presidente caso isto fosse possível. Reverter este quadro, portanto, exigia não apenas dar o golpe, como também implantar um regime fundado na violência. Ou seja, a violência não era um apêndice externo ao programa das elites, ou possível de ser evitado. A violência não foi algo acidental ou que em alguns momentos foi praticada nos "porões do regime", fugindo ao controle dos militares e civis que dirigiam o País. A violência era parte constitutiva e inseparável do programa de Governo dos golpistas. A violência era programa.

Por isto, em 31 de março de 1964, a disputa entre esses dois projetos políticos gerais teve seu desfecho com um golpe de Estado que implantou no País uma longa ditadura: o terror de Estado se implantou desde o primeiro dia da ditadura. Já no 1º de abril, começaram as perseguições, prisões, cassações e assassinatos dos opositores. Já no primeiro ano, 13 opositores foram assassinados.

De acordo com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (dados do início de 2010), durante a ditadura do pós-64, 30 mil cidadãos e cidadãs foram torturados, e 308 mil investigados. Além disto, milhares de opositores para continuarem no País, tiveram de viver na mais absoluta clandestinidade, e outros acabaram por se exilar, para não cair nas malhas da repressão.

Ou seja, o terror de Estado, mais uma vez, não teve limites para impor o projeto do grande capital e da geopolítica de Washington: a concentração da riqueza e da propriedade; o aprofundamento das desigualdades; o arrocho salarial; a perda de direitos dos trabalhadores; o êxodo rural; o aumento do número de favelas e submoradias; o crescimento vertiginoso da dívida externa, e o progressivo e acelerado aprofundamento da subordinação do País às ordens da Casa Branca; a

A violência era programa.

extinção de todos os direitos públicos; a ampliação de todos os crimes e misérias (materiais e morais) que deixaram de herança para as gerações subseqüentes.

Ou seja, mais uma vez, visando um novo avanço na concentração de riquezas, na ampliação dos seus lucros e poder, o Estado controlado pelo grande capital e seus aliados reforçará e utilizará impune e acintosamente todos os meios de repressão e violência contra a classe trabalhadora e o povo.

E aqui, é bom termos claro: se o escravismo permitiu a acumulação de riquezas necessárias à revolução industrial inglesa do século 19, serão o arrocho salarial, a intensificação do trabalho e a perda de muitos direitos da classe trabalhadora, impostos a ferro-e-fogo pela ditadura brasileira (e outras instaladas por desígnio dos EUA e o grande capital, no Cone Sul da América Latina naqueles mesmos anos) que irão financiar o desenvolvimento tecnológico dos EUA para a conquista espacial (inclusive a ida de astronautas à Lua) e conseqüentemente de toda a área da informática.

E, assim como a Revolução Industrial do século 19 redundou em nosso país num exército de ex-escravos negros sem terras e sem trabalho, lançados à mais cruel miséria, a revolução tecnológica dos anos 1960-1970 aterrissará no Brasil nos anos 1980 e 1990 (chamada inicialmente de “robotização”), determinando – pela forma neoliberal que foi assimilada por aqui – o desemprego de milhões de homens e mulheres, e a ampliação de todas as carências e misérias para a nossa classe trabalhadora e para o nosso povo.

Resistência, solidariedade e Anistia

A solidariedade aos perseguidos e punidos pela ditadura civil-militar implantada com o golpe de 1964 – que, mais adiante, com o fortalecimento da oposição dará origem às campanhas pela Anistia – teve início desde o dia seguinte ao golpe, como parte indissociável da resistência.

Do mesmo modo que as demais ações de resistência, a solidariedade se ramificava por todas as atividades do mundo do trabalho: fosse entre os chamados “trabalhadores intelectuais”, os trabalhadores do setor dos serviços, os operários, ou outros assalariados.

Também no exterior, desde o primeiro momento, surgiram manifestações de solidariedade, animadas, sobretudo por movimentos e partidos socialistas de diversos matizes (de social-democratas a comunistas); cristãos progressistas; sindicatos de trabalhadores; entidades de defesa dos direitos humanos; outras forças progressistas, às quais se juntavam os exilados brasileiros.

Por volta de 1973-1974, muitos dos grupos de solidariedade aos perseguidos políticos e punidos pela ditadura passam a levantar a bandeira da Anistia e, em maio de 1978, no Encontro dos Movimentos pela Anistia, em Salvador (BA), surgiram os Comitês Brasileiros pela Anistia – CBAs, com o objetivo de unificar as atividades e lutas nessa área.

Ao longo dos anos de 1978 e 1979, em plena ditadura, os CBAs, que reuniam as principais forças que lutavam pela redemocratização, elaboraram um projeto de anistia política Ampla, Geral e Irrestrita. No dia 28 de agosto de 1979, o último general-presidente, João Baptista Figueiredo, assinou uma Lei de Anistia aprovada no dia 22 por pequena maioria no Congresso Nacional, que contrariava em muitos pontos a proposta dos CBAs.

Apesar disto, essa Lei representou uma conquista parcial daquelas forças. Porém, como vários aspectos da redemocratização proposta pelas forças da resistência popular, não foi uma conquista completa.

Como conseqüência dessa anistia incompleta (além de outras propostas da resistência não efetivadas), a democracia pela qual se lutava, permanece incompleta. Ou seja, permanece inconcluso o processo de transição do País para a democracia, como inconclusa permanece a Anistia.

Três questões são centrais para que a Anistia se complete, de acordo com o que propunha o projeto de lei dos Comitês Brasileiros pela Anistia do final dos anos 1970 e, portanto, para que se aprofunde a democracia em nosso país:

- 1.** A localização dos corpos dos desaparecidos e sua devolução para as respectivas famílias.
- 2.** A abertura de todos os arquivos da ditadura.
- 3.** O esclarecimento dos crimes de seqüestro, de utilização de cárceres clandestinos, tortura, assassinato e ocultação de cadáveres de opositores, levados a cabo por agentes do Estado e grupos paramilitares; a identificação dos seus responsáveis (diretos e indiretos); seu indiciamento legal, julgamento e punição nos termos da lei.

Sem tocar nestes pontos cruciais do aparato civil-militar anterior, ele permanece intacto em muitos aspectos durante o período democrático, regido pela ideologia, tecnologia e práticas repressivas de violência permanente.

o aparato civil-militar anterior permanece intacto em muitos aspectos

A impunidade ontem e hoje

É a impunidade dos criminosos de ontem que estimula, naturaliza, banaliza e torna impunes os crimes, chacinas e massacres do presente, agora contra a população de baixa renda das periferias das cidades; contra os trabalhadores rurais e camponeses pobres; ou as torturas e assassinatos nas sombrias (

e terríveis) salas de “interrogatório” das delegacias e outros órgãos públicos do presente. Isso quando o extermínio não ocorre à luz do dia, nas ruas e vielas dos bairros populares.

A tortura e todo tipo de violências e massacres contra os trabalhadores e o povo, como vimos, nunca deixou de funcionar em nosso país: nossa inclusão na órbita do desenvolvimento capitalista, desde o Mercantilismo e sua “acumulação primitiva” de capital, até o presente, foi alcançada a esse preço. Ela foi e continua uma questão estrutural em nossa e muitas outras sociedades. Torturas e assassinatos que sempre tiveram, além de objetivos imediatos em relação às suas vítimas (conseguir informações, punir etc.), o papel de servir de exemplo e aterrorizar os trabalhadores e todos os explorados e oprimidos, para que permaneçam submissos, e sem criar qualquer problema para a ordem e o progresso do capitalismo.

O terror de Estado exercido hoje contra os mais pobres e a estigmatização, satanização e conseqüente criminalização de seus movimentos e organizações, não tem outro objetivo senão o mesmo explicitado durante a ditadura: garantir a “paz social”, a grande Paz Americana (ou a Paz Brasileira), para a realização do grande capital. E o capital funda todas as suas ações e moral na realização e concentração do lucro. O lucro é o fim através do qual, a grande burguesia justifica para si, todos os mais sórdidos meios dos quais lança mão para garanti-lo. Justifica para si, e tenta universalizar enquanto valor material e moral para todas as demais classes, através de seus aparelhos ideológicos: seus meios de comunicação, as artes, as ciências e técnicas, toda a sua “indústria cultural”, as escolas e universidades, e tantos outros.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, entre 1999 e 2008 foram assassinadas 365 pessoas no campo. A quase totalidade desses crimes permanece impune.

De acordo com a Ouvidoria de Polícia, no primeiro trimestre deste ano (2011), em São Paulo, a média diária de assassinatos de cidadãos por agentes da Polícia Militar (PMs) foi de 0,96. Quase todos impunes.

Os Crimes de Maio – cometidos pela Polícia Militar (PM) de São Paulo, completam neste 2011, cinco anos de impunidade.

**A impunidade do ontem
é a farsa do hoje.
A impunidade do ontem é o cinismo do hoje.**

O massacre de Eldorado de Carajás pela PM do Pará, quando foram assassinados 19 trabalhadores rurais sem-terra, durante uma manifestação pacífica e legal, completa 15 anos.

Os assassinatos dos militantes socialistas contra a ditadura, Aderval Alves Coqueiro, Aldo de Sá Brito de Souza Neto, Amaro Luís de Carvalho, Antônio Sérgio Matos, Carlos Eduardo Pires Fleury, Carlos Lamarca, Devanir José de Carvalho, Dimas Antônio Casemiro, Eduardo Antônio da Fonseca, Flávio de Carvalho Molina, Francisco José de Oliveira, Gerson Theodoro de Oliveira, Iara Iavelberg, Joaquim Alencar de Seixas, Joel Vasconcelos dos Santos, José Campos (Zequinha) Barreto, José Gomes Teixeira, José Milton Barbosa, José Raimundo da Costa, José Roberto Arantes de Almeida, Luís Antônio Santa Bárbara, Luís Eduardo da Rocha Merlino, Luís Hirata, Manoel José Mendes Nunes de Abreu, Marilene Vilas-Boas Pinto, Mário de Souza Prata, Maurício Guilherme da Silveira, Nilda Carvalho Cunha, Odijas Carvalho de Souza, Otoniel Campos Barreto, Raimundo Eduardo da Silva, Raimundo Gonçalves Figueiredo, Raimundo Nonato Paz e Raul Amaro Nin Pereira completam 40 anos.

A impunidade do ontem é a farsa do hoje.

A impunidade do ontem é o cinismo do hoje.

Unir os trabalhadores e o povo

Apesar de conhecermos todas as dificuldades decorrentes das práticas aparelhistas, golpistas, oportunistas e eleitoreiras que infelizmente ainda pululam em nosso meio e só têm nos levado a derrotas, entendemos que todos esses setores da classe trabalhadora e do povo deveriam buscar algum modo de articular suas lutas, dando-lhes algum grau de unidade e aumentando seu potencial de fogo.

Assim, além das lutas que são travadas nas diferentes áreas e processos, entendemos que será de grande importância a criação de um espaço, de um fórum capaz de reunir todos os que lutam contra a impunidade e que, mantida a independência de cada um desses movimentos e organizações, seja capaz de estabelecer estratégias comuns, e encaminhar atividades conjuntas ou, pelo menos, convergentes.

Enfim, o inimigo é o mesmo para todos nós.

ALIPIO FREIRE é jornalista, escritor e artista plástico

**Enfim, o inimigo é o
mesmo para todos nós.**

CONTRA A “DEMOCRADURA”

Passados cerca de 30 anos, hoje podemos afirmar sem medo de errar: a maior vitória obtida pela última ditadura no Brasil foi a maneira como ela impôs a “redemocratização” do país. De forma similar ao que já tinha ocorrido por aqui durante a (falsa) Abolição em 1888, quando as elites escravocratas se anteciparam às pressões abolicionistas e assinaram a “abolição formal” que era mais conveniente para elas – sem qualquer reparação real aos negros escravizados, a maior vitória das elites civis e militares que comandavam a ditadura no início dos anos 1980 foi ter feito os trabalhadores acreditarem que a tinham derrotado. Como sempre, diante da possibilidade de qualquer perda de controle, as elites brasileiras se não podem optar pelo massacre, optam pela assimilação e falsificação dos anseios das classes populares.

E, sem desmerecer toda a verdadeira pressão exercida à época por trabalhadores organizados, pelo fim da ditadura e pelas “Diretas Já”, nunca antes na história deste país um “longo programa de transição”, anunciado com todas as letras pelo general fascista de turno (João Figueiredo), seria tão bem incorporado dali em diante pelas “forças progressistas e democráticas” que se organizavam forte e sinceramente para derrubá-lo, e para tentar transformar a sociedade como um todo: uma “Abertura lenta, gradual e segura”.

diante da possibilidade de qualquer perda de controle, as elites brasileiras se não podem optar pelo massacre,

POR **DANILO DARA**

Ora, foi uma transição tão lenta que, ainda hoje, passados cerca de 30 anos de seu início, somos obrigados a lidar com os arquivos da dita-cuja ainda fechados a sete-chaves (tendo os generais forjado a Anistia exigida originalmente pelos resistentes); com muitos corpos de militantes da resistência ainda desaparecidos; e com todos os agentes civis e militares do período agindo por aí, impunemente, na ativa pública ou na segurança privada, sem terem sido julgados e punidos nos devidos termos da própria lei democrática. Tem sido uma transição tão gradual que, somente cerca de 20 anos depois, absolutamente seguros de que não teriam seus principais interesses econômicos e políticos sequer tocados, é que entregariam a presidência ao primeiro ex-operário e seu controlado partido de trabalhadores. E, por fim, uma transição tão segura que – aqui talvez o mais importante de tudo: manteve-se até hoje o aparato repressivo, penal e policial, intacto em muitos sentidos. Quando não aprimorado e ainda mais brutal – agora voltado totalmente contra a população pobre, indígena e negra, principalmente, das periferias das grandes cidades do país.

Não tivesse sido assim, não teria se iniciado no Brasil – logo na sequência da promulgação da tal “Constituição Cidadã” (em 1988), aquilo que os companheiros e companheiras da Rede Contra a Violência do Rio de Janeiro chamam de “A Era das Chacinas”, cujo marco de nascimento fora justamente a terrível Chacina de Acari, em julho de 1990. De lá pra cá, conforme vamos cada vez mais “aprofundando essa tal democracia”, temos vivido uma série sem fim de matanças e massacres populares cotidianos, que tem como casos emblemáticos a Chacina de Acari (1990), o Massacre do Carandiru (1992), da Candelária e de Vigário Geral (1993), de Corumbiara (1995), de Eldorado dos Carajás (1996), da Praça da Sé e de Felisburgo (2004), a Chacina da Baixada Fluminense (2005), os Crimes de

optam pela assimilação e falsificação dos anseios das classes populares.

matou-se mais de 500.000 pessoas de 1998 a 2008, sendo a grande maioria jovens pobres e negros, nascidos e criados nas periferias do país.

Maio (2006), do Complexo do Alemão (2007), do Morro da Providência (2008), de Canabrava (2009), a Chacina de Vitória da Conquista e os Crimes de Abril na Baixada Santista (2010)... E por aí, infelizmente, temos ido. Entre tantos outros episódios! Uma verdadeira “Democradura”, ou “Democracia Totalitária”.

Os Crimes de Maio de 2006, que agora completam 5 anos, foram o acontecimento mais brutal e mais emblemático até aqui desta “nova era democrática”: mais de 500 pessoas assassinadas, em menos de 10 dias, somente no estado de São Paulo, por agentes policiais e grupos de extermínio em pronta “defesa da ordem”. O maior massacre da histórica contemporânea brasileira. *Em pouco mais de uma semana, foram mais jovens pobres e negros assassinados do que durante os mais de 20 anos da terrível ditadura civil-militar assassinaram nas fileiras de seus opositores, em todo o país. Assim como para os antigos ditadores, até aqui nenhum dos atuais exterminadores foi devidamente julgado e punido.* Mais uma terrível expressão daquilo que vínhamos tratando: diante da menor possibilidade de perda de controle (neste caso, era o controle da cidade de São Paulo que estava em jogo), a pronta reação vem ou na forma do Massacre puro e simples; ou, quando se avalia não ter força suficiente para tanto, na forma da Assimilação e da Falsificação (“quando não pode com seu inimigo, ‘junte-se’ a ele”, recomenda o ditado popular). Em Maio de 2006 foi o Massacre que falou mais alto durante aquela semana, até que se retomassem as negociações rotineiras.

É este o melhor retrato da “democracia” que inúmeros setores da classe trabalhadora e das chamadas esquerdas têm se engajado e se especializado em gerenciar, aprimorando-a constantemente nos últimos anos aqui no país. É trágico, mas é real. E, é óbvio: ganhando cada vez mais dinheiro, cargos, status e poder com isso, distanciando-se progressivamente dos fundões sociais – ainda que possam manter a retórica classista e de esquerda. Partidos Socialistas e de Trabalhadores, Centrais Sindicais, inúmeras ONGs e vários Movimentos Sociais de maior ou menor

envergadura: todos absolutamente engajados e dedicados ao “fortalecimento das instituições” e ao “aprofundamento da democracia” deste Estado Brasileiro. Logo deste... Ou não têm sido inúmeros os setores da chamada “esquerda histórica” aqueles que têm aprimorado os instrumentos de gestão e controle do Estado Brasileiro em relação à população, principalmente, ao longo dos últimos 10 anos?! Sim, o mesmo Estado que anunciou recentemente, no “Mapa da Violência de 2011”, divulgado pelo insuspeito Ministério da Justiça, que neste pujante Brasil Redemocratizado matou-se mais de 500.000 pessoas de 1998 a 2008, sendo a grande maioria jovens pobres e negros, nascidos e criados nas periferias do país.

É, portanto, nos bairros populares e nas periferias que a verdade desta democracia tem comido solta, nua e crua: tanto sua face mais brutal e violenta, encarnada na polícia e nos grupos de extermínio de alguma maneira ligados ao Estado, os quais sabem ser a periferia o território principal a ser controlado e “pacificado”; como a face mais bonita, poética e verdadeiramente revolucionária, porque de negação do atual estado das coisas, e de tentativa de afirmação – em alguns espaços autônomos de cultivo à Coletividade - de um Novo Homem e uma Nova Sociedade possível.

Afinal, sabemos: se depender dos velhos partidos, das velhas máfias sindicais, de direita ou de esquerda, desse mar de ONGs e dos enferrujados movimentos sociais, entre outros espaços burocratizados: nada de novo sairá deste matagal, deste verdadeiro deserto, a não ser o lento, gradual e seguro aprofundamento da democracia deles. A não ser, portanto, o cumprimento integral daquele programa anunciado pelo General Figueiredo, o último dos ditadores.

Contra esta pasmaceira, do limite da Dor e da Luta, começam a nascer Novas Flores e Movimentos verdadeiros como as Mães de Maio de SP, a Rede Contra a Violência do RJ e tantas outras movimentações periféricas, surgidas do Luto e da Busca pela Verdade de quem realmente Necessita de Mudanças Reais e Radicais, Urgentes, por Justiça e Liberdade. Sem nada, nem ninguém intermediando os sentimentos, as decisões, as palavras e a organização de Outro Viver.

Ao que tudo indica, o caminho está apenas no começo e, como sempre, não será nada fácil. Persistência, porém, dá pra sentir que não faltará.

DANILO DARA é historiador

MÃES E MADRES

Apesar de haver diferenças óbvias entre as “Madres de Plaza de Mayo”, que começaram a se mobilizar em 1977 na Argentina e as Mães de Maio, que se uniram depois do massacre de maio de 2006 no Brasil - geográficas, cronológicas, políticas, econômicas -, existe uma semelhança fundamental: a luta por justiça e a busca pela verdade sobre a morte de seus filhos.

Na Argentina as Madres se juntaram num tempo de ditadura brutal, de repressão generalizada, de terror e de medo. No Brasil os crimes que vitimaram os filhos das Mães de Maio foram cometidos numa democracia onde oficialmente os direitos humanos são respeitados e a imprensa é livre.

As Madres argentinas começaram a se organizar como um grupo em abril de 1977, quando 14 delas se encontraram na Plaza de Mayo, uma praça em frente à Casa Rosada, sede do governo argentino. Elas queriam uma audiência com o presidente Jorge Videla, chefe da junta militar que tomou o poder num golpe de estado em 1976 para saber o paradeiro de seus filhos, alguns entre os milhares sequestrados e desaparecidos pelos militares, dentro do chamado Processo de Reorganização Nacional. Juan Pablo Letelier, filho de Orlando Letelier - chanceler chileno assassinado em Washington a mando de Pinochet - diz que na Argentina o desaparecimento forçado foi usado “como uma arma de terror que paralisava toda ação opositora, com base na esperança de ver “aparecer” seu ente querido”.

As Madres, porém, não ficaram paralisadas e resolveram reagir. O pequeno grupo inicial cresceu e passou a se reunir todas as quintas-feiras à tarde na Plaza de Mayo. Os policiais as mandavam “circular” pois era proibido que grupos de 3 ou mais pessoas se reunissem. Começaram então a andar aos pares ao redor do Obelisco no meio da praça usando um pano branco na cabeça para se identificarem. O número foi aumentando, até chegar a quase 400 mães em Buenos Aires, com grupos menores em outras cidades.

Não conseguiram falar com Videla, que como todos os membros do governo e das forças armadas, simplesmente negava a existência de desaparecidos. Os juizes se recusaram a receber as centenas de pedidos de habeas corpus impetrados pelas famílias. As mães eram tachadas de loucas, “las locas de Plaza de Mayo”

Na Argentina as Madres se juntaram num tempo de ditadura brutal, de repressão generalizada, de terror e de medo.

POR JAN ROCHA

como forma de desacreditá-las. E, para piorar, em dezembro de 1977 passaram a ser alvo do mesmo terror que estavam denunciando. Três das líderes do grupo foram sequestradas dentro de uma igreja onde estavam reunidas com duas freiras francesas e sete ativistas de direitos humanos. Elas nunca mais foram vistas. Anos depois se soube que foram todas torturadas e jogadas ao mar por um avião militar.

Mas as mães não se acovardaram. Começaram a viajar para o exterior. Em São Paulo foram recebidas por Dom Paulo Evaristo Arns, na Cúria. Suas denúncias foram publicadas nos boletins do CLAMOR, o Comitê da Defesa dos Direitos Humanos no Cone Sul.

A cobertura da imprensa internacional foi crucial, já que a imprensa argentina não podia publicar nada sobre os desaparecidos, portanto nada sobre as mães.

Em 1980, com a ajuda financeira de um grupo holandês, conseguiram alugar uma casa para usar como sede. Com a volta da democracia, acabaram rachando em 2 grupos, devido à divergências políticas. Um deles, denominado Linea Fundadora, aceitou as reparações financeiras oferecidas pelo novo governo, mas o outro, liderado por Hebe Bonafini, rechaçou a recompensa por não reconhecer a morte dos filhos desaparecidos, e usava as palavras de ordem - “Con vida los levaran, con vida los queremos”.

Muitas das mães eram também avós, e criaram seu próprio grupo ‘Las Abuelas de Plaza de Mayo’, procurando pelos netos que foram sequestrados junto com os pais ou nascidos no cativeiro. Calcularam que havia mais de 500 crianças nesta situação, das quais 102 foram recuperadas até agora.

A ditadura acabou em 1983 e imediatamente foi criada uma comissão de investigação dos desaparecidos, a CONADEP. A comissão concluiu que os casos de desaparecimento não eram “excessos” mas uma prática “comum e extensiva”.

Em 1985 os líderes que presidiram as juntas militares foram julgados e condenados à prisão perpétua. Nos anos seguintes houve várias tentativas de grupos de ultra-direita de derrubar o governo civil através de revoltas militares e nos anos 90 o Presidente Carlos Menem indultou os militares condenados.

Foi somente a partir do governo Nestor Kirchner, eleito em 2003, que a luta das Madres e dos outros grupos de direitos humanos por justiça e verdade começou a ver resultados. O presidente Kirchner enviou um projeto de lei para o congresso, anulando as leis de Indulto e Ponto Final, que travavam os julgamentos. O Congresso aprovou e a Suprema Corte confirmou. Pesquisas de opinião mostraram que a

Talvez a impunidade seja a maior diferença entre o Brasil e a Argentina.

decisão de levar os militares responsáveis pelos crimes cometidos durante a ditadura a julgamento foi aprovada pela maioria da sociedade argentina.

Como resultado, 486 ex-militares e ex-policiais, entre eles dois dos três presidentes-militares, Jorge Videla e Reynaldo Bignone, foram processados pelos crimes de tortura, sequestros e homicídios durante a ditadura e julgados por tribunais civis, não militares.

Não existe, desde o julgamento dos Nazistas no fim da Segunda Guerra, nenhum outro país que, após viver uma situação de terrorismo estatal, conseguiu prender e julgar seus algozes com suas próprias leis e em tribunais do Estado, sem ter que recorrer a tribunais especiais ou de exceção.

Os processos começaram em 2006, o mesmo ano dos crimes de maio em São Paulo, que até agora não levaram ninguém a julgamento.

Talvez a impunidade seja a maior diferença entre o Brasil e a Argentina.

Outro feito dos governos Kirchner (Nestor foi sucedido pela mulher, Cristina) foi a criação de monumentos permanentes de memória. Primeiro, um dos mais notórios centros de detenção e tortura, a Escuela Mecanica da Marinha, ESMA, para onde eram levadas muitas presas grávidas para dar a luz, foi transformada em Museu de Memória e Defesa dos Direitos Humanos.

Mais recentemente, um parque contendo um imenso memorial aos desaparecidos, com extensos muros onde estão inscritos mais de 9.000 nomes, foi inaugurado às margens do rio Prata. Os mortos e desaparecidos argentinos nunca serão esquecidos.

As Madres começaram a se reunir num clima de terror, no auge de uma das mais cruéis ditaduras da América Latina. A única vantagem que tinham em relação às

Mães, era uma certa infraestrutura - telefones, máquinas de escrever, carros, meios para viajar - e uma imprensa internacional simpática à sua causa.

As Mães de Maio começaram a sua luta em um país dito democrático, e além de terem uma situação financeira e social difícil, não contavam com nenhuma infraestrutura e não conseguiram espaço na grande imprensa, quase sempre desinteressada e pronta para culpar o PCC pelos crimes, sem se preocupar em investigar quem eram as vítimas. O fato de que entre os quase 500 que morreram naquela semana de maio apenas 10% eram policiais ou agentes penitenciários, e a grande maioria dos jovens mortos não tinha nada a ver com o PCC, não mereceu destaque na mídia.

O que une as Madres e as Mães, na Argentina e no Brasil, é a dor da perda dos filhos e a coragem na luta por justiça. Apesar das mentiras, das pressões e das ameaças, nunca desistiram de buscar a verdade.

JAN ROCHA é jornalista e escritora

A CONTINUIDADE DO GENOCÍDIO NEGRO ATRAVÉS DA POLÍTICA CRIMINAL DA SSP/BA

Vão-se os anéis, ficam os dedos!

Conforme já tivemos a oportunidade de demonstrar (Nzumbi, 2010), a política criminal do Estado brasileiro, travestida historicamente sob a função anunciada de "segurança pública" e armada pelo aparato de controle penal e o poder estatal de polícia, empreende, deliberadamente, através de todos os poderes deste Estado, um processo seletivo (discriminatório e/ou discricionário) de criminalização, que por sua vez, adota critérios sócio-raciais para eleição de um padrão de sujeitos a se suspeitar, perseguir, penalizar e enfim eliminar: jovens negros. Se assimilarmos a semântica dada pelos dicionários da língua portuguesa, o termo "genocídio" significa "eliminação de um povo", de um determinado tipo de gente. Em nossa análise entendemos ainda que este processo de criminalização resulta em duas formas históricas e flagrantes de genocídio no Brasil: a execução sumária, empreendida pela polícia e grupos para-policiais e o encarceramento massivo de jovens negros.

A análise sobre política criminal travestida como segurança pública na Bahia permite entender que o sistema penal brasileiro tem como resultado de seu caráter seletivo e racista, as formas mais diretas de genocídio do povo negro; entender ainda que este genocídio estrutura o modelo de Estado brasileiro e se apresenta como realidade nacional no âmbito de todos os seus poderes; e que, como estrutura, tal modelo de estado, está para além da conjuntura, ou seja, não é uma questão que marca apenas um ou outro governo; é uma questão que marca a prática política e a ordem social sustentada historicamente por este modelo de Estado. Segundo o

POR LIO NZUMBI

**"Eu queria rimar a paz, mas o que vivo não me permite/
então narro sem corte a dor no barraco de madeirite.../
o esgoto que corre na frente de casa não nos inspira
riso/o filme de nossas vidas ainda é de fim sofrido/
perdadeentequerido/irmão furado em "troca de tiro"/o
luto da Tia preta que viu a policia matar seu filho.../ a
enfermidade da filha caçula ao saber que seu pai foi
morto.../o desmaio da mulher no reconhecimento do
corpo.../é sempre assim, sem ibope a morte de um dos
nossos/ sem reconstituição de crime/ varias famílias
choram seus mortos... / é só enterro como indigente/
matéria no jornal como delinqüente(...) mas aqui é
"Nóix por Noix'", só nós, "por nós mesmos", por Nós: dos
pretos, para os pretos, com os pretos e pelos pretos..."**

[A cria rebelde, 157 Nervoso]



LATUFF
2008

De fato, já não há meio possível de velar a face genocida da atual política de segurança pública na Bahia.

GENOCÍDIO =

dicionário Aurélio o substantivo genocídio [De gen(o)-2 + -cídio.] significa:

Crime contra a humanidade, que consiste em, com o intuito de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, cometer contra ele qualquer dos atos seguintes: matar membros seus; causar-lhes grave lesão à integridade física ou mental; submeter o grupo a condições de vida capazes de o destruir fisicamente, no todo ou em parte; adotar medidas que visem a evitar nascimentos no seio do grupo; realizar a transferência forçada de crianças dum grupo para outro.

Na realidade vivenciada por comunidades negras em ruas, favelas e prisões na Bahia é possível se flagrar qualquer uma destas hipóteses anunciadas. De fato, já não há meio possível de velar a face genocida da atual política de segurança pública na Bahia. Para entender o cenário desta política, é necessário analisar os discursos e contra-discursos - cada um dos mecanismos e estratégias utilizadas para legitimar ou enfrentar o processo de criminalização a qual nos referimos.

A Secretária de Segurança Pública e a manipulação de informações sobre os "indicadores de violência".

A SSP-Ba (Secretaria de Segurança Pública da Bahia) anunciou recentemente a aplicação de cerca de 110 milhões de reais só na ampliação da sua frota - 1.332 viaturas - motocicletas, caminhões, automóveis, rabecões, carros-presídio, além de um helicóptero. Na mesma oportunidade, como uma tentativa de maquilar dados e desviar a atenção da opinião pública sobre a carnificina empreendida por sua polícia em Salvador e região, o então secretário de segurança pública anunciou também o que representaria, segundo ele, a redução dos principais índices de violência ocorrida durante a sua gestão (SSP-BA, 2010). Menos de um mês depois, a imprensa divulga números alarmantes, sobretudo no que toca às execuções sumárias empreendidas contra jovens negros - o que na opinião rasa dos jornalistas, fez titubear o titular da pasta de segurança pública e enfim, depô-lo para que se assumia um técnico com uma imagem menos desgastada.

Por outro lado, a análise sobre os números permitem verificar toda ferocidade resultante da política de segurança pública e também exigem a apreciação de um olhar técnico diferenciado dos diagnósticos estatísticos disponibilizados pelo

Crime contra a humanidade, que consiste em, com o intuito de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, cometer contra ele qualquer dos atos seguintes: matar membros seus; causar-lhes grave lesão à integridade física ou mental; submeter o grupo a condições de vida capazes de o destruir fisicamente, no todo ou em parte; adotar medidas que visem a evitar nascimentos no seio do grupo; realizar a transferência forçada de crianças dum grupo para outro.

sistema de informações da SSP. Órgãos da SSP, por exemplo, divulgaram que a "intensificação do combate ao tráfico de drogas e a renovação da frota de viaturas das polícias Militar, Civil e Técnica, incluindo a aquisição de mais um helicóptero para o Grupamento Aéreo da Polícia Militar (Graer provocaram o declínio dos principais índices de violência. Durant a apresentação feita pelo secretário César Nunes, a SSP atribuiu à ampliação do efetivo da Polícia Militar a razão através da qual se realizou tal redução nos índices de violência em Salvador; Alardeou com o entusiasmo de um vendedor os números que lhe interessava mostrar, mas de fato, o que tentava vender era o seu modelo de gestão como algo que dá certo. Então disse orgulhoso sobre a sua gestão: "O ano de 2010 foi de continuidade dos programas e projetos estabelecidos no Plano Estadual de Segurança Pública, que começaram a ser implantados em 2008, quando assumimos a SSP". Na mesma oportunidade, Nunes exhibe alguns números por ele destacados em 2010: Foram mais de 1,7 toneladas de maconha, cerca de 500 quilos de cocaína e 433 de crack retirados de circulação durante operações e revistas de rotina.

Apesar de não oferecermos aqui uma análise fundada na frieza dos dados estatísticos, a lida com a questão criminal aqui na Bahia também nos fez aprender a analisar os números. Na contramão do que foi propagandeado pelo Governo, diversos indicadores, demonstrados através de fontes confiáveis de pesquisas, revelam o genocídio em curso na Bahia. Segundo o relatório Saúde Brasil 2009, Salvador é a quarta capital do país com o maior número de homicídios. Em 2008,

o risco de um jovem negro ser assassinado cresceu no país, chegando a uma probabilidade quase 4 vezes maior em relação a um jovem branco

a taxa de homicídios, principal indicador da violência, alcançou o patamar de 57,1 mortes por homicídio a cada 100 mil habitantes. Ao pensar na Região Metropolitana de Salvador, a situação não é mais animadora. De 2000 a 2007, a taxa de homicídios variou de 11,6 para 50,4 mortes por cem mil habitantes - segundo outro estudo, o Mapa da Violência, publicação feita com base em dados do Sistema Único de Saúde (SUS), um aumento de 400% no número de homicídios. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública, 4.796 pessoas foram assassinadas no Estado em 2009 - 48,9% a mais do que em 2006. Salvador fechou o ano de 2009 com 57,8 homicídios para cada 100 mil habitantes - cinco vezes a taxa da capital paulista e quase o dobro da registrada na cidade do Rio de Janeiro. Apesar de a Secretaria de Segurança Pública da Bahia comemorar a redução dos índices de violência na capital e interior, um dos principais indicadores, o número de homicídios dolosos (quando há intenção de matar) cresceu em comparação com o mesmo período do ano passado. De janeiro a novembro de 2009, foram registrados 4.340 homicídios em todo o estado. Já em 2010, no mesmo período, ocorreram 4.420 homicídios. Quando falamos da realidade nacional fazendo um recorte de raça, os números assustam ainda mais. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República demonstra através do (IHA) Índice de Homicídios na Adolescência, que o risco de um jovem negro ser assassinado cresceu no país, chegando a uma probabilidade quase 4 vezes maior em relação a um jovem branco. Vários setores racistas da elite brasileira se manifestam severamente contra as cotas raciais, mas apenas se manifestam no que se refere à universidade e outros espaços de poder. Nada falam, por exemplo, ao saber que a reserva de vaga no cemitério dos assassinados é de 130 % a mais para jovens negros.

Para além de um teatro em qual o gestor tem que forjar, através da manipulação de dados, uma conjuntura minimamente aceitável para a imprensa, se verifica não apenas em Salvador e Região Metropolitana, mas em todo território nacional, a manutenção de uma política ostensiva de criminalização e dizímio da juventude negra através da parafernália penal do Estado brasileiro. A matemática oficial, por si só, não dá conta de fazer uma análise confiável dos fatos, nem é capaz de decodificar a dor sentida por mães negras que choram sobre os corpos de seus filhos. Apesar da maioria dos jornais entenderem que os índices de violência "derrubaram" César

Nunes, é necessário dar atenção a outra perspectiva de análise: a das pessoas vitimadas por esta "maquina de moer gente" travestida de "segurança publica".

Segurança Pública na Bahia - Discursos e contra-discursos - pedaço de uma realidade nacional.

Enquanto a política executiva é reordenada nos bastidores dos estados e no governo federal, a política de desenvolvimento consolidada como "PAC" tem exigido para segurança pública uma demanda de controle social condizente ao status de um "país emergente". Então, o Brasil, através de sua política governamental de segurança (O PRONASCI, SUSP etc.), para sustentar a fama internacional de "país em vias de desenvolvimento", tem lançado mãos de inúmeros mecanismos de gestão que resultam na morte e/ou criminalização sistemática de um determinado tipo de gente. Esse "tipo de gente" pode ser conhecido no perfil que agrega a clientela principal do sistema carcerário: jovens negros, oriundos de territórios guetificados (Favela).

Em inúmeros momentos de intervenção social foi denunciado o caráter fascista da administração de César Nunes. Já em 2008, frente o ímpeto de um gestor que nega a competência de "segurança publica", "caça" suspeitos e se auto-proclama gestor da "secretaria de policia", a Campanha Reaja! se posicionou. O caráter notoriamente neo-lombrosiano e fascista foi expresso em mega-operações como "saneamento 1" e "saneamento 2" e outras intervenções policiais, em quais, se verificou o falseamento de provas, a exposição gratuita e imoral da imagem de suspeitos (criminalização midiática) e execuções sumárias empreendidas por representantes legais do Estado. Inúmeras denúncias foram encaminhadas para o Ministério Público, para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores da Cidade de Salvador e Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. A Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e até mesmo a ONU foi através de um dossiê que reunia dados emblemáticos de criminalização e/ou execução sumária. A CONSEG (Conferencia Nacional de Segurança Pública) também foi denunciada como um jogo de cartas marcadas, cujo fim primordial foi legitimar o PRONASCI, uma política de segurança aliada a interesses particulares. O ENPOSP (Encontro Popular

pela vida e outro modelo de Segurança Pública) estabeleceu um contraponto social importante frente à lógica genocida de segurança pública em curso no Brasil.

No campo acadêmico, os gestores em segurança pública não podem dizer que desconhecem a existência de perspectivas científicas geradas no seio do movimento social. Dra Andréia Beatriz, médica e professora da UEFS ao desenvolver seu estudo sobre a identificação da raça/cor da pele no Instituto Médico Legal de Salvador, verificou que "a mortalidade no Brasil aumenta conforme se escurece a cor da pele" e aponta a existência de um tal "racismo institucional" como caráter da ação governamental. Resta saber se esse tal "racismo institucional" pode ser entendido como uma ação dolosa dirigida deliberadamente pelo Estado ou se podemos entendê-lo como simples "falha" do sistema em prover direitos. Para a advogada e doutoranda Ana Luiza Flauzina não se sustenta a idéia de que o sistema penal brasileiro está falido quanto ao exercício de sua função principal, pois a tal ressocialização além de não ser identificada como resultado direto da pena de cárcere, não pode ser identificada tão pouco como fim último deste sistema de controle. Esta perspectiva criminológica demonstra ser bastante elucidativa em sua abordagem:

È mesmo importante compreender que o racismo é uma marca de nascença irremovível do sistema penal brasileiro. Digamos de maneira direta: o sistema penal age com tamanho grau de brutalidade e violência porque foi um instrumento pensado para controlar os corpos negros, na lógica de desumanização que o racismo impôs como regra. [...] O desgastado discurso da "falência do sistema penal" perde, portanto, qualquer sorte de credibilidade. O sistema funciona e funciona bem. Funciona para os fins para que foi concebido: manter as pessoas onde estão. Mais especialmente, funciona para assegurar os termos de nosso pacto racial, auxiliando na disposição de negros e brancos em espaços concretos e simbólicos diferenciados (FLAUZINA, 2006)

A discussão sobre a intencionalidade de matar (dolo) como marca do processo de criminalização que aqui analisamos evidencia que estamos de fato tratando de um processo histórico de genocídio, ainda que a tecnocracia jurídica continue entendendo o termo como inapropriado. Munida do arsenal de dados acumulados entre 2007-2009 pela Campanha Reaja ou será mort@!, a socióloga Vilma Reis revelou parte deste processo e denunciou em depoimento à CPI da violência urbana o "auto de resistência" utilizado como artefato jurídico-policial que licencia a execução sumária de jovens negros; denunciou os programas de

o sistema penal age com tamanho grau de brutalidade e violência porque foi um instrumento pensado para controlar os corpos negros

televisão além do PRONASCI que deve aplicar milhões na compra de armamentos, viaturas e construção de novos presídios até 2012. Perspectivas análogas foram também reiteradas vezes colocadas pelo militante negro e professor Hamilton Borges, deixando-nos a certeza de que o dolo genocida, a intenção de matar e/ou criminalizar jovens negros é um princípio intrínseco à ordem social brasileira

No entanto, na conjuntura política do ano de 2010, mesmo os setores do movimento social que se posicionam frente à política criminal de César Nunes, não conseguiram fazer reverberar as suas vozes no cenário político e foram silenciados, quando não penalizadas com o isolamento político ou pela criminalização propriamente dita. No entanto, não deixamos de apontar inúmeros casos emblemáticos, constando entre os vários exemplos de ação dolosa e/ou culposa do Estado em casos de execuções sumárias e/ou aplicação de pena extralegal os seguintes fatos acontecidos em 2010:

Na madrugada do dia 29 de fevereiro dez policiais militares executaram 11 jovens e deram sumiço nos corpos de três adolescentes em Vitória da Conquista. Os assassinatos atribuídos aos PMs ocorreram entre os dias 28 e 29 de janeiro como consequência da morte do soldado Marcelo Márcio. Entre a noite e a madrugada do dia seguinte, policiais militares invadiram casas sem mandado judicial, agredindo pessoas, seqüestrando e executando sumariamente suspeitos, dentro das residências e em vias públicas. Os policiais acusados estão lotados no 9º batalhão de polícia militar (BPM /Vitória da Conquista) e na companhia de ações especiais do sudoeste e gerais (CAESQ/ PM);

Na noite de 4 de março, através de uma ação conjunta realizada pela 37ª Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM) e a Rotamo, agentes do estado realizaram uma chacina que culminou na execução de sete jovens no bairro de Pero Vaz. Estas sete pessoas foram encurraladas e sumariamente abatidas a partir da justificativa de que a referida incursão policial teria sido enfrentada com tiros por estes jovens.

No dia 4 de outubro, a PM matou dois membros do grupo de rap BKS numa revista em Itapuã. André de Jesus Cardoso foi morto naquela madrugada de segunda-feira ao lado do companheiro de grupo, Tiago Santos Silva. Os jovens, que tiveram suas promissoras vidas interrompidas aos 20 anos de idade, teriam, segundo a polícia,"furado uma blitz e acabaram sendo mortos em confronto".No entanto, pessoas da família e da comunidade dos jovens negam a versão da polícia e dizem que os jovens foram sumariamente executados;

a intenção de matar e/ou criminalizar jovens negros é um princípio intrínseco à ordem social brasileira

No dia 23 de outubro, no assentamento Dom Helder Câmara, situado no distrito de Banco do Pedro, em Ilhéus a Sra. Bernadete Souza Ferreira dos Santos foi vítima de uma sessão de tortura cometida por oito policiais militares. Bernadete conta que estava em companhia de seu marido, o professor de Filosofia Moacir Pinho de Jesus, quando os policiais chegaram na comunidade com um jovem algemado. Ela e o companheiro questionou a presença dos PMs alegando que estes só poderiam estar mediante mandato judicial, já que a área do assentamento é protegida por legislação federal. Testemunhas contam que ao ser detida por desacato à autoridade, o orixá Oxossi respondeu incorporando a Sra. Bernadete. Ainda assim, os policiais imobilizaram o corpo de dona Bernadete, pisando-lhe o pescoço e submetendo-o a uma sessão de tortura sobre um formigueiro;

21 de novembro de 2010- O garoto Joel Castro foi alvejado por uma bala ponto quarenta enquanto se preparava para dormir dentro de sua casa. A imprensa, em consonância com informações da polícia, a princípio noticiou que o garoto teria sido vítima de "bala perdida". No entanto, o fato é que um projétil de arma de fogo adentrou o rosto do menino, atravessou o cérebro e se instalou em seu crânio. Esse menino teve interrompido seu sonho de se tornar mestre de capoeira. O pai da criança ainda saiu com seu filho desesperado para pedir socorro. Talvez salvasse seu filho se policiais das 40 CPM não o negasse socorro. Apesar do secretário César Nunes ter derramado lágrimas de crocodilo na reconstituição do crime, os laudos periciais do Departamento de Polícia Técnica (DPT) confirmaram que o tiro que matou o menino saiu da pistola calibre 40, usada pelo soldado da Polícia Militar Eraldo Menezes de Souza, lotado na 40ª CIPM (Companhia Independente da Polícia Militar). Este e outros nove policiais estão afastados do serviço, até a conclusão do inquérito; Dentre quais, os soldados Leonardo e Santana, identificados diretamente pelo pai da criança como os agentes policiais que negaram socorro para seu filho.

Como já dissemos outras vezes (Nzumbi, 2009), a manutenção de uma lógica específica de segurança pública mantém também intacto o mesmo projeto de estado baseado no genocídio histórico de populações negras favelizadas. Jornais da imprensa confirmaram a manutenção desta lógica ao anunciar que os índices de violência "derrubaram" o secretário de segurança pública. Para além do olhar frio dos técnicos, para além do que é ou não divulgado pela imprensa, está em curso um processo ininterrupto de genocídio confirmado em cada corpo negro caído no chão. Tal processo é validado por uma lógica de guerra contra o "tráfico de drogas" ou ao "crime organizado". Matar jovens negros paridos de uma sociedade que os

a criminalização, o extermínio e o encarceramento massivo de jovens negros geram poder político e econômico para as elites do país

rejeita precisa de uma justificativa por parte dos técnicos e gestores. Por isso é que os números e a visão de jornalistas são priorizados em detrimento ao que se vivencia nas comunidades faveladas e prisões do país. O fim anunciado pelo sistema penal brasileiro de combater o crime e regenerar infratores é na realidade uma justificativa retórica, apenas uma argumentação que busca legitimar uma ordem político-social baseada na criminalização de jovens negros (Nzumbi, 2008). Tal fenômeno corresponde a um pressuposto sempre presente em nossas análises sobre a política criminal na Bahia: que entende que a criminalização, o extermínio e o encarceramento massivo de jovens negros geram poder político e econômico para as elites do país. Quer dizer, alguém sempre lucra com a morte ou prisão de um favelado... e não são apenas corporações empresariais - imprensa policial, indústria armamentista, empresas de gestão penitenciária, milícias armadas - e as elites políticas que ganham. Até mesmo a própria questão entendida por alguns setores contra-hegemônicos como "extermínio da juventude negra" é passível de se tornar produto de ganhos políticos e econômicos através dos apelos das ONG's de Direitos Humanos e demais organismos do chamado terceiro setor. O corpo negro engavetado no Nina Rodrigues pode neste sentido, ser a moeda de troca para consultorias de fundações internacionais, especialistas em "negociação de conflitos" e tutorias de projetos sociais que vendem a manutenção do genocídio sob o rótulo de caridade, solidariedade ou "responsabilidade social". Prato cheio para iniciativa privada!

Para a imprensa policial de rapina, quanto maior parecer aberração de cada caso anunciado, maior o lucro da manchete, visitada e revisitada milhões através da internet. Mas para quem perdeu um membro de sua família ou comunidade como resultado da ação e/ou omissão de agentes do Estado a conjuntura nacional de segurança pública pode ser entendida hoje sob a forma de um veículo blindado atirando contra membros descamisados de uma comunidade que não conhece nenhum tipo de intervenção estatal, senão a da polícia. De fato, a violência é uma linguagem universal, todos entendem. Não foi à toa que as grandes corporações midiáticas exibiram e reprisaram milhares de vezes a ocupação do Morro do

o Estado contando com a parceria das grandes corporações midiáticas justificam, banalizam e promovem execuções sumárias televisionadas ao vivo para que a população favelada se posicione favorável à sua própria eliminação.

Alemão no Rio de Janeiro. Bombardeiam maciçamente em canais de rádio, TV e internet a opinião pública com imagens que tentam convencer que há em curso uma espécie de "guerra contra o mal" que conta com o apoio total da população. Nessa representação "o bem" é simbolizado pelas grandes corporações empresariais e o governo e "o mal" simbolizado por um homem negro descamisado que foge diante de um aparato de guerra com imensos poder de destruição. O texto do Artigo 5 da Constituição brasileira é suficientemente nítido. No inciso XLVII se diz que "não haverá a pena de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX". O que não é tão nítido assim é o modo como o Estado contando com a parceria das grandes corporações midiáticas justificam, banalizam e promovem execuções sumárias televisionadas ao vivo para que a população favelada se posicione favorável à sua própria eliminação.

Um mês depois da ocupação do Alemão no Rio de Janeiro, nesse mesmo estado, até o dia 27 de janeiro de 2011, a Polícia Civil contabilizou 837 mortos, segundo eles, "vítimas da chuva". Aprendemos com o furacão Katrina e com os terremotos no Haiti que quando um fenômeno da natureza que ameaça a vida humana pode ser previsto, a tragédia não é necessariamente uma "catástrofe natural". Comentários de jornalistas racistas afirmaram, por exemplo, que o Haiti ao ser devastado pelos tremores de terra, estava sendo castigado pela prática de "macumba". Mas agora o que podemos dizer da região serrana do Rio de Janeiro? Especialistas comentam que a tragédia foi inúmeras vezes prevista, já que as cidades demonstravam ter óbvios problemas de infra-estrutura para enfrentar a elevação dos índices pluviométricos. Mas o governo não gastou sequer um centavo para intervir numa questão tão séria de Defesa Civil. Realmente uma tragédia como essa provoca comoção em todo

mundo. Mas não teve comoção nacional quando se soube que segundo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, através do (IHA) Índice de Homicídios na Adolescência, 32.912 adolescentes serão assassinados entre 2007 e 2013. Realmente a tragédia das enxurradas é comovente, mas porque a Viva Rio e essas ONGs que estão tão empenhadas em arrecadar recursos não pressionam a Secretaria Nacional de Defesa Civil, Secretaria Especial dos Direitos Humanos e a presidenta para que se gaste os recursos do PRONASCI nesse caso? O que parece é que a concepção de segurança pública se resume em armas, polícia e grades para o governo e a desgraça de muitos é um negócio rentável para as ONGs.

Não é a toa que a PM da Bahia ganhou seu primeiro "Caveirão". O carro blindado chamado tecnicamente de "veículo de apoio tático" (VAT) e apelidado pela própria polícia baiano como "o miseravão" estará à disposição do Batalhão de Choque da PM para incursões em comunidades de favelas daqui da Bahia. Jornais da imprensa escrita de Salvador informaram que "a aquisição do veículo é também uma das medidas do protocolo de intenções que propiciam à Bahia ter Salvador como sede de eventos esportivos internacionais, a exemplo da Copa das Confederações, em 2013, da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas de 2016." Confirmando a lógica da política nacional de segurança que o governo Dilma pretende apoiar, o governo federal informa que parte do recurso do PRONASCI será investida nessa tal "política de pacificação" das comunidades de favelas. Já se anunciou que as polícias do Rio de Janeiro irá receber uma nova frota de veículos blindados, além dos tanques da Marinha e os seis caveirões já em uso na ocupação no Complexo do Alemão.

Aqui na Bahia, como primeira ação prática, Maurício Telles, o novo gestor da pasta de segurança pública, anuncia que quer implantar na Bahia o sistema das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), que estão em funcionamento no Rio de Janeiro. Alega que com as UPPs será possível avançar em áreas que estão atualmente "sob o domínio do tráfico de drogas" reproduzindo um discurso deslocado de segurança pública que não tem o menor sentido em Salvador. Mesmo que o tal "crime organizado" não estabeleça nenhum "Estado paralelo" capaz de trocar tiro com tanques blindados de guerra e helicópteros, as polícias e as forças armadas brasileiras precisam gastar suas balas, precisam buscar mais "clientes" para o sistema prisional. Para além das atividades pontuais engendradas pela política criminal brasileira, além do modelo de segurança pública demandado pelo PAC e pelo PRONASCI, há uma agenda de faxina sócio-racial a ser cumprida para

preparar as capitais brasileiras para grandes acontecimentos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. A análise sobre os meses que antecedem o carnaval na Bahia, por exemplo, demonstram uma sensível oscilação nos principais índices de violência; quase sempre o número de homicídios dolosos duplicam em relação a outros meses do ano. Não temos fórmula estatística capaz de prever o aumento do número de corpos negros gerados para abrigar eventos com a magnitude anunciada para copa do mundo em 2014 ou as olimpíadas em 2016.

Não são apenas os executivos, federal e dos estados, os setores do poder público que engendram políticas criminais. O legislativo seja em âmbito, federal, estadual ou municipal também exerce a sua influência sobre o funcionamento da Máquina Penal. No senado, por exemplo, os parlamentares acenaram positivamente para as recomendações do relatório do senador Renato Casagrande (PSB-ES) sobre o projeto de reforma do Código de Processo Penal (PLS 156/2009) em sessão extraordinária. Enquanto a matéria ainda não chega na Câmara dos Deputados, a proposta corre o perigo de não ser submetida a apreciação da sociedade civil e ser influenciada pelos lobbies das grandes corporações até ser sancionado pela presidenta. Através de tal legislatura se regulará prerrogativas de novos postos do judiciário criminal, o uso das tecnologias de segurança entendidas como mais avançadas e outras novidades. Um prato cheio para os advogados criminalistas de porta de cadeia que almejam ascender profissionalmente e para as empresas de segurança e administração que certamente lucrarão milhões em monitores, julgamento por vídeo-conferência e outras parafernálias previstas como efeitos da aplicação do novo Direito de Processo Penal brasileiro.

Para a doutrina jurídica, o Direito Penal seria a "Ultima ratio", a aplicação da pena quando todos os outros direitos falharam. Mas quando se pensa na realidade vivenciada em ruas, favelas e instituições penais pela comunidade negra deste país, verifica-se que o Direito Penal, a política de segurança e todas

Os jovens negros de Vitória da Conquista, Pero Vaz, Nordeste, Alto do Coqueirinho, Cajazeiras e outras comunidades da periferia baiana, não terão oportunidade de gozar das políticas de ação afirmativa ou das tão prometidas benesses do PAC se forem assassinados pela polícia ou cumprirem pena numa instituição prisional a maior parte de suas vidas.

as armas chegam antes que qualquer outro direito. Aonde não chega a saúde, a educação, o trabalho/emprego e renda, chega a polícia, os grupos paramilitares e as armas de uso exclusivo do exercito. Os principais destinatários do direito prisional são oriundos de territórios de esgoto a céu aberto, nenhum posto público de saúde ou escola pública com fornecimento regular de merenda. E essa sentença não é conjuntural, faz parte da estrutura de estado e da própria história brasileira. O uso da violência com fins de controle social assegura a manutenção da ordem social e faz todo sentido em Salvador: metrópole brasileira de maior concentração de negros favelados por metro quadrado, cidade detentora dos mais expressivos indicadores de desigualdade sócio-racial e criminalização de jovens negros. No entanto, não perdemos de vista que esta lógica se mantém como uma política de orientação nacional. Setores governistas falam que "outros ramos da vida pública não estão tão mal assim. Afinal, temos reserva de cotas em universidades e uma classe média negra emergente, com plenos poderes de comprar um carro zero, a perder de vista". Matar jovem negro então seria ,segundo esta lógica, consequência da "governabilidade". Mas os técnicos do governo esquecem que sem o direito à vida não se pode gozar nenhum outro direito. O desenvolvimento tem que ser integral, tem que se verificar em todos os âmbitos de nossas vidas. Os jovens negros de Vitória da Conquista, Pero Vaz, Nordeste, Alto do Coqueirinho, Cajazeiras e outras comunidades da periferia baiana, não terão oportunidade de gozar das políticas de ação afirmativa ou das tão prometidas benesses do PAC se forem assassinados pela polícia ou cumprirem pena numa instituição prisional a maior parte de suas vidas.

A política criminal "de tolerância zero" e a "guerra contra o terror" são produtos importados da tecnologia de segurança norte americana que devem ser adotados pelo Brasil se quiser manter o diploma da ONU de "país emergente". Não é à toa a idéia de implementação de políticas como privatização do sistema prisional, julgamentos por videoconferência e o regime disciplinar diferenciado RDD no Brasil. O jovem negro descamisado de fuzil na mão que hoje se coloca como inimigo público muitas vezes não conheceu nenhuma outra intervenção governamental fora a da polícia no bairro onde nasceu, mas agora tem câmera digital, rastreamento de celular, escuta telefônica, veículo blindado, tanque de guerra...e todas as tecnologias das forças armadas brasileiras voltadas contra ele. E não há nenhum privilégio revervado para qualquer "facção criminoso". Não há "poder paralelo", ou "toque de recolher" capaz de barrar este processo genocida

de criminalização que invade a chamada "pós modernidade" como um blindado passando sobre o corpo de uma criança negra-favelada. Na "Bahia de todos nós", se disser "Êa!", vai virar peneira... se disser que "Êh Noix!" vai ser bagaçado do mesmo jeito. Estudos antropológicos identificam vários times de futebol, várias linguagens, várias gírias, vários sonhos entre jovens negros de favela... Mas quando o inimigo fardado chega, a bagaceira é uma só. Independente de muitos destes jovens negros verem o perfil de seus semelhantes como "alemão" (inimigo), todos estes são vistos da mesma forma pela atual política nacional de segurança: um dejetos da ordem social brasileira que tende a ser eliminado ou escondido através das trancas, de preferência antes da copa de 2014, pro sangue não espirrar na cara dos gringos.

Distante da visão analítica se opera um genocídio sem prazo de término. Para aqueles que estão no olho do furacão, pouco importa as estatísticas; sentem na pele o que os técnicos tentam explicar. O parecer técnico não consegue, por exemplo, decodificar a revolta propiciada pelo assassinato de Levi Monteiro Reis, um jovem negro de 22 anos executado sumariamente por agentes da polícia civil em Cajazeiras. Segundo familiares, o assassinato aconteceu quando o rapaz estava em uma comemoração junto a um grupo de jovens que estava fumando erva quando policiais civis chegaram já atirando. Uma bala perfurou o coração do rapaz, que não resistiu e morreu. Levi foi visto sendo colocado na viatura pelos policiais civis, mas o seu corpo foi na verdade levado para o hospital e apresentado como ignorado por policiais militares, apesar de familiares informarem que o rapaz estava com documentos de identificação. A família de Levi denunciou ainda que um amigo do rapaz foi obrigado a mentir em uma das oitivas do inquérito que apura o caso; policiais teriam intimidado o rapaz e induzido-o a mentir sobre drogas e armas plantadas pelos próprios policiais no local do crime. A família e a comunidade de Levi em 19 de janeiro organizaram uma manifestação que foi do Ponto 11 em Cajazeira até a frente da 13ª Delegacia de Polícia, onde provavelmente estão lotados os policiais que atiraram em Levi. A família do rapaz está inconsolável. Amigos sentem sua falta... lamentam a perda... Mas para o Estado, Levi é só mais um número,

A política criminal “de tolerância zero” e a “guerra contra o terror” são produtos importados da tecnologia de segurança norte americana que devem ser adotados pelo Brasil se quiser manter o diploma da ONU de “país emergente”.

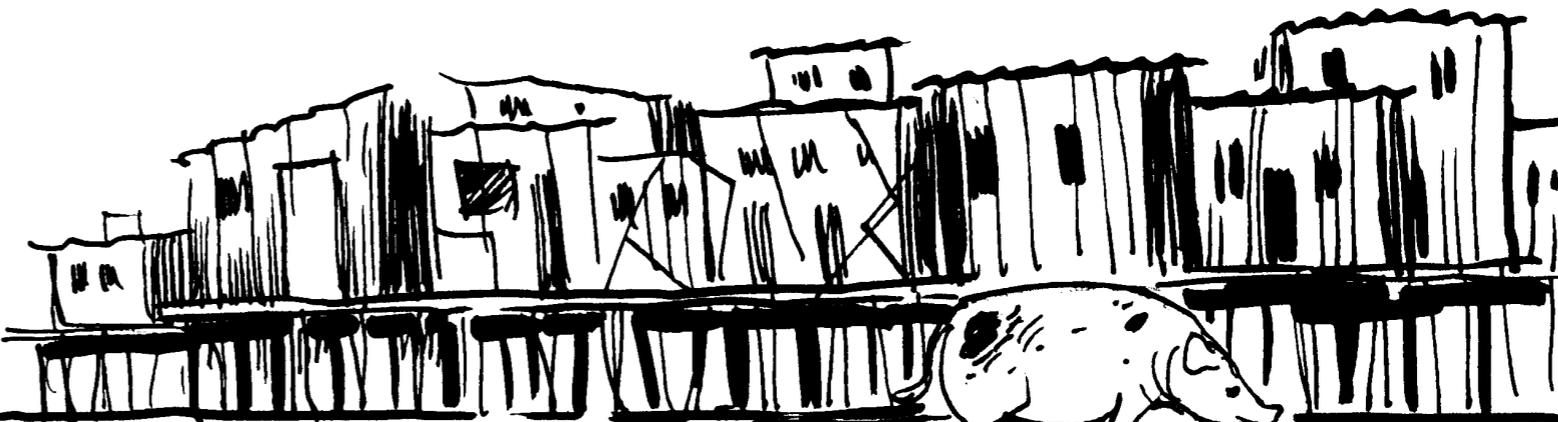
Não há “poder paralelo”, ou “toque de recolher “capaz de barrar este processo genocida de criminalização que invade a chamada “pós modernidade” como um blindado passando sobre o corpo de uma criança negra-favelada.

mais um cadáver negro a ocupar as gavetas geladas do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues como "traficante que reagiu a prisão", figurante de mais um "auto de resistência" forjado pela polícia.

Não negamos aqui que em diversas vezes tenhamos defendido a demissão de Cesar Nunes. A própria Campanha Reaja! pautou essa demanda como um ponto a ser vencido. Por outro lado, medidas reformistas como as mudanças de cargo provocadas na SSP correspondem agora a necessidade de reorganização das forças de governo que apóiam a política de segurança pública em vigor. Não nos arrogamos a nos auto-intitular "especialistas" no assunto, mas tampouco somos ingênuos ao ponto de pensar que uma mudança no quadro funcional da SSP seria capaz de mudar a rota do projeto genocida de segurança em curso na Bahia. Para a comunidade que sobrevive em ruas, favelas e prisões deste estado "é aquilo mesmo, não muda nada!" Para a ferocidade da segurança pública, "foram-se os anéis, mas ficaram os dedos!"

** As Notas e Referências Bibliográficas completas deste texto podem ser encontradas em <http://mariafro.com.br/wordpress/2011/02/02/a-continuidade-do-genocidio-negro-atraves-da-politica-criminal-de-seguranca-publica-na-bahia/>*

LIO NZUMBI é graduado em Sociologia na Universidade Federal da Bahia e graduando em Direito, também pela UFBA.



LATUFF 2008

O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA NO ESPÍRITO SANTO

O crescimento da violência no estado do Espírito Santo é uma realidade apresentada nos últimos tempos. O histórico de crimes, sobretudo de homicídios faz parte do cotidiano da população capixaba, assim como em outros estados brasileiros. Entretanto, o que se pode ressaltar como particularidade deste estado é a institucionalização desses crimes, como forma de garantir a manutenção do statu quo de alguns setores da elite local, que possuíam fortes relações com os aparatos estatais.

Num período não muito distante, grande parte das ocorrências criminais no estado eram estritamente relacionadas a interesses de segmentos da classe dominante, que integravam organizações criminosas. À vida de centenas de pessoas foram ceifadas, na busca pela perpetuação nos espaços de poder ocupados por esses setores.

Neste cenário, diversos grupos de extermínio se firmaram como braços armados dessas organizações criminosas, na perspectiva de executar pessoas que de alguma forma incomodavam os esquemas dessas quadrilhas.

Com destaque, a filial da Scuderie Detetive Le Cocq_ no Espírito Santo foi um dos principais grupos que desempenhava esse papel. Extinta em 1999, por decisão judicial, a organização era majoritariamente composta por policiais civis e militares, mas também por importantes autoridades do poder executivo, legislativo e judiciário, além de empresários e comerciantes. Através da Scuderie estima-se que diversos crimes foram tramados e executados.

A Le Cocq era a principal responsável pelo processo de faxina étnica que exterminava adolescentes e jovens no início da década de 90, que supostamente tinham envolvimento com crimes. Entre os anos de 91 e 93 calcula-se que 30 adolescentes e jovens em situação de rua foram executados em Vitória/ES. Os

Num período não muito distante, grande parte das ocorrências criminais no estado eram estritamente relacionadas a interesses de segmentos da classe dominante, que integravam organizações criminosas.

corpos negros desses meninos eram deixados nas principais ruas da Capital, como forma de intimidar e afirmar o caráter de vingança pública daquelas execuções.

Neste período, o jovem negro Jean Alves da Cunha, que havia se consolidado como uma expressiva liderança do Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua, foi brutalmente executado. As investigações apontavam que todas as essas execuções contaram com a participação de policiais integrantes da Scuderie.

Mesmo com todas as evidências do grave problema que permeava o Espírito Santo naquele momento, o Estado ainda estava indiferente e inabalável com esse problema. As autoridades públicas agiam como nada estivesse acontecendo. A cena de adolescentes e jovens negros sendo exterminados em série, com fortes indícios de participação de setores integrantes das forças de segurança pública, em nada tocava os mandatários locais. Nas corporações policiais e em algumas instituições públicas o corporativismo e o temor falavam mais alto. Os crimes não eram investigados de maneira correta e alguns processos sofriam interferências indevidas em seus julgamentos.

Entretanto, a mobilização social insurgida contra essa grave situação conseguiu alguns avanços para que se pudesse reverter esse quadro. Diversas mães e familiares que perderam seus filhos por ação desses grupos de extermínio se articularam e conseguiram colocar as autoridades públicas em xeque. A partir daí o combate e a punição dos responsáveis pelos crimes começaram a ser tratado de outra forma.

A extinção da Scuderie se deu, principalmente, pelo forte trabalho desenvolvido pelas entidades da sociedade civil, que militavam no campo da segurança pública na época. A Campanha Contra a Violência e a Impunidade, lançada neste período, foi um marco no enfrentamento ao crime organizado vigoroso naquele momento. Através dessa Campanha as organizações populares conseguiram levantar diversas denúncias, dialogando com a sociedade sobre a necessidade de se levantar frente aquelas execuções e abusos.

Com o fortalecimento dessa luta, pessoas ligadas a esses esquemas criminosos perderam postos relevantes nos espaços institucionais e a mobilização popular também garantiu uma maior transparência nas instituições públicas. Era notória a desestabilização desses grupos criminosos e a esperança que a sociedade local nutria neste processo de transformação do estado.

Organização que nasceu no estado do Rio de Janeiro, após a morte do policial

**a mobilização social insurgida
conseguiu alguns avanços para que
se pudesse reverter esse quadro.**

Enquanto se busca equipar os bairros nobres com câmeras e sistemas integrados de acionamento de viaturas; as polícias promovem grandes operações para o fechamento de bares e bailes funk's nos bairros populares.

Milton Le Cocq, ocorrida durante uma operação policial. Ele foi assassinado por um famoso criminoso carioca conhecido como "Cara de Cavalão". O objetivo da Organização era a repressão ao crime através de meios próprios, dentre eles a execução. Ela se espalhou para diversos estados da federação e no Espírito Santo se consolidou de forma exemplar.

Entretanto, o histórico de violência no Espírito Santo não se alterou. A rearticulação desses grupos de extermínio e organizações criminosas abriu outras frentes. Somado a isso, os problemas estruturais da sociedade capixaba se agravaram e questões como a ocupação desordenada do espaço urbano, a falta de emprego, a ausência de investimentos em políticas sociais, a inexistência de ações afirmativas direcionadas ao povo negro e o aumento da oferta de benefícios as grandes empresas e empreendimento, em detrimento da adoção de medidas que pudessem reordenar o Estado e dividir a riqueza entre a população, se tornaram importantes incrementos para a manutenção do estado de violência vivido nesta Unidade Federativa.

Mesmo com o anúncio de um novo advento político, com o aumento da arrecadação, o suposto acirramento do combate à corrupção e limpeza do crime organizado das instituições públicas o Espírito Santo não conseguiu nem de longe enfrentar o problema do crescimento da violência. Dessa forma, a esperança de se viver num estado promissor e equilibrado foi frustrado para aqueles que presenciaram momentos marcantes de enfrentamento ao crime organizado no passado.

O papel da Política de Segurança Pública

Em tempos atuais vivemos uma realidade não muito diferente daquela vivenciada no início na década de 90. A política de segurança pública no estado

continua sendo pautada pelo viés racista e altamente repressivo, que promove a marginalização da população negra e pobre, na busca de proteger o patrimônio da elite local e manter esses segmentos afastados de seus interesses.

Enquanto se busca equipar os bairros nobres com câmeras e sistemas integrados de acionamento de viaturas; as polícias promovem grandes operações para o fechamento de bares e bailes funk's nos bairros populares. Enquanto se revoga a lei que instituiu a Ouvidoria de Polícia autônoma e independente; anuncia-se a aquisição de equipamentos para aumentar o poder de fogo da polícia contra os negros e pobres e cria-se uma espécie de Ouvidoria totalmente atrelada ao Governo. Enquanto os aparatos policiais são escalados para proteger os conglomerados comerciais em funcionamento diurno; policiais agem sem nenhum controle na calada da noite em bairros da periferia, humilhando e constrangendo diversas pessoas por conta de sua cor de pele, condição social e local de moradia. Enquanto mandados de prisão não são cumpridos contra aqueles que cometeram os ditos crimes de colarinho branco; as forças policiais invadem casas nos morros sem nenhuma fundamentação legal e agride famílias inteiras.

Isso demonstra que a gestão da política de segurança pública é desenvolvida por setores demasiadamente conservadores e racistas, que não estão preocupados em garantir o direito à segurança pública de forma universal, mas sim de livrar os seus pares de possíveis constrangimentos inerentes ao estado de violência vigente e marginalizar todos aqueles outros que verdadeiramente construíram a riqueza desse país. Esses setores que conduzem à gestão da segurança pública são taxativamente contrários à democratização dos espaços de discussão dessas políticas. Todas as instâncias que poderiam representar algum avanço na discussão e condução popular da política de segurança pública foram esvaziadas.

A Conferência Estadual de Segurança Pública, ocorrida em 07 e 08 de julho de 2009, em Vitória/ES, foi a fiel demonstração sobre os aspectos autoritário, racista e repressor que a política de segurança pública é orientada no Espírito Santo. Neste processo privilegiaram a participação das corporações policiais com suas pautas umbilicais e os setores da sociedade civil cooptados, em detrimento da participação dos segmentos populares que convivem diariamente com a truculência e a arbitrariedade promovidas por parte dos agentes de segurança pública.

Enquanto isso, só no primeiro semestre do ano de 2009, de acordo

Enquanto mandados de prisão não são cumpridos contra aqueles que cometeram os ditos crimes de colarinho branco; as forças policiais invadem casas nos morros sem nenhuma fundamentação legal e agride famílias inteiras.

com dados da própria Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, ocorreram 999 homicídios. Desse total 49% foram de jovens, sendo que entre a juventude 91% dos jovens assassinados são negros.

O Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008 revela que o Espírito Santo é o estado que possui a maior taxa de homicídio juvenil no Brasil (84,0), sendo que Serra/ES (4º), Vitória/ES (9º), Cariacica/ES (12º), Linhares (15º) e Pedro Canário (19º) estão entre os vinte municípios que lideram esse Ranking. (WAISELFISZ, 2008).

Outro estudo que trata sobre o Índice de Homicídio na Adolescência, evidencia que entre as dez cidades com maior incidência de letalidade contra adolescentes Cariacica/ES (3º), Linhares/ES (5º) e Serra/ES (6º) aparecem novamente ocupando os primeiros lugares na tabela (PRVL, 2009).

Já a Pesquisa encomendada pela própria Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social assinala que 65,8% das pessoas entrevistadas afirmam que a Polícia não trata negros e brancos de forma igual (SESP, 2009).

Tudo isso comprova a situação de extermínio enfrentada pela juventude negra capixaba. O alto índice de letalidade que recai sob essa parcela populacional não é alvo de nenhuma preocupação por parte do Estado, que tenta afastar toda e qualquer discussão que caminhe para a constatação do cunho racista dessas mortes.

Nas delegacias os homicídios de jovens negros são tratados apenas como números. A grande maioria dos inquéritos é arquivada sem que haja nenhum tipo de diligência. Nem os próprios familiares são ouvidos para relatar possíveis causas desses crimes. A polícia alega dificuldade de apurar devido ao defasado quadro de profissionais e condição precária de trabalho.

Enquanto isso, os principais gestores de segurança pública vão à imprensa atribuir os altos índices de homicídios ao tráfico de drogas, como se nada tivesse haver com isso. Culpabilizam as famílias negras dizendo que estão desestruturadas e que precisam dar maior atenção a seus jovens. Porém, não é dito que o Estado, por sua vez, não garante a efetivação dos direitos fundamentais para que a juventude se desenvolva de forma plena. Não explicitam que os programas sociais desenvolvidos nas grandes periferias pelo Estado são tratados como meras medidas de contenção. Também negam que o sistema de ensino não garante condições mínimas desses jovens se sentirem como sujeitos de direito, mas sim tenta formá-los, as duras penas, para difícil batalha de inserção no mercado de trabalho no desenvolvimento das funções mais precarizadas.

Nas delegacias os homicídios de jovens negros são tratados apenas como números.

À morte desses jovens negros e o estado de violência instalado no Espírito Santo alimenta o mercado da insegurança pública.

Neste contexto, se busca holofotes e lucros. À morte desses jovens negros e o estado de violência instalado no Espírito Santo alimenta o mercado da insegurança pública. Cadeias são construídas sem licitação; as empresas de segurança privada crescem a cada dia; esquemas de terceirização de serviços são montados para beneficiar alguns grupos; a imprensa estampa a morte em suas capas como forma de vender mais jornais; políticos tentam ganhar visibilidade em nome do combate ao crime, almejando dividendos eleitorais para os próximos pleitos. E por aí vai.

Sistema Prisional e Política de Encarceramento

Paralelo às questões relativas à política de segurança pública, o sistema prisional capixaba ganha notoriedade em nível nacional pelas constantes práticas de tortura, maus tratos e constrangimentos em suas unidades. Em visita ao estado o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP denunciou essa caótica situação. O então presidente do Conselho comparou os presídios capixabas como verdadeiros campos de concentração nazista e protocolizou pedido de Intervenção Federal junto a Procuradoria Geral da República, devido à realidade constatada de extrema violação aos direitos humanos.

A precariedade das estruturas físicas; os procedimentos que violam as legislações brasileiras e internacionais adotados por agentes estatais encarregados pela guarda de presos; a superlotação das prisões; a constante ocorrência de esvaziamentos entre presos; a existência de contêineres destinado ao depósito de presos em diversas unidades, chamados popularmente de microondas; o estado insalubre da maioria dos estabelecimentos; a insuficiência e péssima qualidade da alimentação ofertada; a precariedade no atendimento médico, dentre outros fatores subsidiou as denúncias feitas pelos diversos mecanismos de controle que passaram pelo Espírito Santo neste período recente.

O Relatório da visita do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, ocorrida no dia 16 de abril de 2009, assim descreveu uma das unidades visitadas:

Sob as celas encontramos um rio de esgoto (a manilha estava quebrada há semanas). Na água preta e fétida encontravam-se insetos, larvas, roedores, garrafas de refrigerantes, restos de marmitas, restos de comida, sujeiras de todos os tipos. A profundidade daquele rio de fezes e dejetos chegava a quarenta centímetros, aproximadamente. O cheiro era de causar náuseas. Todos nós chegamos à conclusão que nunca havíamos visto tão alto grau de degradação. Poucas vezes na história, seres humanos foram submetidos a tanto desrespeito. (CNPCP, 2009)

Magistrados Assessores do Conselho Nacional de Justiça, Deputados Federais da Comissão de Direitos Humanos e Minoria da Câmara, Conselheiros do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana puderam constatar in loco as graves violações de direitos humanos que há tempos já eram denunciadas pelas organizações locais que prestam assistência aos presos e adolescentes internados em cumprimento de medida socioeducativa.

Porém, o que ainda não foi dito é que, aproximadamente, 85% da população carcerária no estado é composta por negros. E ainda, que isso é fruto de um processo de marginalização e extermínio desse povo. É nítido o caráter seletivo da punição promovido pelos aparatos estatais. Milhares de jovens estão encarcerados há mais de cinco anos, sem ter ao menos seus processos julgados.

Frente a essa situação a saída apontada pelo Estado é a construção de Centros de Detenção Provisória. Ou seja, ao invés de se procurar alternativa para reverter o alto índice de aprisionamento de jovens no Sistema Prisional, se busca a construção de diversas cadeias para aumentar a capacidade do Estado em depositar centenas de jovens negros e pobres que seguem na fila para serem sentenciados.

Esse tratamento corrobora para manutenção do quadro de violência racial vivenciado. O Sistema Prisional se tornou uma das ferramentas mais eficaz na perpetuação da coisificação dos negros em tempo contemporâneo. À política adotada e assumida pelo Estado puni aqueles que não merecem estar junto ao convívio social, utilizando-se de um sistema jurídico altamente fiel a esse propósito.

Resistir é preciso

Frente a todo esse quadro de ataque direto ao povo negro neste processo de faxina étnica empreendido pelo Estado brasileiro, manifestado prioritariamente pelo extermínio da juventude negra, a resistência e a organização se tornam

o Sistema Prisional se tornou uma das ferramentas mais eficaz na perpetuação da coisificação dos negros em tempo contemporâneo

Não se pode assistir toda essa tentativa de eliminação daqueles que foram os principais construtores deste país de forma pacífica e incontestável.

fundamentais para o combate a essa situação. Não se pode assistir toda essa tentativa de eliminação daqueles que foram os principais construtores deste país de forma pacífica e incontestável.

Nessa perspectiva o Fórum Estadual de Juventude Negra do Espírito Santo – FEJUNES, criado em setembro de 2007 após o processo de realização do I Encontro Nacional da Juventude Negra – ENJUNE, lançou em 13 de maio de 2008, dia que a dita Abolição da Escravatura completava 120 anos, a Campanha Estadual Contra o Extermínio da Juventude Negra.

Este lançamento ocorreu em praça pública num Ato Político e no Manifesto inaugural da Campanha o FEJUNES apontava para necessidade de se mobilizar a sociedade capixaba, no sentido de lutar contra a situação de violência vivida por milhares de jovens negros. O manifesto dizia:

A ausência de políticas públicas, as abordagens racistas dos meios de comunicação, os homicídios e a marginalização de jovens negros/as originam esse fenômeno trágico de destruição das raízes e condições de sobrevivência dessa população.

Esse extermínio é sistemático e representa a ineficiência ou mesmo o desinteresse do Estado em promover a igualdade e respeito entre os cidadãos e cidadãs, sobretudo ao povo negro.

É diante disso, que o FEJUNES convoca a sociedade capixaba a entrar nessa luta e dizer NÃO AO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA. Precisamos reivindicar a adoção de políticas públicas que sejam capazes de reverter esse quadro. (FEJUNES, 2008)

Após o lançamento da Campanha o Fórum já realizou diversas atividades com o intuito de denunciar o extermínio da juventude negra e propor medidas para o seu enfrentamento. Através da produção de vídeo e cartilhas, da realização de oficinas, seminários, caravanas e atos públicos o FEJUNES vem evidenciando o caráter racista do Estado brasileiro e apontando saídas para sua superação.

Em 2010, durante a III Marcha Estadual Contra o Extermínio da Juventude Negra centenas de jovens ocuparam as ruas de Vitória/ES, para reafirmar que a juventude negra também é titular do direito a vida e que não se curvará ante ao extermínio programa que a elimina. Com faixas, cruzeiros, apitos e bandeiras a juventude mostrou que é necessário o embate direto com as estruturas de poder para que se possa transformar esta realidade.

Atualmente, este processo de resistência está em curso e persistirá enquanto não alcançarmos melhorias concretas para o povo negro. Não se pode mais admitir a negação de direitos fundamentais e a submissão às formas de violência que a juventude negra vem sofrendo. Nenhum passo atrás pode ser dado neste momento. Os mais de 500 anos de exploração e opressão vividos pelos segmentos marginalizados neste país precisam ser reparados.

É nessa perspectiva que os setores comprometidos com a luta popular e étnico/racial precisam selar uma aliança contra o genocídio do povo negro, para que de fato se possa transformar a realidade do Brasil e construir uma sociedade onde nem o racismo e nenhuma outra forma de opressão sejam estruturantes nas relações humanas.

LUIZ INÁCIO SILVA DA ROCHA, é Coordenador do Fórum Estadual de Juventude Negra do Espírito Santo - FEJUNES, estudante de Direito e morador de Cariacica/ES.

Referências Bibliográficas

- WAISELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2008. Brasília. RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça. 2009
- SHECAIRA, S.S. Relatório de Visita ao Espírito Santo. Brasília. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. 2009.
- PRVL. Homicídios na Adolescência no Brasil - IHA 2005/2007. Brasília. Observatórios de Favela, UNICEF e Secretaria de Direitos Humanos. 2010.
- SESP. Pesquisa a imagem da Polícia. Vitória. Acessado em 29 de julho de 2009 (<http://www.es.gov.br/site/files/arquivos/imagem/Avaliacaopolicia3010091.jpg>). 2009.
- FEJUNES. Manifesto de Lançamento da Campanha Estadual Contra o Extermínio da Juventude Negra. Acessado em 29 de novembro de 2009. (<http://www.fejunes.org.br/acoec/campanha-contra-extermio.php>). 2009.

Os mais de 500 anos de exploração e opressão vividos

pelos segmentos marginalizados neste país precisam ser reparados.



LATUFF
2008

MÊS DE MAIO

Gregório Samsa é um homem comum

Gregório Samsa é um homem comum. Quando menino foi à escola, como toda gente. Formou-se, trabalha, tem hábitos regulares. Nos fins de semana torce pelo seu time. Gregório Samsa é um homem direito, respeitador. Tem pensamentos regulares. E quando toma cerveja com os amigos tem sempre o que dizer, sobre as coisas, sobre os seus lugares. Desde criança, ele as põe em compartimentos da cabeça, onde ficam em ordem, as coisas do bem, as coisas do mal. Gregório Samsa é do bem. Ah, sim, Gregório Samsa é do bem.

Um dia, era maio, acordou como acontece às vezes, quando não se sabe onde se está, o lugar da porta, da janela, do interruptor. Ao respirar ouviu um silvo agudo, um gorgolejar, como quem tivesse, no lugar do nariz, uma coisa dura, coriácea. Apalpando-se notou algo diferente, a consistência do corpo, o modo de sentir. Na verdade, no lugar das mãos tinha apêndices pontudos. Acordou mas preso a outra dimensão, qual não tivesse acordado. Algo parecido a uma idéia insinuou-se no que, em sua cabeça, sobrara de algo parecido a um cérebro. Apalpou-se de novo, nervosamente, buscando no próprio corpo a confirmação dessa idéia. E percebeu, então, que havia se transformado num bicho. Gregório Samsa deixara simplesmente de ser homem.

Sofregamente buscou na cabeceira o maço de cigarros. Tirou um, que engoliu ao invés de acender. Ao se mexer, o próprio espaço mudara: não era mais feito, como antes, de distância e ar, mas de uma substância fria, fétida, gosmenta. Pouco valendo os olhos para explorar o negrume, bastou-lhe o cheiro para confirmar a pior suspeita: estava dentro de algo assim como uma fossa, um esgoto. Nesse caso deveria haver uma saída, uma fenda, uma passagem por onde escorregar e, como quem deixa um pesadelo, reentrar a natureza. Movimentando a cauda percorreu o invólucro, checando seus limites, e descobriu que ele era seu, como se ali tivesse vivido a vida inteira. Não se sabe como, Gregório estava imerso, preso em sua consciência.

POR SÉRGIO SÉRVULO

Precisava portanto investigar esse mistério do qual dependia sua condição, descobrir o que acontecera, agir como polícia, promotor e magistrado, qual se faz na sociedade humana

A seu lado, na sombra violácea, transitava a fauna das profundezas: lesmas, escorpiões, répteis, amebas, invertebrados, vermes de variada aparência; alguma coisa em seu comportamento lembrava os humanos, talvez o fato de exercerem funções: andar de um para outro lado, exibir-se, comer, excretar. Mas tinham todos um jeito escuso, oblíquo, uma prontidão para fugir, cardume que às vezes, sem aparente motivo, desenfria. Por suas antenas, chegavam a Gregório emissões de um temor visceral, difuso, o medo ancestral do Predador, que por intempestivo sempre esperado era. Por isso, não pela débil luz, evitavam as criaturas olhar nos olhos e sustentar o olhar; mas se roçavam, extraindo prazer dessa troca existencial, ainda que fazendo um sangrar ao outro; precisavam dessa materialidade precária, anúncio de que talvez, um dia, alcançassem a condição animal.

Gregório tinha pressa: intuía ser breve o tempo até quando, ao sumir da consciência qualquer traço de memória, ao desaparecer a ambiguidade que fazia dele ator e expectador, réu e juiz, estaria consumado o processo. Precisava portanto investigar esse mistério do qual dependia sua condição, descobrir o que acontecera, agir como polícia, promotor e magistrado, qual se faz na sociedade humana, cada um atento às regras de sua função. Sabia que nada disso vale, ou funciona, sem uma decisão da vontade. Ao estender porém o braço, ao planejar um gesto, era distraído, inibido na verdade por duas potências, envolventes como um canto hipnótico: um desejo avassalador e um medo paralisante. Estremeceu ao reconhecer, nesse cântico, a voz do Predador. Como no dia dos tiros, do sangue, dos gritos extintos de socorro, dos pneus cantando, do riso histérico, da mentira forjada. Quis tapar os ouvidos, mas as portas da consciência estavam bloqueadas pelo desejo, todos os pensamentos imersos no pavor. Um apenas lhe restou: escapar ao medo, resistir ao desejo de igualar-se ao tentador. Precisava abrir esse inquérito, vasculhar o passado, levantar as provas, relatar os fatos, pronunciar o culpado, denunciar cumplicidades, condenar-se e, simultaneamente, salvar-se enfim num ato de amor. Junto à sua mão direita, na parede, estava o interruptor.

SÉRGIO SÉRVULO DA CUNHA é jurista

CRIMES DE ABRIL DE 2010 - GRUPOS DE EXTERMÍNIO SEGUEM MATANDO COM A CERTEZA DA IMPUNIDADE

**- Quem vai comprar cigarro com o
Chimiro sou eu, diz Marcos Paulo.
- Nem vem... Eu que vou, retruca o rapaz.**

Depois de muita discussão, Marcos Paulo pega o capacete e monta na garupa da moto do amigo de infância: “Eu é que vou”, diz, decidido.

O trajeto do Bar Paradinhas, no bairro de Catiapoã, em São Vicente, até o local onde os rapazes querem comprar cigarro, não é longo. Àquela hora da madrugada, véspera de feriado de Tiradentes, seria ainda mais rápido. Logo estariam de volta ao bar, onde outros amigos da turma o esperavam.

Erich, de 21 anos, conhecido como Chimiro pelos amigos, dirige a moto, e Marcos Paulo, de 18, vem à garupa. A moto vira na rua Pérsio de Queiroz Filho e, antes de chegar no meio da primeira quadra, duas motos vêm em direção aos rapazes. Cada uma delas com dois homens. Na esquina, um carro preto, modelo Siena, bloqueia a passagem.

Ao serem abordados por um dos homens da moto, os jovens tiram os capacetes e mostram as identidades. Marcos Paulo é o primeiro a ser atingido. Ele tenta se defender. Levanta e cruza os braços para se proteger das balas. Em vão. Ele é atingido por mais de dez disparos no peito, orelha esquerda, cabeça, ombro, costas, braços e pernas. Na sequência, Erich leva três tiros: mão direita, tórax e pescoço.

Horas antes, Marcos Paulo saía de casa de bicicleta para encontrar os amigos



POR TATIANA MERLINO

num bar. Às 23h, falou com a mãe, Flávia, ao telefone. “Não saia hoje, não, meu filho”. “Ah, mãe, hoje é véspera de feriado”, respondeu o rapaz. Do bar, Marcos Paulo foi a uma festa com amigos e, depois, todos foram ao Paradinhas.

Flávia fazia plantão na enfermagem de um hospital de Santos quando recebeu, pouco depois das 4 horas da manhã, um telefonema: “O Marcos Paulo levou um tiro”, ouviu da irmã. A enfermeira seguiu até o Centro de Referência em Emergência e Internação (Crei) de São Vicente, para onde o rapaz teria sido levado. “Ninguém deu entrada aqui com esse nome”, ouviu, chegando ao hospital.

- Como ninguém foi buscá-lo? Ele foi baleado!

- Acho que não tinha transporte, senhora.

A mãe de Marcos Paulo seguiu para o local do crime. Lá, encontrou o corpo do filho no chão, coberto por um lençol.

- Pode mexer nele, mãe -, Flávia ouviu de um policial militar

- Como? Eu não posso mexer. Quando é assassinato, ninguém pode chegar perto, e vocês ainda não fizeram perícia.

Marcos Paulo Soares Canuto e Erich Santos da Silva estão entre as 22 pessoas que foram mortas na Baixada Santista (SP), no período entre 18 e 26 de abril, após o assassinato do soldado da Força Tática Paulo Rafael Ferreira Pires, em Vicente de Carvalho, no Guarujá, no dia 18.

Os principais suspeitos dos assassinatos são policiais militares que integrariam um grupo de extermínio. O modus operandi das ações são semelhantes às ocorridas em maio de 2006. “A relação entre a série de crimes de 2006 e os de 2010 é que ambos foram cometidos na sequência de mortes de policiais por grupos de extermínio com indícios de serem formados por

“A relação entre a série de crimes de 2006 e os de 2010 é que ambos foram cometidos na sequência de mortes de policiais por grupos de extermínio com indícios de serem formados por policiais”



entre maio de 2006 e dezembro 2009, 70 pessoas foram mortas em situações semelhantes, “sem contar os 40 de maio de 2006 e os 23 de abril de 2010

policiais, com pessoas encapuzadas ocupando uma moto, acompanhadas de um carro, usando mini metralhadora e com recolhimento dos projéteis logo depois, desconfigurando a cena do crime”, acredita o defensor público do Estado Antonio Mafezzoli.

Até o fechamento da edição (em abril de 2010), 23 policiais da Baixada Santista haviam sido presos administrativamente. Eles são suspeitos de fazer parte do grupo de extermínio conhecido como “Ninjas” que matou 22 pessoas no litoral paulista. Caso haja evidências da participação desses policiais nas mortes, a Corregedoria pode pedir a prisão temporária dos acusados. Os nomes dos suspeitos não foram divulgados.

Projéteis recolhidos

A reportagem da Caros Amigos teve acesso aos Boletins de Ocorrência (BOs) de cinco vítimas de São Vicente (quatro óbitos e um sobrevivente) e oito de Vicente de Carvalho, no Guarujá – seis mortes e duas tentativas. Na maioria deles, constava a informação de que “não foram arreadados cartuchos ou projéteis [para perícia]” e, também, que as vítimas foram abordadas por indivíduos encapuzados.

Para Débora Maria da Silva, militante das Mães de Maio e mãe de uma das vítimas dos crimes de 2006, “se os assassinatos de quatro anos atrás tivessem sido resolvidos, isso não estaria acontecendo”. Para ela, a recente onda de assassinatos da Baixada pode ser chamada de “crime de Maio continuado”, afirma.

Na opinião de Mafezzoli, é possível que os responsáveis pelos assassinatos de 2006 sejam os mesmos dos crimes recentes. “É provável que sejam as mesmas pessoas, porque o modo de cometimento é idêntico. Acho que a não punição dos crimes de maio de 2006 gerou uma sensação de que esse grupo podia continuar atuando dessa forma porque não ia mudar nada, ninguém ia ser punido, a Polícia Civil e o Ministério Público nem iam chegar perto deles. Assim, sentiram-se à vontade para continuar”.

O defensor explicou que, depois do episódio do “maio sangrento” de 2006,

Isso mostra que esse grupo continuou em atividade, e sempre vingando a morte de policiais

outras mortes aconteceram em Santos e na Baixada com o mesmo perfil e “sempre posteriores à morte de um policial”. Em novembro do ano passado, disse, um policial morreu em Cubatão. “Em seguida, metralharam 16 pessoas”. Segundo Mafezzoli, dados da Ouvidoria de Polícia levantados pela organização não governamental (ONG) Justiça Global, entre maio de 2006 e dezembro 2009, 70 pessoas foram mortas em situações semelhantes, “sem contar os 40 de maio de 2006 e os 23 de abril de 2010. Isso mostra que esse grupo continuou em atividade, e sempre vingando a morte de policiais”.

Para o advogado Fernando Delgado, da Justiça Global, é possível estabelecer uma relação entre os grupos de extermínio de hoje e os esquadrões da morte, criados no final dos anos 60 e atuantes durante a década de 70. “A metodologia é bastante parecida e há simbologias semelhantes, como a imagem da caveira”, explica.

Até o fim

Marcos Paulo era o único filho de Flávia Soares. Separada do pai do menino, ela morava com o adolescente num pequeno apartamento no bairro do José Menino, em Santos. “Não tenho mais condições de morar aqui. São muitas lembranças”. Logo depois da morte do filho, Flávia iniciou uma pequena investigação por conta própria. “Eu não vou sossegar porque o que eu tinha que perder já perdi. Agora, o que eu tenho, a minha vida? Quero que se dane! Eu vou até o final. Nem que para isso um dia vocês escutem: mãe de Marcos Paulo foi assassinada”.

No dia da morte do filho, Flávia ouviu de um policial militar que o calibre da arma que usaram para assassiná-lo era o 380, “aquela bala pequenininha que entra, não faz furinho nenhum, mas, quando chega dentro, explode tudo”. Porém, ao prestar depoimento na delegacia, o escrivão disse à mãe que ainda não se sabia qual era porque não havia sido feito o exame de balística. “Se for mesmo 380, quemusa é polícia da pesada ou bandido”, diz.

Marcos Paulo tinha terminado o ensino médio no final de 2009 e pretendia fazer curso para técnico de contêiner. Tinha uma namorada, gostava de jogar futebol na

“Quer dizer que quem é de periferia não pode viver, não tem direito de sair na rua à noite?”

praia, fazia musculação. “Era muito alegre e extrovertido”. Era o conselheiro amoroso da turma, e ajudou Erich a arrumar uma namorada.

Testemunhas e amigos contaram que, na noite do assassinato dos rapazes, alguns homens que circulavam pelas redondezas do bar estavam anotando placas de moto e carros. Porém, a maioria dos jovens tem medo de testemunhar e sofrer represálias posteriormente.

Em entrevista concedida ao jornal A Tribuna, dois homens que se identificam como participantes de grupos de extermínio relataram como atuam e afirmaram que, depois de uma certa hora, estar na rua de certos bairros da cidade é pedir para morrer. Flávia protesta: “Quer dizer que quem é de periferia não pode viver, não tem direito de sair na rua à noite?”, questiona. “Meu filho estava na periferia porque tem raízes e amigos lá. Foi ali que nós nascemos”, diz.

Na mesma madrugada em que Marcos Paulo e Erich foram mortos, outros dois jovens também foram assassinados e um terceiro ficou ferido. De acordo com o Boletim de Ocorrência da 1ª DP de São Vicente, Anderson Souza Reis e Wandilson de Oliveira Silva “foram abordados por dois indivíduos encapuzados que desceram de um veículo preto não identificado e, sem nada dizer, passaram a efetuar disparos com arma de fogo”. O relato foi feito pelo sobrevivente. No B.O., também consta que, no local, não foram encontrados projéteis para a realização de perícia. Anderson e Wandilson foram mortos às 4h47 e 5h, respectivamente, também no bairro de Catiapoã.

Sete tiros

Numa manhã de sábado, Jane Aparecida Matos Madeira, a dona Jane, recebe a reportagem em seu apartamento no bairro de Aparecida, em Santos. Lá, também estão as netas, de dois, sete e dez anos. A pequena mexe no gravador, a do meio, cuida da menor e a mais velha participa da conversa. No dia 23 de abril, Alessandra Aparecida Matos Madeira, de 29 anos, filha de Jane e mãe das meninas, estava

num bar com duas amigas quando um carro e uma moto Biz começaram a rondar o bar. “Esse carro já passou aqui, vamos tomar cuidado”, diz uma delas. O carro para, um homem encapuzado sai do seu interior e dispara na direção de Alessandra. As amigas correm, mas ela, de salto alto, cai e não consegue fugir. “Foram sete tiros, todos do mesmo lado, no ouvido, na cabeça. Ela não teve chance de nada”.

A morte da filha de dona Jane teria sido “queima de arquivo”. “Eu ouvi isso no próprio distrito policial”, afirma a senhora. Alessandra teria testemunhado o assassinato de Rafael Souza de Abreu, de 16 anos, na noite de 26 de março. Ela era amiga da namorada do adolescente e estava no local quando ele foi morto.

Há seis anos, Jane perdeu o outro filho, também assassinado por policiais. “A gente coloca os filhos no mundo e não acha que essas coisas vão acontecer”. A enfermeira de 53 anos diz que teme pelas netas, que dependem dela: “Fico com medo porque tenho três crianças. Tenho que trabalhar muito para mantê-las”.

Mesmo assustada, Jane participou da audiência pública “A violência na Baixada Santista”, realizada em 14 de maio de 2010, em Santos, para discutir a impunidade dos crimes de maio de 2006 e a onda de violência que marcou o mês de abril deste ano na Baixada. “Quero saber quem foi que fez isso com a minha filha”, disse dona Jane, emocionada, na primeira fileira do auditório, ao lado de outros familiares de vítimas da violência do Estado.

Organizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Movimento Mães de Maio e Fórum da Cidadania de Santos, com o apoio dos deputados estaduais do PT Fausto Figueira e Maria Lucia Prandi, o encontro reuniu pais e mães de vítimas, comando das Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e organizações da sociedade civil. Entre os participantes, estava o ouvidor-geral de Cidadania da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Fermio Fecho, que afirmou que a situação exige um choque de gestão para mudar o modelo de polícia: “O Estado sempre é lerdo para atender às mães”.

Na ocasião, o coronel Sérgio Del Bel, que responde pelo Comando de Policiamento do Interior 6 (CPI-6), unidade responsável pela Baixada e Vale do Ribeira, admitiu que há “fortes indícios” da participação de policiais militares no crimes, mas “eles não são a maioria”. “Sob meu comando, não permito nenhum tipo de violação. São expulsos em média 280 policiais todos os anos”. Del Bel disse, ainda, que “deve haver a participação de policiais. Não vejo a hora de colocar esses caras na cadeia”.

O delegado Waldomiro Bueno, do Deinter-6, responsável pelo policiamento

“O Estado sempre é lerdo para atender às mães”

do litoral sul de São Paulo, também reconheceu a possibilidade de participação de policiais nos crimes. “Temos indícios fortes. Mas estamos trabalhando com todas as hipóteses: vingança, tráfico e, principalmente, crimes praticados por PMs. Mas vamos esclarecer tudo isso o mais rápido possível. Doa a quem doer”.

Cenário do crime

O pai e a avó de Rafael, cujo assassinato Alessandra testemunhou, também estiveram presentes à audiência. O adolescente estava na porta da casa de um amigo no bairro do Estuário quando foi morto. Ele comia uma esfiha de frango com catupiry quando dois homens numa moto passaram no local e o executaram. O primeiro tiro foi no joelho. Rafael caiu e pediu “pelo amor de Deus”, por duas vezes, para que não o matassem. Os tiros seguintes atingiram seu pescoço, rosto, peito e cabeça.

O pai do rapaz, José de Abreu Nabo Neto, conta que correu para o local assim que recebeu a notícia: “Eles queriam mudar o cenário do crime. A primeira coisa que eles estavam procurando eram os projéteis, os cartuchos. Eu fui pegando tudo e falei: aqui não, aqui vocês não vão colocar mão. Eu perguntei: por que vocês não vão procurar, correr atrás? Foi a própria Polícia Militar que matou. Aí eu passei mal, a pressão subiu e fui parar no Pronto-Socorro”. O caso foi registrado no 3º DP de Santos.

Rafael era usuário de maconha e, para poder comprá-la, cometia pequenos furtos. Por conta disso, era constantemente ameaçado de morte por um policial militar, que José acredita ser o autor do crime. A motivação do assassinato, acredita o pai do rapaz, teria sido um assalto ocorrido numa loja de roupas do bairro. Segundo José, os policiais acreditavam que Rafael fosse um dos assaltantes da loja. “Dois dias antes do meu filho ser executado, dois policiais militares que faziam segurança da loja entraram na minha casa sem mandado de segurança procurando roupas”.

No dia da morte, o tal policial que ameaçava o menino passou de moto na frente da casa da família. “A gente acha que esse dono da loja deve ter pago a polícia para executar meu filho”. Uma das testemunhas que estava no local era a namorada de Rafael, que mudou de cidade por medo de também ser morta. “Eles estavam rondando a casa dela, então, depois de depor no Ministério Público, ela foi embora”. Outra testemunha era Alessandra, que foi assassinada.

Seu José, que trabalhava como portuário, disse que não consegue mais trabalhar: “Estou acabado”. Ele também vem sendo ameaçado de morte. “Eu não uso droga,

“Sabe quem matou o Rafael?”

Fui eu. Vou fazer da mesma forma que fiz com ele com você”.

não vendo droga, eu trabalho... mas qualquer dia podem me forjar. Vão me forjar ou me matar. Não estou saindo. Chego em casa, fecho as portas e vou dormir”, conta o homem, após tranquilizar um parente por telefone: “está tudo bem, já cheguei aqui”.

Segundo José, um dos meninos que jogava futebol com Rafael foi abordado pelo mesmo policial militar quando ia para a escola. De acordo com ele, o PM jogou o material do menino chão e deu um tapa em sua cara. Na volta da escola, ele foi abordado novamente pelo PM, que teria dito: “Sabe quem matou o Rafael? Fui eu. Vou fazer da mesma forma que fiz com ele com você”.

Essa denúncia foi feita pelo adolescente, de apenas 14 anos, no 6º Batalhão da Polícia Militar de Santos, onde está localizada a corregedoria da PM. No dia em que foram depor, o próprio policial que ia ser denunciado estava no local: “Ele ficava dando voltas, olhando de cara feia”, conta José.

Embora o caso do seu filho não entre na contabilidade dos 22 assassinatos do período de 18 a 26 de abril, ele possui as mesmas características de assassinatos cometidos por grupos de extermínio, “que não deixaram de atuar entre os crimes de maio de 2006 e abril de 2010”, alerta o defensor Mafezoli.

Toque de recolher

Em Vicente de Carvalho, onde a matança após a morte do soldado da Polícia Militar Paulo Raphael Ferreira Pires, de 27 anos, começou, o clima era de muita tensão nas semanas seguintes aos crimes. Na sequência do assassinato do PM, outras cinco pessoas foram mortas, entre elas, o comerciante Fábio Luiz Basílio, de 31 anos, baleado por volta das 11 horas do dia 20 na avenida Santos Dumont, em frente ao Banco Bradesco. Segundo testemunhas, dois homens em uma moto efetuaram o disparo. A causa do homicídio ainda não foi esclarecida.

De acordo com uma moradora do distrito de Vicente de Carvalho, que não quis ser identificada por medo de represálias, a região viveu dias de muito medo. “Como eu moro mais afastada da avenida, o pessoal vinha dizendo que as lojas iam fechar cedo porque ia ter toque de recolher. Se você esperar para descobrir se é boato ou verdade, está pagando para ver”.

A moça relata que mortes por grupos de extermínio não são novidade em Vicente de Carvalho: “Sempre que se comenta que alguém foi morto na favela, as pessoas associam a morte com os encapuzados”, diz, deixando claro que, por encapuzado, subentende-se policial de grupo de extermínio. Em maio de 2006, também houve mortes na cidade. Porém, como a impunidade vigora, “ninguém quer ser testemunha, ninguém quer falar... você acaba comprando uma briga que não é sua e, às vezes... né?”.

A jovem era amiga de Fábio, e conta que nunca viu o rapaz participar de uma briga: “Era uma pessoa boa, legal. Todo mundo gostava dele, nunca vi ele brigando. Não sei o que ele pode ter feito de errado a ponto de alguém querer matar ele. Tem gente que tem dinheiro e sai por aí zoando... ele não, ele era sossegado”.

A jovem conta que, durante a onda de violência, os comentários em Vicente de Carvalho eram de que estavam matando todo mundo, até quem não tinha nada a ver com a história. “A mãe tinha medo do filho sair na rua, ir na casa da namorada. O papo era ‘tú tá na rua esse horário, vão te matar. A polícia pega e mata’. Falaram isso nessa época”. A moça afirma, ainda, que o policial que foi morto tinha fama de ser violento e ter “dedo mole”. “Bobeou, ele atirava para matar”.

Até o fechamento da reportagem (em abril de 2010), duas pessoas haviam sido presas. Eduardo Rodrigues do Nascimento, conhecido como Eduardinho, que era foragido e condenado a 29 anos de prisão por homicídio, foi preso pela polícia como suspeito pela morte do policial da Força Tática. Recentemente, um ex-policial militar também foi preso em São Vicente. Dentro de seu carro, foram encontradas uma pistola 380 e duas toucas ninja.

um ex-policial militar também foi preso em São Vicente. Dentro de seu carro, foram encontradas uma pistola 380 e duas toucas ninja.

Maior letalidade

As mortes na Baixada ocorreram no mesmo período em que dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo apontaram que a Polícia Militar do estado matou 40% mais nos três primeiros meses deste ano em comparação com o mesmo período do ano passado. Entre janeiro e março de 2010, foram 146 mortes, contra 104 no mesmo período de 2009.

No período do início da gestão do secretário da Segurança Pública Antonio Ferreira Pinto, que assumiu o cargo em março de 2009, o número de mortes por policiais militares em serviço foi 54% maior do que nos 12 meses anteriores, na gestão de Ronaldo Marzagão. “A maior letalidade coincide com a gestão do novo Secretário de Segurança Pública, que colocou mais Rota na rua mesmo após o anúncio dos números de mortes envolvendo essa força policial”, comenta o advogado Fernando Delgado, da ONG Justiça Global. Segundo ele, a organização se reuniu com o secretário no ano passado para pedir especial atenção em relação aos casos envolvendo a Rota.

Para ele, a regra em relação aos crimes cometidos pela polícia é a não responsabilização: “E no caso dos crimes da Baixada, há o risco de acontecer o mesmo”. Delgado acredita que “o aumento de 70% nos casos de resistência seguida de morte de 2008 para 2009 são a prova dessa falta de punição dos crimes cometidos pela polícia, como ocorreu com os crimes de maio”, diz.

A lentidão nas investigações dos homicídios na Baixada foi um dos motivos do afastamento do corregedor da PM, Davi Nelson Rosolen, e sua substituição pelo coronel Admir Gervásio Moreira. O desgaste do corregedor também se deu por conta das recentes mortes dos motoboys Alexandre Santos e Eduardo Luís Santos e, também, do camelô Roberto Marcel Ramiro dos Santos, em São Paulo. Alexandre foi estrangulado por quatro PMs da zona sul de SP, Eduardo foi torturado dentro de um quartel da PM na zona norte e Roberto foi morto com mais de dez tiros. Dezenove dias antes de Roberto ser morto, ele e sua mãe foram ameaçados de morte pelo PM Valdez Gonçalves dos Santos, do 21º Batalhão.

Nesse período, quatro pessoas de uma mesma família foram mortas em Campinas, no interior paulista. Os assassinos, suspeitam os investigadores, seriam policiais militares, em vingança ao assalto que deixou um colega paraplégico. Segundo moradores, PMs fardados chegaram ao local logo depois da saída dos assassinos, arrastaram quatro corpos por alguns metros

a Polícia Militar do estado matou 40% mais nos três primeiros meses deste ano em comparação com o mesmo período do ano passado

e recolheram todas as cápsulas que encontraram. O procedimento usual é deixar o local do crime intocado até a chegada da perícia.

Ao assumir o cargo, o novo corregedor declarou que uma das prioridades da instituição será a Baixada Santista. Admir considera a situação complicada, pois a suspeita de envolvimento de policiais é forte, mas ninguém aponta os culpados. O delegado diretor do Deinter-6, Waldomiro Bueno Filho, responsável pelas investigações, foi insistentemente procurado pela reportagem, para esclarecer o andamento das investigações, mas não foi encontrado.

*

Quase quarenta anos separam as mortes de Marcos Paulo Soares Canuto, Erich Santos da Silva, Alessandra Aparecida Matos Madeira e Rafael Souza de Abreu – jovens que estavam entre as 22 pessoas assassinadas no período de 18 a 26 de abril de 2010 – e a de Luiz Eduardo Merlino, ocorrida sob tortura em julho de 1971. Assim como as vítimas da polícia de São Paulo, Merlino também era santista, jovem e foi assassinado pelas forças do Estado, na época, dirigido pela ditadura civil-militar.

A ligação entre as histórias, apesar da distância temporal, está na perpetuação da violência estatal contra sua população, mesmo após o fim da ditadura, em 1985. Se, durante o regime de exceção, a violência policial, torturas, mortes e desaparecimentos forçados atingiam os militantes de esquerda, hoje tem como alvo os moradores de periferias, em sua maioria, jovens e negros. E, atualmente, mesmo num regime dito democrático, tortura-se e mata-se mais do que na ditadura militar. Repete-se também a impunidade dos assassinos e torturadores de Luiz Eduardo. Assim como as famílias de Marcos Paulo, Erich, Alessandra e Rafael, a família Merlino, da qual faço parte, luta, desde a década de 1970, pela responsabilização do assassinato de Luiz Eduardo, sob o comando do coronel reformado do Exército, Carlos Alberto Bilhante Ustra.

TATIANA MERLINO, é jornalista e editora da revista Caros Amigos

atualmente, mesmo num regime dito democrático, tortura-se e mata-se mais do que na ditadura militar



LATUFF 2009 + CAROS AMIGOS